

# ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: José Diniz Ano XXIX Nov. 2003 03/11/03 Nº 335 Preço € 0,70

- **REHACARE**

Certame em Düsseldorf apresenta novidades sobre ajudas técnicas

página 2

- **ACAPO**

Associação vai apresentar petição ao presidente da Assembleia da República

página 8

- **Liga dos Combatentes**

Celebrações do 80.º Aniversário com ministro da Defesa Nacional

página 24

- **Bragança**

Delegação realiza colóquio sobre Stress Pós-Traumático de Guerra

página 7



PORTE PAGO

Audiência  
Presidente da República  
recebe ADEFA



página 24

Assembleia da República  
Diplomas inclusivos  
em debate



página 8

ACIME  
ADEFA participa em  
seminário internacional

página 8

Desporto  
Movimento paralímpico  
apresenta mascote



BICAS®

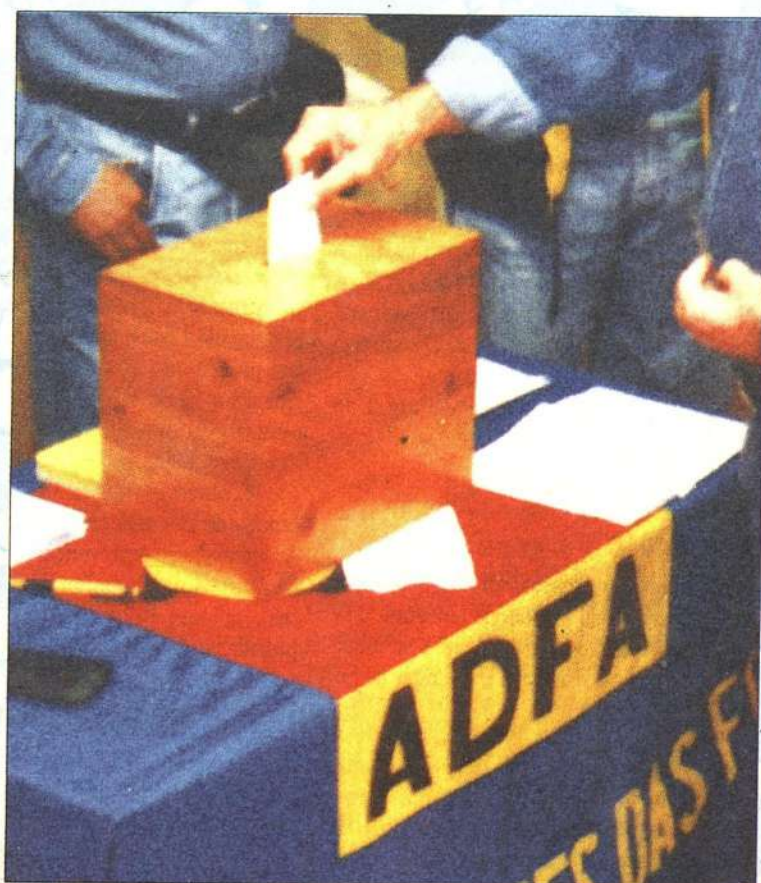
página 17

## Eleições no dia 29 de Novembro

# Vamos votar pela força justa dos nossos direitos

*Não podemos permitir que a solução para os nossos problemas seja a biológica. Ainda há muito caminho a trilhar e muita luta a travar. Por isso, vamos ter a oportunidade de, no próximo dia 29, demonstrarmos, mais uma vez, a nossa vitalidade e determinação, acorrendo em força às mesas eleitorais para darmos um expressivo voto de fé na continuidade da ADEFA e de confiança aos órgãos sociais que irão conduzir os seus destinos até ao fim de 2006.*

editorial na pág. 3



página 9 a 16

### ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos dos artigos 28º e 29º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no dia 29 de Novembro de 2003 (Sábado), das 09h00 às 19h00, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Nacionais e de Delegação para o triénio de 2003-2006.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede Nacional, nas instalações das Delegações e noutros locais decididos pelas Mesas de Assembleia Geral de Delegação e ainda nos Núcleos existentes.

Lisboa, 25 de Julho de 2003

Pela Mesa da Assembleia Geral Nacional  
José Machado Diniz  
(1.º Secretário, no impedimento do presidente)

## RehaCare 2003 – Düsseldorf

# Ajudas técnicas para uma vida sem barreiras

A ADFa enviou uma delegação à edição deste ano da RehaCare, em Düsseldorf, Alemanha, entre 15 e 18 de Outubro. A feira foi visitada por cerca de 50.100 pessoas e apresentou 804 expositores de 31 países.

O 1º vice-presidente da DN, Artur Vilares, o associado Alberto Pinto e Pedro Macedo, que apoiou a delegação como intérprete, fizeram um levantamento das novidades em termos de ajudas técnicas e serviços para pessoas portadoras de deficiência.

A delegação da ADFa recolheu folhetos, brochuras e informações que vão ser entregues à Biblioteca/Centro de Documentação e Informação, com o intuito de ficarem acessíveis aos associados que pretendam conhecer o que está disponível na área das ajudas técnicas.

Alberto Pinto realçou as adaptações no automóveis, que permitem uma "cada vez melhor arrumação da cadeira de rodas, com superior autonomia do deficiente".

"Uma novidade absoluta" para o associado prende-se com as adaptações na habitação, em que o mobiliário e equipamento doméstico possibilitam regulação em altura para maior acessibilidade.

Outra ajuda técnica destacada por Alberto Pinto foi o suporte com ventosas, que oferece muitas possibilidades de uso, sendo muito prático, versátil e fácil de transportar e de arrumar.

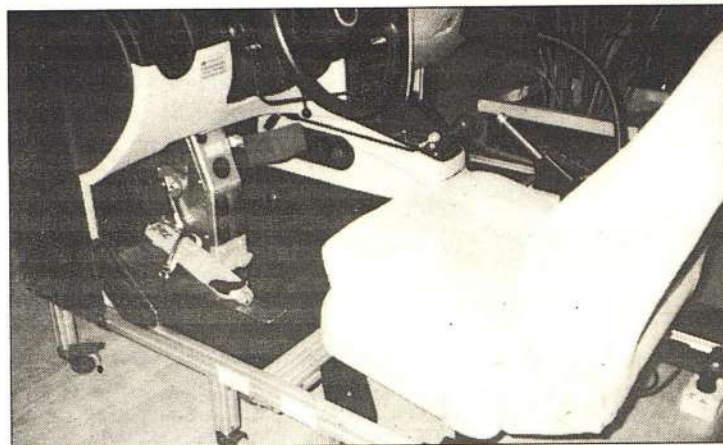
Alberto Pinto salientou que na feira encontrou "pessoas com deficiências profundas, que a visitavam com grande autonomia".

No lazer a feira também apresenta alternativa de acesso completo. Rodas adaptáveis às cadeiras de rodas (que não se afundam na areia) permitem passeios na praia. No desporto, a delegação encontrou até "karts" adaptados e próteses muito evoluídas que proporcionam excelentes desempenhos. "Regista-se o uso de fibras de carbono, o que aumenta a resistência e a leveza do material", comentou Alberto Pinto.

Em matéria de elevadores e ajudas para subir escadas, "são inúmeras as novidades disponíveis". Alberto Pinto afirma ter sentido que "não há casa ou edifício que não possa ser adaptado com estes aparelhos".

Na área dos serviços, o visitante destacou uma agência de viagens espanhola que prepara deslocações às ilhas Canárias "eliminando" as barreiras que usualmente os portadores de deficiência encontram em férias e nos seus tempos de lazer.

Num balanço sobre o que viu, Alberto Pinto considera os preços



ALBERTO PINTO

muito elevados para as bolsas dos portugueses.

A delegação visitou também o Hospital Militar de Hamburgo. O associado salientou que, "apesar de aquela estrutura ser da década de trinta, anterior à 2ª Grande Guerra, pode constatar-se o cuidado com que foi construída, em termos de acessibilidades". Os corredores e as salas são amplas, "o que me impressiona, até porque me apercebo de que já naquela altura havia preocupação com a mobilidade dos portadores de deficiência". Alberto Pinto lembrou ainda que "há países que ainda não conseguiram interiorizar esta mentalidade".

Nota positiva recebeu também o estacionamento de Hamburgo, "com muitos lugares para as viaturas dos cidadãos deficientes, o que só é possível pela atitude cívica de todos". Os lugares para estacionar estão devidamente sinalizados e numerados pela autoridade local. O grupo visitou um hotel que é um "exemplo de adaptações para deficientes impecável".

O grupo também visitou uma associação tutelada pelo Estado alemão, sublinhando a importância daquela estrutura, que apoia em termos de aconselhamento sobre adaptações e ajudas técnicas domiciliárias, os que necessitam de transformar as suas residências em virtude da deficiência. O estado subsidia as ajudas técnicas adequadas e básicas e os serviços prestados pela associação. No caso de o portador de deficiência optar por equipamento mais luxuoso, terá que pagar o excedente. •

## Agenda

**Deficiência em Bruxelas**  
Nos dias 10 e 11 de Novembro, vai realizar-se o Parlamento das Pessoas com Deficiência, em Bruxelas.

**S. Martinho**  
No dia 11 de Novembro, a Delegação de Lisboa celebra o S. Martinho com um convívio na Sede.

**Desporto**  
No dia 14 de Novembro, pelas 10h00 a APD Amadora leva a efeito um evento desportiva no Decathlon, em Alfragide.

**Eleições na ADFa**  
**Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária**  
No dia 29 de Novembro, vai realizar-se a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária da ADFa, na Sede Nacional e em todas as delegações e núcleos.

**Aniversário da Delegação do Porto**  
No dia 7 de Dezembro, Domingo, a Delegação do Porto celebra o seu 29º aniversário.

**Convívios de Natal**  
No dia 6 de Dezembro, Sábado, a Delegação de Faro realiza a sua festa de Natal na COOPOFA, em Faro.

No dia 7 de Dezembro, Domingo, pela manhã, a Delegação de Famalicão distribui prendas aos filhos e netos dos associados, na sua festa de Natal, no salão paroquial da Igreja de Pevidém.

No dia 13 de Dezembro, Sábado, pelas 13h00, a Delegação de Castelo Branco reúne os associados e amigos na sua festa de Natal, no restaurante "Polo Norte", em Castelo Branco.

No dia 13 de Dezembro, Sábado, a Delegação de Coimbra leva a efeito a sua tradicional festa de Natal, no restaurante "Manuel Júlio", a norte de Coimbra.

No dia 20 de Dezembro, pelas 9h00, tem início o convívio de Natal organizado pela Delegação de Évora, em Cuba.

No dia 20 de Dezembro, Sábado, pelas 12h00, a Delegação de Lisboa realiza a sua festa de Natal, com um almoço na Sede e continuação no Lar Militar.

No dia 20 de Dezembro, Sábado, a Delegação do Porto realiza a sua festa de Natal, na sua Sede.

### Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFa, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

- Abel dos Santos Ferreira
- Amílcar Dionísio Borges
- António Martins Barata
- João António da Conceição
- Manuel Gonçalves Estevão
- Maria Nazaré Coelho Ferreira
- Simeão Duarte Martins Ferreira

## Breves

### Convívio dos fuzileiros

"Os Fuzos na Vertente Fadista" é o tema sob o qual vai decorrer o jantar de Natal dos fuzileiros e seus familiares, promovido pela Associação de Fuzileiros.

"A todos os amigos que queiram participar neste desembarque sem inimigo à vista", a Direcção da Associação de Fuzileiros acolherá na Quinta da Valenciana, no dia 6 de Dezembro, pelas 20h00.

As marcações podem efectuar-se até 2 de Dezembro, através da Associação de Fuzileiros, telefone 21 206 0079. •

### Arte e Psicose

A Sociedade Portuguesa de Arte-Terapia levou a efeito, nos dias 24 e 25 de Outubro, o IV Congresso Nacional de Arte-Terapia subordinado ao tema "Arte e Psicose – Um Lugar ao Sol para Todos", em Lisboa. •

### Espondilite Anquilosante

A Associação Nacional da Espondilite Anquilosante (ANEA), através do seu Núcleo Regional de Coimbra, está a promover o seu XV Encontro Nacional de Espondilíticos e seus familiares, no dia 15 de Novembro, na Escola Superior Agrária de Coimbra (Bencanta).

A ANEA celebra 21 anos de existência com este Encontro onde vão ser apresentados temas

como a "Habilitação/Reabilitação", "Pelvispondilite" e a "Fertilidade e Sexualidade e a Espondilite Anquilosante". •

### Conferência Internacional

Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV) e a Sociedade Portuguesa de Psicologia Comunitária (SPPC) vão realizar na Aula Magna, em Lisboa, uma Conferência Internacional na área do abuso sexual de crianças, nos dias 18 e 19 de Novembro, que culminará com uma vigília no dia 19 à noite, em frente ao Palácio de Belém.

"É objectivo desta Conferência criar um espaço de reflexão sobre estratégias e modelos de intervenção e prevenção, bem como a criação de Grupos de Trabalho nas diferentes temáticas", salienta Margarida Medina Martins, vice-presidente da Direcção da AMCV. •

### Desafios e Oportunidades

A ADFa faz parte da comissão de acompanhamento do Seminário "Desafios e Oportunidades – Integração Profissional das Pessoas com Deficiência", organizado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e pelo IDICT, no Centro de Congressos de Lisboa, com realização de 5 a 7 de Novembro.

Nas sessões temáticas participam também, representando o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, Jerónimo de Sousa, com a apre-

sentação "Reabilitação e Qualidade" e Sérgio Fabela, com "Readaptação ao Trabalho".

Prevê-se que à sessão inaugural presida o ministro da segurança Social e do Trabalho, Bagão Félix, que também entregará o Prémio de Mérito. •

### ACIME na Internet

A Associação dos Inválidos Militares de Espanha (ACIME) remodelou o seu site na internet e o seu endereço de correio electrónico.

As novas moradas no ciberespaço são: [www.invalidosmilitares.org](http://www.invalidosmilitares.org), para aceder ao site; e para envio de e-mails, os endereços [acimemilitares.org](mailto:acimemilitares.org), [acimea.com](mailto:acimea.com), [invalidosmila.com](mailto:invalidosmila.com). •

### Conferências

A Associação Portuguesa de Surdos está a levar a efeito um ciclo de conferência intitulado "Os Direitos das Minorias e suas Culturas", no âmbito do seu 45º aniversário.

Para 15 de Novembro e 13 de Dezembro estão agendadas conferências respectivamente subordinadas aos temas: "Comunidade Surda Portuguesa e a Língua Gestual" e "Pessoa Surda: Direitos Constitucionais e (Des)Igualdade de Oportunidades".

Os encontros vão ter lugar no Auditório Camões da Escola Secundária Camões, em Lisboa. RV



**PROPRIEDADE E EDIÇÃO:** Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFa - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • **Email:** [adfa@mail.telepac.pt](mailto:adfa@mail.telepac.pt) • **Internet:** <http://www.adfa-portugal.com> **DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO:** Av. Padre Cruz - Edifício ADFa 1600-560 LISBOA • **Telefone:** 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2609 • **Fax:** 21 751 2610 **DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFa/ADMINISTRAÇÃO:** Patuleia Mendes, Artur Vilares, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Capela Gordo, Armando Alves, Orlando Correia **DIRECTOR:** José Diniz **REDACÇÃO:** Rafael Vicente (editor) - C. Profissional 5583, Farinho Lopes (fotografia) - C. Profissional 6234, Maria José Almeida (secretariado) **COLABORARAM NESTE NÚMERO:** Abel Fortuna, Francisco Janeiro, Helena Afonso, Inácio Grazina, Inês Soares Castro, Humberto Viveiros, Jaime Ferreri, João Gonçalves, João Nobre, José Faria, José Maia, Nuno Santa Clara, Rogério Sequeira. **CORRESPONDENTES:** Abel Fortuna (Porto), Aníques Carvalho (Famalicão), Domingos Seca (Bragança), Francisco Janeiro (Lisboa), Humberto Viveiros (Açores), José Faria (Setúbal), Abel Santos (Castelo Branco), João Gonçalves (Viseu), João Nobre (Madeira), Manuel Branco (Évora), Manuel Parracho (Coimbra), e Nicolau Rufino (Faro). **ILUSTRAÇÕES:** Nuno Santa Clara. **ASSINATURAS E PUBLICIDADE:** Maria José Almeida, tel. 21 751 2632. **CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem:** João Conceição **PRÉ-IMPRESSÃO:** Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Av. D. Vicente Afonso Valente, N.º 1 - 7.º C - 2625-215 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 **MONTAGEM:** Tipografia Escola da ADFa Lg. do Outeirinho da Amendoeira, 1100-386 Lisboa - Tel. 21 882 2480 **IMPRESSÃO:** Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 **GRAVAÇÃO DO LO SONORO:** Centro de Produção de Material do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa **Registo da Publicação no ICS:** 105068/77 **Depósito Legal:** 99595/96 **ASSINATURA ANUAL:** 7,00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFa ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores. Tiragem deste número 8.250 ex.

Episódios



António Carreiro

## Português Suave

Os preocupados governantes europeus resolveram tratar da saúde aos seus queridos povos. Louvável! Mas como o dinheiro tem de ser bem gasto, têm uma visão muito mais abrangente e rentabilizam as medidas para que o povo os aplauda. Ainda bem!

Por um lado, o europeu, o baixo, o médio e o alto, não sabe cuidar de si próprio. É preciso que os poderes públicos se substituam aos deuses das religiões que sorratamente por aí proliferam e atendam ao constante credo na boca: ai Deus que nos acuda!

Ideia genial: para que o credo ande na boca é preciso tirar de lá o cigarro! Não será tudo mas é alguma coisa!

Por outro lado, não há dia que não se ouça uma promoçãozinha à psicologia e à psiquiatria. É preciso incentivar este ramo da medicina - acabem lá com os tabus das idas a estes especialistas. Democratizem-se estas áreas da medicina.

Ideia genial: umas frases chocantes e umas imagens, ainda mais fortes, no tabaquito, são adequadas a gerar aplausos e a promover a "deschocassização" naquelas especialidades!

A coisa compõe-se: apanham-se vários coelhos de uma cajadada.

Mas há que fazer alguma coisa pelas tabaqueiras, porque o povo, coitado, tem que ter subsídios para a plantação do tabaco para sobreviver.

E as tabaqueiras? Se não o recebem lá fica o povo sem pão. Mas como se temos de proteger o povo dos horrendos malfícios do vício? Esta é uma dialéctica terrível: para se ser bem visto tem de se fazer algo contra e pro tabaqueiras.

Ideia genial: proíba-se a promoção dos cigarritos. Pois é, mas como se precisamos que elas comprem o tabaquito que nós subsidiámos?

Bem, o melhor será por um lado proibir e pelo outro promover. Ideia genial: o fruto proibido é o melhor. Isto até já se sabe desde as escrituras.

Então, em síntese, está resolvido: agredimos o cidadão, que se acolherá no leite dos médicos e comprimidos, damos dinheiro ao povo para semear o tabaco, proibimos promoções, diremos o pior possível dos cigarritos e tudo está composto.

Mas e o comércio, senhor? Não se preocupe que esse vai arranjar umas caixinhas para tapar as nossas aberrações e o povo gastará mais uns troquitos na manutenção do vício.

Vamos ser vistos como defensores da humanidade! Isto é que é desenvolvimento!

Diz a Constituição de um pequeno país, que eu conheço num canto da Europa: "a integridade moral e física das pessoas é inviolável" e "ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos".

Alguém se esqueceu de mandar a constituiçãozinha para a Europa.

O que estão a fazer nos maços de tabaco é verdadeira tortura que atinge, não só os fumadores mas também os não fumadores, que lenta mas cruel, contínua e insidiosamente vai degradando a integridade moral de cada um.

Os portugueses auto-incriminam-se porque são muito lighth, soft, brandos, o que agora a Europa até já proíbe, mas eu não me importo. Gosto de ser português suave mas perseverante e não desisto de lutar para que não me agridam. Nem a mim, nem à minha mulher, nem aos meus filhos.

Abaixo os "hard". •

Editorial



José Diniz

## O ciclo da viragem

No dia em que este número do ELO chegar às mãos dos associados, a ADFA está a viver mais um período de campanha eleitoral. É a preparação de mais um ciclo da vida desta Instituição. E é assim desde há quase trinta anos com mandatos mais ou menos longos, com demissões e convulsões pelo meio.

Apesar de tudo, a ADFA tem sobrevivido e mantém-se com a vitalidade própria de pessoa madura, já sem a rebeldia da juventude, mas mais segura e serena, mais racional e ponderada. Um bom indicador desta estabilidade é o facto de os últimos dois mandatos dos órgãos sociais nacionais terem sido cumpridos até ao fim.

Esta "acalmia" da vida associativa podemos levar a algumas interrogações: será que a chama combativa e reivindicativa se está a extinguir? Será que já nos foram reconhecidos todos os direitos e estão resolvidos todos os problemas? Será que os dirigentes da ADFA têm conduzido da melhor forma os seus destinos? Será que os associados se sentem velhos e cansados e desistiram de lutar pelos seus direitos? Estará a haver desinteresse dos associados em se candidatarem aos órgãos sociais nacionais e das delegações?

Com excepção da segunda, poderemos responder sim e não a todas as outras interrogações. A chama combativa e reivindicativa não está extinta e a prova disso foi a última Assembleia Geral Nacional extraordinária. Já não são, no entanto, as labaredas de outrora ao sabor de ventos e temperamentos. É uma chama constante e persistente que se deve alimentar de diálogo e compreensão e não de lutas autodestruidoras.

Os nossos dirigentes, como pessoas que são, estão sujeitos a errar e, certamente, têm cometido erros. Mas também têm enfrentado oposições e críticas bem duras que muitas vezes são verdadeiras injustiças. Há, pois, que reconhecer a coragem, a disponibilidade e o sacrifício dos associados que, em cada acto eleitoral, aceitam o testemunho. O que é preocupante é verificar que estas boas vontades vão rareando cada vez mais.

Para além destes "não só, mas também", fica-nos uma evidência: os direitos dos deficientes militares não estão totalmente assegurados e ainda subsistem muitos problemas para resolver, uns que se foram arrastando no tempo, outros que foram surgindo e para os quais não foram acauteladas medidas de solução.

Estes ciclos de vida da Associação já não serão tantos como até agora. A tendência é para sermos cada vez menos e mais envelhecidos. Porém, não podemos permitir que a solução para os nossos problemas seja a biológica. Ainda há muito caminho a trilhar e muita luta a travar. Por isso, vamos ter a oportunidade de, no próximo dia 29, demonstrarmos, mais uma vez, a nossa vitalidade e determinação, ocorrendo em força às mesas eleitorais para darmos um expressivo voto de fé na continuidade da ADFA e de confiança aos órgãos sociais que irão conduzir os seus destinos até ao fim de 2006. •

## Fotolegenda

### Passagem para nenhures

Tal poderia ser o nome desta passagem para peões que, ao que parece, não leva a lado nenhum, ou melhor, leva a caminhar ao longo de um muro escuro, que não tem nenhuma porta, e sem a mínima protecção para quem se arriscar a tal percurso. A única explicação possível é estar a pintura da passagem de peões orçamentada - e como tal, cumpra-se! Uma vez que a verba para atropelamentos não é a mesma, atropela-se a lógica e induzam-se os incautos ao percurso suicida, mas dentro da lei. Ou será que a passagem é para proteger aqueles que querem trepar o poste?

Fotografia obtida na estrada nacional, em Venda Seca, concelho de Sintra.

NSC

Tema Livre



## A pequena evasão

Nuno Santa Clara

No final dos anos sessenta foi capturado nas matas da Guiné um militar cubano. Ferido num braço numa emboscada, tentou escapar, mas sem êxito. Evacuado sob prisão para Lisboa, descobriu-se que se chamava Peralta e era capitão do exército cubano. Ficou detido em Caxias, à guarda da PIDE, e foi-lhe dado um tratamento conforme as normas internacionais, embora oficialmente o país não estivesse em guerra.

Dos ferimentos resultou a necessidade de fazer fisioterapia, e eis o capitão Peralta, acompanhado de dois agentes da PIDE,

a frequentar as mesmas instalações dos oficiais portugueses.

Devo dizer que a reacção do nosso pessoal foi mais de curiosidade do que animosidade ou de qualquer ideia de vingança. Mas também escusado será dizer que qualquer contacto com ele era impossível, com os dois "anjos da guarda" por perto. Aos poucos, aquele doente especial passou a fazer parte da casa, e deixou de suscitar curiosidade, com excepção dos "maçaricos".

Tanta vez vai o rato ao moinho que lhe fica lá o focinho. Um belo dia, o nosso forçado companheiro aproveitou uma ida à casa de banho para tentar a fuga. Foi apanhado pelos agentes já no Largo da Estrela, e lá se foram os tratamentos no HMP.

Fuga inútil, como se verá. Quando compareceu perante o tribunal, não se provou que fosse guerrilheiro nem que tivesse armas na mão. E, com água benta ou sem ela, foi condenado apenas por entrada ilegal no País. Tendo em conta a prisão preventiva, pouco mais ficou entre nós, pois foi expulso de Portugal, decerto que sem grande mágoa da sua parte.

Curiosamente, visitou o nosso País, anos mais tarde, finda a guerra e apagados os ânimos. Voltou como amigo, com aquela grandeza de sentimentos que torna os combatentes diferentes daqueles que mandam combater os outros, e que se guardam cuidadosamente, a si e aos seus familiares, de se meter em guerras. •

## Opinião

# História Retalhada

Diz-se e acreditem que é verdade, que a Guerra Colonial é uma história por contar e vai continuar a ser por muitos anos até que principalmente Portugal, em conjunto com os países que estiveram envolvidos no conflito, tudo façam para mandar procurar homens jovens que foram para a guerra e por lá ficaram desaparecidos em combate vivos ou mortos, sarar as feridas da guerra, tratar dignamente os deficientes militares.

Na verdade, a Guerra Colonial foi há mais de um quarto de século, já no século passado. Sabe-se que muitos filhos da Pátria foram e nunca mais voltaram e também se sabe que o mais prático era enviar um telegrama às famílias a comunicar: "seu filho desaparecido, não se sabe se vivo ou morto" e assim se cumpriu a história, até agora ficando-se sem saber quantos desaparecidos de facto existem,

quantos mortos se encontram sepultados nos cemitérios africanos e até em Portugal! Quantos deficientes de guerra continuam a clamar por justiça, por igualdade de direitos!

O Estado tem a obrigação legal de criar e mandar equipas aos diversos campos de combate, efectuar buscas em conjunto com os Estados africanos para apurar quantos filhos lá se encontram vivos ou mortos e até saber se há prisioneiros de guerra! Deve-se fazer tudo para que as mães e os pais enlutados deste país, saibam onde e em que condições estão os seus filhos. A história só é história quando se cumprir Portugal, não basta a contagem de tempo de tropa para efeitos de reforma para os ex-combatentes, o Estado tem que se assumir nos mortos, nos desaparecidos em combate e nos valores da vida, no bem estar dos deficientes

militares, que estão cansados de esperar para ver o direito reconhecido, conforme o Governo, através do Ministério da Defesa Nacional, prometeu legislar até ao final do ano 2003. O que se verifica é que já estamos em Novembro e não se vê nada, apenas e só se vê, a Assembleia da República criar casos atrás de casos e assim os vai gerindo no tempo que muito bem entende, não produzindo nem deixando produzir ao Governo a tratar dos problemas que afectam todos os portugueses, em especial o cidadão deficiente militar. É reconhecido que a igualdade na progressão da carreira para os deficientes das Forças Armadas se encontra bem expressa em toda a legislação existente, antes, durante e depois da publicação do DL 43/76, de 20 de Janeiro, e consequentemente depois do reconhecimento da reconstituição da carreira, todos

os deficientes das Forças Armadas desde 1961 para cá e até os das campanhas anteriores ficam abrangidos pelo DL 134/97, de 31 de Maio, e assim sim, quando estiverem alcançados estes objectivos, a Guerra Colonial não será uma história por contar, mas sim, uma história para contar. Não se pode permitir que passe mais um ano e tudo continue na mesma. O Ministério da Defesa Nacional já teve todo o tempo, o que falta é vontade política, o que não se aceita num Estado de direito, o direito à igualdade, como o define a Constituição da República Portuguesa e se exige ao Governo que cumpra a Constituição e se cumpra Portugal! •

JG

## Breves

### Coimbra

#### Almoço-convívio de Natal

A Delegação de Coimbra vai realizar, no dia 13 de Dezembro, Sábado, o seu tradicional almoço-convívio de Natal. Este ano, o encontro terá lugar no restaurante "Manuel Júlio", na Estrada Nacional n.º 1, em Santa Luzia, a norte de Coimbra.

Da ementa fazem parte as entradas (pão, azeitonas, bolos de bacalhau, croquetes, rissóis, presunto, queijo), creme de legumes, bacalhau com batatas a murro e migas, cabrito assado no forno, salada de fruta ou doce da casa e vinhos, tinto e branco (Bairrada) cerveja, café e digestivos.

O preço para adultos é de 25,00 euros e para crianças dos quatro aos dez anos é de 10,00 euros. As inscrições devem efectuar-se até 1 de Dezembro. •

### Évora

#### Convívio de Natal

O convívio de Natal da Delegação de Évora realiza-se no dia 20 de Dezembro, em Cuba, no Alentejo.

Pelas 09h00, os participantes partem de Évora em autocarros (junto à Delegação). Depois da concentração em Cuba, no Largo da Igreja Matriz, pelas 11h00, efectua-se uma visita guiada à Matriz de Cuba e ao Museu de Arte Sacra.

Às 12h00 em lugar uma homenagem aos combatentes, seguida do almoço-convívio no restaurante "Pecado da Gula".

A oferta de brinquedos a filhos e netos dos associados irá fazer-se às 15h30 e a actuação do grupo coral "Ceifeiros de Cuba" inicia-se pelas 16h00, seguida de lanche, pelas 17h00.

A saída para Évora efectua-se às 18h00,

com chegada prevista para as 19h00.

O preço por pessoa do almoço e transporte são os seguintes: adultos - 12,50 euros; crianças a partir dos sete anos - 7,50 euros; crianças até seis anos - gratuito.

As inscrições devem ser feitas na Sede da Delegação de Évora ou através do telefone 266 703 473. •

### Faro

#### Festa de Natal

A Delegação de Faro vai realizar a sua festa de Natal no dia 6 de Dezembro, Sábado, na Cooperativa Popular de Faro (COOPOFA), "com comes e bebes e música", informou o presidente da Direcção da Delegação, Nicolau Rufino.

O convívio conta "com comidas à descrição e música para dançar", lembra o dirigente. O preço por pessoa é de 18,00 euros. •

### Viseu

#### Torneio de Futsal

Um torneio de Futebol de Salão foi mais uma actividade em que a Delegação de Viseu participou. O torneio foi promovido pela Câmara Municipal de Mangualde e envolveu mais de 500 participantes, divididos em 44 equipas, durante 24 horas seguidas, dos dias 13 e 14 de Setembro.

"O torneio foi muito bem organizado, pecando apenas por uma certa tendência de algumas equipas de arbitragem, sempre para o mesmo lado, o que quando é assim não beneficia ninguém", refere o presidente da Direcção da Delegação de Viseu, que remata: "espera-se que para o próximo ano tudo esteja à altura do já prestigiado torneio de Futsal. Parabéns à organização!" •

RV

## JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupa Interior

*Fornecedores de:*

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

**Desconto 10% a todos os Associados**

(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

**Quotas em dia,  
ELO em casa**

**Não deixe para o final do ano o pagamento das suas quotas. Aproveite este mês para regularizar a sua situação e evitar contratempos no recebimento do jornal ELO. Dê o exemplo associativo e colabore com a sua Associação.**

# ADFA toma posse do prédio de Francos



A ADFA, decorridos quase 6 anos sobre a outorga da escritura na Direcção Geral das Contribuições e Impostos, tomou posse do prédio da Rua de Francos, o que constituiu motivo de regozijo por parte dos Associados.

A entrega das "chaves" pelo Comando da Região Militar do Norte, realizada na sequência do protocolo celebrado entre a ADFA e o Ministério da Defesa Nacional, teve lugar no dia 10 de Outubro, culminando um processo que se arrastou ao longo de demasiado tempo.

O prédio da Rua de Francos é um dos elementos principais para a concretização do projecto de ampliação e remodelação das instalações da Delegação que irá dar lugar ao Centro Social da ADFA. Nele serão instalados os serviços associativos e de gestão do equipamento a construir, representando uma mais valia para a ADFA.

De momento estão já a ser efectuadas algumas obras no sentido de permitir a mobilidade entre os edifícios e evitar a sua degradação. Com efeito, o edifício que a ADFA recebeu estava devoluto há vários anos apresentando sinais de alguma deterioração pelo

que é urgente tomar algumas medidas antes do próximo Inverno.

Como já referido, a posse plena das instalações de Francos foi objecto de grande satisfação por parte dos associados. Este momento era aguardado já há muito tempo constituindo uma aspiração da ADFA, pelo que os Órgãos Sociais da Delegação do Porto efectuaram no dia 18 de Outubro, um convívio associativo para assinalar o evento, que reuniu cerca de uma centena de associados e familiares. O convívio, que se seguiu à visita ao prédio da Rua de Francos, foi motivo para apelar à coesão e união de todos os Associados, tendo sido apresentado como exemplo do que se pode alcançar desde que se seja persistente e se prossigam objectivos legítimos e justos. Foi mesmo referido que se tratou da vitória da "paciência", caminho que deve servir de exemplo para outros combates associativos.

Atingido este objectivo é justo realçar o trabalho desenvolvido pelas últimas Direcções Nacionais, em consonância com os Órgãos Sociais da Delegação do Porto, para que tal fosse possível, vislumbrando-se assim a luz no fim do túnel. •

AF

## Breves

### Convívio do Núcleo da Feira

A Direcção do Núcleo da Feira está a preparar o programa do convívio anual de Associados, que terá lugar no dia 8 de Dezembro.

O convívio constará de uma missa em sufrágio pelos Associados falecidos e de um almoço de confraternização. •

### Convívio de Arouca

Tal como nos anos anteriores vai realizar-se no dia 1 de Dezembro, o almoço de confraternização dos Associados de Arouca, Vale de Cambra e Sever do Vouga.

Os Associados serão informados por escrito do local e demais detalhes do convívio.

### Aniversário da Delegação

O programa comemorativo do 29º Aniversário da Delegação do Porto será divulgado oportunamente.

Tal como em anos anteriores será realizado um convívio associativo no dia 7 de Dezembro. •

### Convívio do Núcleo do Alto Tâmega

O almoço de confraternização dos Associados afectos ao Núcleo do Alto Tâmega vai realizar-se do dia 13 de Dezembro, em Chaves.

O programa será comunicado por escrito aos Associados para que efectuem as respectivas inscrições. •

### Festa de Natal da Delegação

A Festa de Natal da Delegação terá lugar no dia 20 de Dezembro, sendo destinada aos filhos e netos dos Associados, com menos de 12 anos.

Pretende-se que seja um ponto de encontro das famílias pelo que, desde já, se apela à participação de todos, independentemente de terem crianças inscritas. •

### Convívio do distrito de Viana do Castelo

O convívio dos Associados do Distrito de Viana do Castelo vai, este ano, realizar-se em Arcos de Valdevez.

A Comissão Organizadora constituída pelos Associados Manuel Amorim Pereira, Manuel Dias Portas e Manuel Cerqueira Amorim Fernandes está a preparar o programa que constará da celebração de uma missa pelos Associados falecidos e de um almoço de confraternização. •

AF

## Protocolo ADFA/CASIFONE

**Condições especiais para associados da ADFA**

10€ desconto s/PVP

Oferta de 25€ em chamadas, em adicional à oferta standard

10 x 2,5€ nos primeiros 10 carregamentos completos efectuados

Condições aplicáveis a qualquer produto Optimus, disponível no mercado quando adquirido através da ADFA

Na Optimus encontra os melhores tarifários, as últimas novidades em telemóveis e o novo mundo multimédia Optimus Zone

### OS TARIFÁRIOS

**Avantage**  
A assinatura sem mensalidade fixa

**Boomerang**  
O recarregável que se adapta às necessidades

**Livre** – sem carregamentos obrigações, livre de obrigações  
**Zoom** – Tarifas mais baixas nas mensagens escritas

**Serviço Evolução** – Para quem já é cliente Optimus

Oferta de Mini-Rádio FM em todas as compras na Casifone



Packs Optimus Zone  
Nokia 3650 e 7650  
399.90 €

### Optimus Zone

Descubra um mundo de cor, imagem e som  
MMS, Internet, Portal Zone

OPTIMUS  
Agente Oficial

Campanha válida para toda a gama activa da Optimus. Consulte tabela de modelos disponíveis

Para mais informações contacte: Casifone – Rosa Jacinto Tel: 214358550/937910678 E-mail: casifone@mail.telepac.pt

### Cupão de encomenda

Sócio nº \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_

Localidade: \_\_\_\_\_ Código postal: \_\_\_\_\_

Equipamento pretendido

Marca: \_\_\_\_\_ Modelo: \_\_\_\_\_

Tarifário: \_\_\_\_\_ Evolução (nº antigo): \_\_\_\_\_

Juntar fotocópia de: cartão de sócio, cartão de contribuinte, BI e comprovativo de morada

Enviar para: Casifone, Lda.

Av. José Elias Garcia, 174 • 2745-143 QUELUZ

## Pesca Desportiva

# Equipa ADFA em actividade

A ADFA participou, através da sua equipa de pesca da Delegação de Lisboa em mais dois concursos de Pesca Desportiva.

No dia 21 de Outubro, realizou-se o 2º Concurso de Pesca Desportiva de A. dos Bispos aberto a todas as categorias, na Vala do Ruivo, junto ao Tejo.

O concurso decorreu com 97 concorrentes e dez equipas distribuídos por seniores, senhoras e juniores e com a equipa da ADFA constituída por Alberto Moreira, Jorge Neto, Fernando Sousa, José Joaquim e Américo Monteiro.

Na classificação geral, o primeiro lugar foi conquistado com 2340 pontos e a equipa melhor classificada atingiu os 21 pontos.

Na sede da A. dos Bispos, na freguesia de Vila Franca de Xira, o convívio decorreu acolhedor e agradável.

Em 26 de Outubro teve lugar o convívio de Pesca Desportiva de Rio, na Barragem de Cabril, em Pedrógão Grande, da responsabilidade da Delegação de Coimbra da ADFA e com a colaboração do Núcleo de Leiria.

Entre 58 pescadores, a equipa da ADFA - Lisboa foi constituída por Alberto Moreira, Jorge Neto, Fernando Sousa, José Joaquim e Américo Monteiro.

Realçando "a barragem e a sua linha de água como pano de fundo, a beleza deslumbrante da natureza, dos seus montes e

vales, e uma arborização diversificada mas, muito vaidosa aos raios de sol", Alberto Moreira, reportou ao ELO que também estiveram presentes no encontro o presidente da DN, o presidente da Câmara de Pedrógão, o governador civil de Leiria e representantes da Delegação de Coimbra e do Núcleo de Leiria.

O 7º classificado foi Alberto Moreira, com 240 Pontos, tendo ficado em 13º Jorge Neto, com 140 pontos, em 14º José Joaquim, com 140 pontos, e em 20º lugar em simultâneo Fernando Sousa e Américo Monteiro. •

RV

## Breves

### Horário do restaurante

A Delegação de Lisboa informa todos os associados e clientes do restaurante da Sede de que o horário passa a ser das 12h15 às 14h15. •

### Fados em Aveiras

A Casa do Povo de Aveiras-de-Cima é de novo o local onde vai decorrer a tradicional noite de fados organizada pelo Núcleo da ADFA em Aveiras, por altura do S. Martinho, no dia 8 de Novembro, às 21h00.

A iniciativa já vai na sua 15ª edição e inclui um jantar, com custo de 12,50 euros por pessoa, servindo-se às 24h00 gratuitamente o caldo verde, água pé e castanhas. O

preço é de cinco euros por pessoa, no caso de não pretender jantar.

As reservas podem ser efectuadas pelos telefones 263 476 305 (Elisário Seabra) ou 965 227 569 (Joaquim Abreu). •

### Festa S. Martinho

No dia 11 de Novembro, pelas 18h30, a Delegação de Lisboa vai realizar, na Sede, um convívio com trabalhadores, dirigentes, núcleos, associados e familiares, que inclui castanhas assadas e água pé.

Este encontro de confraternização e convívio "é uma boa oportunidade para participar no convívio entre todos os participantes", refere a Direcção.

A participação neste convívio de S. Martinho é gratuita. •

### Festa de Natal

No dia 20 de Dezembro, a Delegação de Lisboa vai promover a sua Festa de Natal, dirigida aos associados e familiares.

O convívio começa no Edifício Sede, às 12h00, com um almoço para os associados e famílias.

O encontro continua no Lar Militar, pelas 15h00, com palhaços e outros animadores, seguindo-se a entrega de presentes a todas as crianças até aos 11 anos, servindo-se um lanche a todos os presentes.

As inscrições devem ser feitas até ao dia 15 de Dezembro, podendo solicitar-se mais informações pelo telefone 21 751 2600. •

RV

## Núcleo de Leiria

### Acessibilidades e superação das barreiras arquitectónicas

# ADFA foi a colóquio em Alcobaça

A convite da Câmara Municipal de Alcobaça, o Núcleo de Leiria esteve representado pelo dirigente Fernando Marques Pedrosa, no Colóquio "Acessibilidades e Superação das Barreiras Arquitectónicas" em Alcobaça, no dia 17 de Outubro.

Das conclusões destaca-se que "o poder central e as autarquias devem efectuar o planeamento de acções tendo em vista o cumprimento da legislação em vigor", acrescentando-se que "a formação dos profissionais ligados a esta área, quer do sector privado quer do público, deve

constituir uma prioridade e um factor determinante para garantir as condições de acessibilidade".

A auscultação e cooperação com as organizações não governamentais da área da deficiência devem ser tidas em conta na planificação e avaliação das soluções a adoptar, sendo as entidades reguladoras responsáveis pela planificação e concepção dos projectos, efectuando um acompanhamento e fiscalização atentos durante o processo de construção.

Ficou patente que "é urgente legislar

tendo em vista a acessibilidade nas edificações em geral, já que a legislação actual contempla apenas os espaços e vias públicas".

A necessidade de motivação da comunidade para "uma imagem positiva da deficiência" e para promover as condições de acesso aos equipamentos urbanos, espaços e via pública, transportes, e informação, foi outra das conclusões apresentadas.

Referiu-se o sector do turismo, com acessibilidades nos hotéis, restaurantes e monumentos, como área de futuro investimento. •

RV

### XIV Aniversário da ACAPO

A Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) celebrou mais o seu 14º aniversário, assinalando-se a unificação das associações de cegos que deram origem à ACAPO, em Coimbra, a 19 de Outubro. Do programa constou um almoço-convívio entre os associados e muitos amigos da instituição, na "Cantina Amarela", dos Serviços Sociais da Universidade de Coimbra e um espectáculo cultural no Teatro Gil Vicente.

RV

## Actividades culturais

O Serviço Social da Delegação de Lisboa está a divulgar actividades de dinamização cultural junto dos associados e dos utentes do Lar Militar, com realização prevista até ao final do ano.

O Serviço Social está a organizar, juntamente com a Comissão de Residentes do Lar Militar e equipa de voluntários, uma nova edição de "Um dia em Sintra" (visita ao Museu de Arte Moderna, almoço na Praia das Maças e passeio na praia, para os utentes do Lar Militar), uma visita guiada ao Museu do Azulejo e ao seu ateliê de azulejaria e pintura de azulejos, e uma visita guiada ao Palácio de Queluz, com a animação "O Paço de Queluz no enquadramento histórico de Portugal: de D. Maria a D. Pedro IV" (ambas para utentes do Lar Militar e associados em geral). No dia 21 de Novembro o Serviço Social vai levar associados e funcionários ao concerto de música clássica na Fundação Calouste Gulbenkian, com inscrições até 3 de Novembro.

Os interessados devem inscrever-se no Serviço Social da Delegação de Lisboa. •

RV

### SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS DA DELEGACÃO LISBOA

#### UROLOGIA

médico: Dr. Paulo Vale

5ª feira - 9H00 (quinzenal)

#### GASTROENTEROLOGIA

médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos

4.ª - 9H00 (quinzenal)

#### FISIATRIA

médico: Dr. Barros Silva

4ª feira - 16H00

#### FISIOTERAPIA

técnico: Henrique Louro

Todos os dias, das 9h00 às 13h00

#### ANÁLISES CLÍNICAS

6ª feira - 9H00 às 10H00

#### MEDICINA DENTÁRIA

Dr. José Eduardo Antunes

3ª feira das 9H00 às 13H00

e das 14H00 às 18H00

Marcações: Filomena Brandão

#### SERVIÇO PROTÉSICO

técnico de próteses dentárias: Carlos Lopes

4ª feira - 9H00

#### PSIQUIATRIA

médica: Dra. Margarida Botelho

6.ª - 8H00 às 12H00 (quinzenal)

#### ACUPUNCTURA

Cmdt. Araújo de Brito

2.ª, 4.ª e 5.ª feira - 10H30 às 13H00

#### PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA

Drª Teresa Infante - Todos os dias

Atendimento a crianças, adolescentes, adultos; orientação vocacional; associados e ex-combatentes afectados pelo Stress de Guerra

Marcações: com a própria

#### CLÍNICA GERAL

médico: Dr. Fernando Brito,

2ª feira - 13H00 5ª feira - 13H15

### APOIO AOS ASSOCIADOS

#### APOIO JURÍDICO

Dra. Inês Soares Castro

2.ª a 6.ª feira das 9H00 às 13H00

#### Marcações:

Secretaria/Atendimento (ver Horário e Telefone)

Tel.: 21 751 26 00 (Geral)

### ACÇÃO SOCIAL

TCor Silvério Rodrigues e Drª. Vera Mouta

2ª feira das 09H00 às 18H00

3ª a 6ª feira das 09H00 às 12H30

### HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00

Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00

Serviço de Almoço das 12h15 às 14h30

Serviço de Bar das 9h00 às 18h00

Colóquio sobre Stress de Guerra em Bragança

# "Continuar a esquecer não é solução"

"O secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes incumbiu-me de transmitir às ONG que a curto prazo vão fazer parte da Rede Nacional de Apoio (RNA) de corpo inteiro." Esta foi uma das informações trazidas pelo major-general Fernando Aguda, coordenador da RNA ao colóquio "Stress Pós-Traumático de Guerra... Continuar a Esquecer Não é Solução", organizado pela Delegação de Bragança, no auditório do Centro cultural daquela cidade, no dia 22 de Outubro.

"As ONG, como a ADFA, surgem como referências importantes e necessárias ao espírito do actual governo, porque são elas que falam das vidas desses antigos combatentes", comentou.

O representante do MDN realçou a presença de jovens estudantes de enfermagem, salientando a sua missão futura que "se encontrará com a vida dos deficientes militares". Explicou ainda que o conceito de Defesa Nacional também abrange a vertente dos deficientes militares e do stress de guerra, desafiando também o Ministério da Saúde a explicar o que já fez para operacionalizar a RNA, destacando que a demora também prejudica as famílias dos antigos combatentes.

"O stress de guerra caminha para a invalidez, que tem que ter suporte jurídico", considerou. Mas, para Fernando Aguda, "não basta só a Lei, é preciso homens e mulheres que lhe dêem prática". O general apontou algumas das

falhas, realçando a "falta de recursos humanos e a falta de formação e de qualificação" como obstáculos ao funcionamento da RNA.

O coordenador da Comissão de Acompanhamento da RNA referiu ainda que "o superficial acompanhamento do Ministério da Saúde a esta matéria gerou muito atraso na produção dos efeitos previstos na legislação".

O presidente da DN, Patuleia Mendes, alertou para o facto de o Ministério da Saúde não ter cumprido "o que lhe compete através da Lei 46/99". As portarias conjuntas "não levaram à implantação que está prevista".

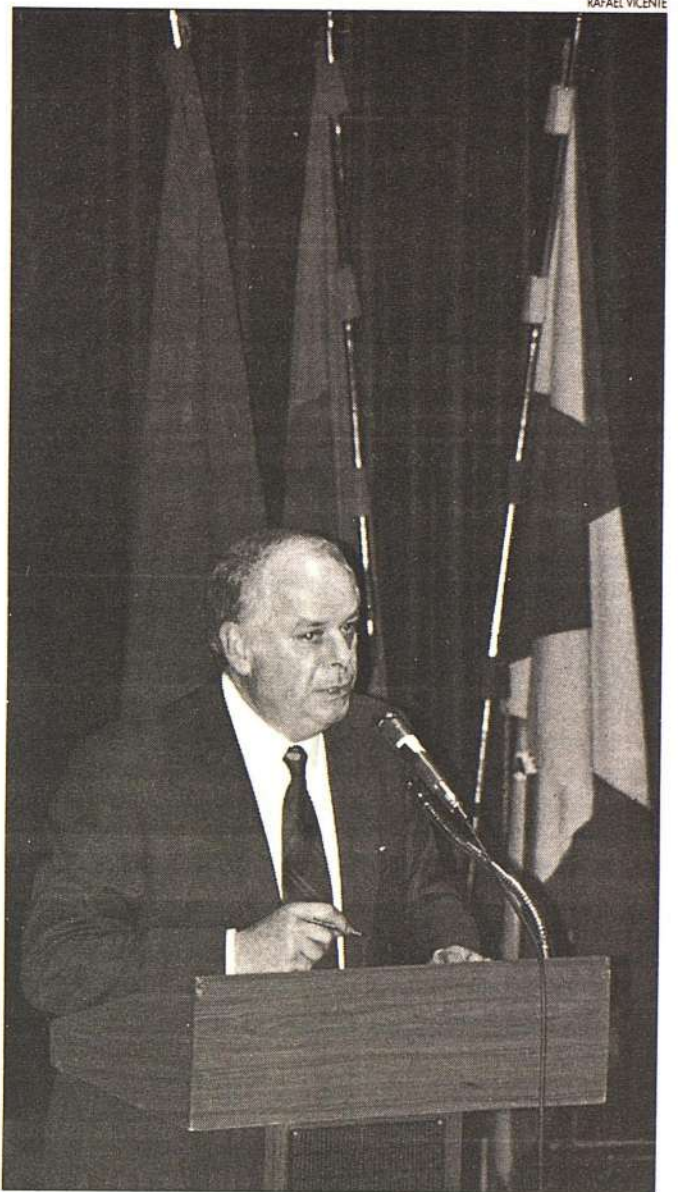
"Há tempo demais que se espera a resolução desta questão e é lamentável que vos diga hoje que não é possível ter connosco um psiquiatra", continuou.

Na sessão de abertura estiveram também o governador civil de Bragança, o representante da autarquia local e o presidente da Direcção da Delegação de Bragança, que se congratulou com a realização do encontro.

No encerramento, informou-se que, por falta de tempo, a realização do segundo painel de intervenções, que inclui as apresentações da psicóloga e da técnica de serviço social da ADFA (Porto), fica adiada para uma data a determinar.

Estiveram também presentes os representantes da sub-região de Saúde de Bragança e do Centro Regional de Segurança Social local. •

RV



## Delegações

### Castelo Branco

#### Almoço de Natal

A Delegação de Castelo Branco vai realizar o tradicional almoço-convívio de Natal, no dia 13 de Dezembro, Sábado, pelas 13h00, no restaurante "Polo Norte" (situado junto ao Modelo), em Castelo Branco.

"A presença de todos torna-se indispensável e não poderá contar com ausências, uma vez que o convívio e a camaradagem contribui cada vez mais para estreitar os laços de amizade e união de que a nossa ADFA, tanto necessita", considera a Comissão Administrativa da Delegação, que apela a um esforço adicional, "para que tornemos este dia, um dia inesquecível para a vida da nossa Delegação".

As inscrições devem chegar à Delegação até ao dia 10 de Dezembro.

O almoço inclui "diversas iguarias: salgadinhos e entradas diversas, sopa de legumes, bacalhau assado no forno, lombo de porco assado, vinhos e outras bebidas, sobremesas, café e digestivos". •

#### Desafio à participação

Eis que é chegado o tempo, dos associados da Delegação de Castelo Branco demonstrarem o seu apreço pela Delegação e os serviços que ela presta aos seus associados e à sociedade em geral. Sem querer ser paternalista é no entanto indispensável que os sócios saiam da sua mordomia e descanso e se assumam como parte integrante de uma causa que em primeiro lugar é sua e depois das suas famílias.

Porque afinal como se têm conseguido ao longo do tempo os direitos e regalias que hoje temos e exigimos o seu melhoramento?

Como podemos exigir se não participamos?

É verdade que a própria doença por vezes limita a nossa participação, mas será sempre?

Da minha curta experiência na Comissão Administrativa ficou marcado em mim que muito trabalho se fez, muito ainda há para se fazer, mas no entanto não se pode trabalhar se os associados não comparecerem na sua sede (casa), nem que seja para dar uma palavra de encorajamento, um "puxar" de orelhas pois isso só revelava que havia interesse.

Eu próprio, não tenho qualquer problema em que me digam que estou errado, que falhei, pois só me pode dizer isso quem está a par dos problemas e isso é óptimo, este estado de banho maria em que se encontram os associados é no mínimo frustrante.

Assim o nosso próximo desafio passa-se com o acto eleitoral é bom que todos nós interiorizemos o seguinte: O nosso voto realça o valor e a estima que temos com a ADFA, as pessoas passam mas a organização tem de ser prestigiada, nesta altura só o nosso voto conta.

No dia 29 de Novembro conto com todos para fazermos do acto eleitoral a mudança da página que nos falta fazer, e uma nova História começa a ser escrita com a participação de todos. •

### Famalicão

#### Plano de férias da Delegação

No mês de Dezembro, a Delegação de Famalicão encontrar-se-á encerrada nos dias 22, 23, 24, 25, 26 e 31 de Dezembro e dia 1 e 2 de Janeiro de 2004. •

#### Festa de Natal

A manhã do dia 07 de Dezembro está marcada para a distribuição de brinquedos, chocolates e balões aos filhos e netos dos associados, com programa de animação

cultural, no salão paroquial da Igreja de Pevidém. A festa é organizada pela Delegação de Famalicão, que enviará pelo correio uma circular para informar os associados. •

### Funcionamento do Núcleo de Braga

O funcionamento do Núcleo de Braga e a ida das funcionárias da Delegação de Famalicão às suas instalações no primeiro Sábado de cada mês ficam suspensos até ao mês de Janeiro de 2004, devido a obras em curso nas instalações da Igreja de São Lázaro, onde tem funcionado o Núcleo da ADFA. •

### Actualização de dados

Face ao trabalho em curso do carregamento da base de dados do programa GIS, a Direcção da Delegação de Famalicão solicita a todos os associados a actualização das suas moradas. A Delegação chama a atenção para a actualização dos códigos postais (sete dígitos).

### Núcleo de Guimarães

Em Dezembro, a deslocação das funcionárias da Delegação de Famalicão ao Núcleo de Guimarães fica marcada para o dia 20 de Dezembro e não no dia 27, como estava definido (último sábado de mês). •

RV

### Nota da Redacção

Por lapso, na última edição do ELO não foi publicada a idade dos associados falecidos. Apresentando as devidas desculpas pelo sucedido, o ELO publica aquela informação: Adriano Bandeira, 55 anos; Arnaldo Branco, 60 anos; Cândido Azevedo, 59 anos; José Oliveira, 56 anos; Júlia Moreira, 84 anos; Leonel Ferreira, 58 anos. •

### Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

#### Aníbal Alves Brito

Associado n.º 7138  
58 anos  
Faleceu no dia  
03/10/03



Residia em Vila Fria, Viana do Castelo. Deixa viúva Maria José Peixoto Vieira. Serviu em Moçambique, na 10ª Companhia de Comandos.

Associada n.º 14780  
86 anos  
Faleceu no dia  
17/09/03



#### Maria Figueira Abreu

Associada n.º 11269  
84 anos  
Faleceu no dia  
17/08/03



Residia em Câmara de Lobos, Madeira.

Deficiência nas Forças Armadas e Guardia Civil

# ADFA no Seminário Internacional da ACIME

"Cabe às associações de deficientes militares ter constantemente presente a noção de que os governos garantem sempre a existência de recursos, para o fomento e manutenção das guerras, mas é para eles um fardo assegurar a dignificação e inserção social das suas sequelas."

Foi assim que ficou concluída a intervenção do presidente da DN, Patuleia Mendes, no Seminário Internacional "Discapacidad en las Fuerzas Armadas y Guardia Civil", organizado nos dias 29 e 30 de Outubro, no Palácio de Congressos de Madrid.

A hora do fecho da edição o dirigente entregou ao ELO a sua comunicação, reconhecendo, como naquele documento, a dificuldade e envergadura da tarefa que constitui o trabalho e as negociações para que venha a ser publicado o Estatuto do Deficiente Militar. "Temos como pano de fundo o exemplo do passado, e não vamos permitir que, por falta de força e dinâmica da ADFA, qualquer poder, ainda que democraticamente eleito, possa pôr em causa a dignidade daqueles que, de cabeça levantada, deram, dão ou darão, o melhor das suas vidas ao serviço das Forças Armadas Portuguesas, nas matas de África (durante a Guerra Colonial), nas missões de manutenção da Paz, humanitárias ou de cooperação técnico-militar", afirma o dirigente.

A intervenção trata também de apresentar um pouco da história que envolve os deficientes militares portugueses, desde a criação, em 1827, do Hospital Real de Inválidos Militares, à publicação do DL 43/76, de 20 de Janeiro.

O Código de Inválidos, criado em Fevereiro de 1929 e que considerou os direitos e deveres dos inválidos de guerra (I Guerra Mundial), realça o presidente, evidencia a definição de "zona de guerra, que compreendia não só as tropas avançadas como as situadas imediatamente à sua retaguarda, incluindo repartições, hospitais, depósitos e oficinas, e as áreas de operações navais". No âmbito daquele diploma "só estavam considerados os ferimentos causados pelo inimigo, fogo de tropas amigas, minas marítimas, ou serviço oficial, desde que não causados pelo próprio", sendo também abrangidas "as lesões agravadas em serviço". Para Patuleia Mendes, isto "mostra a sua abertura, em situações em que ainda hoje nos deparamos com resistências por parte da Administração".

Patuleia Mendes apresentou os benefícios dos militares que ficaram deficientes e dos seus familiares, salientando que o Código se manteve em vigor até 1937.

Em Portugal, com o congelamento da tabela de pensões, a degradação da situação dos inválidos de guerra durou até aos anos 70.

O presidente da DN aludiu à criação da Liga dos Combatentes da I Grande Guerra, em Outubro de 1923, como organização não governamental que também apoiou os deficientes militares e que, passando a ser tutelada pelo Governo, viu anulado a sua vertente reivindicativa.

Com a Guerra Colonial e "com o inevitável cortejo de feridos e deficientes em campanha", em Abril de 1963, foi publicado um decreto-lei que permitia trouxe alguns benefícios aos deficientes militares, sendo alvo de revisão em 1964. O decreto viria a ser complementado por uma portaria de Março de 1972.

A filosofia deste tema altera-se com a publicação de um decreto, em Maio de 1973, prevendo-se "o alargamento dos direitos dos deficientes dos quadros permanentes ao pessoal do serviço militar obrigatório".

A inauguração, em 1970, do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, para albergar os grandes deficientes dependentes da Guerra Colonial, constitui, com 50 lugares, "o único estabelecimento de acolhimento para os cerca de dois mil deficientes em condições de a ele poderem vir a acorrer", lembra o presidente.

A publicação do DL 43/76, em Janeiro de 1976, "ainda hoje a legislação de base dos deficientes militares e que deverá ser sempre a referência para futuros desenvolvimentos nesta área", consignou alguns conceitos novos, "como o direito à reparação das

consequências da guerra, e à reabilitação e integração social".

Segundo realça o presidente, "legislação posterior veio complementar estas disposições, integrando os não militares que tinham combatido ao lado das nossas tropas (milícias, guias, carregadores, etc.)".

Sobre a função da ADFA, "como intransigente defensora dos deficientes militares portugueses", o dirigente sublinhou "a audição constante dos seus associados para, com equilíbrio, mas firmeza, expor ao Governo as lacunas existentes na Lei, as quais põem em causa a dignidade e qualidade de vida dos deficientes militares".

O Seminário foi também informado de que "estão em curso negociações intensas para que se faça justiça e alcancem melhorias dos reconhecimentos já efectuados, para que, com a complementaridade de alguns diplomas avulsos, seja publicado o Estatuto do Deficiente Militar, que compile toda a legislação dispersa, colmate lacunas e melhore situações vigentes, em relação aos deficientes de ontem, hoje e amanhã".

Entre os objectivos do Seminário destaca-se a intenção de "dar a conhecer e analisar a problemática dos deficientes militares e das suas incapacidades, como o Stress de Guerra".

O presidente da DN foi acompanhado pelo 1º secretário da DN, Santa Clara Gomes. •

RV

Assembleia da República

## Deputados aprovam medidas inclusivas

A "não discriminação de cidadãos com deficiência ou incapacidade", "o favorecimento do acesso ao Parlamento pela parte de pessoas com deficiência" e a elaboração de um "regulamento interno que visa a melhoria de acesso à Assembleia da República (AR) e aos respectivos serviços" foram projectos de deliberação propostos pelos deputados do Partido Ecológico "Os Verdes", do PSD e do CDS/PP, que foram debatidos e aprovados no dia 16 de Outubro.

A primeira iniciativa coube aos Verdes, que defendem que "o Parlamento, enquanto casa comum da democracia e espaço privilegiado da cidadania, deve impulsionar, através de medidas concretas, uma cultura de não discriminação, de integração e de igualdade de oportunidades para com estes cidadãos com deficiência ou, de algum modo, limitados nas suas capacidades". Aquele partido defende a criação de um Código de Boas Práticas, com especial atenção à medidas a adoptar na organização interna e funcionamento do Parlamento, com uma "vontade clara de eliminar as barreiras com que estes cidadãos se deparam".

As medidas que os três projectos de deliberação consideram prioritárias prendem-se com a adaptação de espaços, a compati-

bilização técnica de equipamentos, a diversificação nos suportes de informação e divulgação, nomeadamente da produção legislativa, que assegurem, "com a maior autonomia possível", o acesso e a utilização plena de espaços e de equipamentos como o restaurante, as casas de banho e as bibliotecas, e dos materiais e meios de acompanhamento da actividade parlamentar.

Na área da comunicação, os projectos prevêm o uso da língua gestual para acompanhamento da actividade parlamentar através do Canal Parlamento e a produção em Braille da Constituição da República Portuguesa e da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Os meios e materiais de suporte à informação, edição e estudo, devem também ser adaptados, recorrendo-se, a materiais gravados em áudio, em Braille e com caracteres ampliados (para os amblíopes).

A eliminação das barreiras arquitectónicas no Palácio de São Bento, com um levantamento dos espaços que devem ser melhorados, devem permitir maior acessibilidade às galerias, ao edifício novo, às escadarias e à biblioteca, através da colocação de corrimãos de apoio, da instalação de pavimentos anti derrapantes e de bandas de sinalização.

A criação de um site orientado para os cidadãos portadores de deficiência é outra medida a estudar que é transversal em todas as propostas.

Para dignificar o acesso ao Parlamento, foi defendida também a adaptação da entrada principal do Palácio de S. Bento, salvaguardando o seu valor patrimonial e estético.

O PSD defendeu que "seja posto em prática um conjunto vasto de medidas de luta contra a discriminação, de acções positivas e de compensação, por forma a eliminar ou diminuir, na medida do possível, as consequências negativas de cada deficiência", realçando o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência como a altura para arrancar com as medidas apresentadas.

"A formulação e execução destas medidas devem ser asseguradas com a participação estreita das associações representativas das pessoas com deficiência", acrescenta o PSD.

O CDS/PP também defendeu estas medidas, sublinhando a importância da criação de um regulamento interno, mediante consulta das instituições ligadas às pessoas com deficiência.

O ministro da Segurança Social e do Trabalho participou na sessão realçando que



"não bastam as leis (úteis), os financiamentos (indispensáveis), as estruturas orgânicas (necessárias)", sendo preciso uma "amadurecida consciência colectiva, uma irrepreensível responsabilidade cívica e empresarial, uma profunda sensibilidade e uma inabalável vontade de, passo a passo, construir uma sociedade crescentemente inclusiva".

Anunciou ainda "a breve entrada nesta Câmara de uma proposta de Lei de Bases para a área da deficiência", bem como a elaboração em curso de uma nova lei das organizações relativas às pessoas com deficiência, que confira maior capacidade de intervenção. "O Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade será em breve concluído", garantiu ainda o ministro. •

RV

## ACAPO vai apresentar petição ao presidente da Assembleia da República

No Dia Mundial da Bengala Branca, 16 de Outubro, em audiência concedida para o efeito, a ACAPO deu conhecimento a Mota Amaral do lançamento de uma petição para a representatividade das pessoas com deficiência nos diversos centros de poder. A petição, a apresentar ao Parlamento em

momento oportuno, "será subscrita por, pelo menos, dez mil cidadãos, número duas vezes superior ao necessário para obrigar à sua apreciação em sessão plenária da AR", salienta a Direcção da ACAPO.

A iniciativa, que conta com o apoio de várias personalidades públicas, será

acompanhada de uma campanha de comunicação.

Para a ACAPO, a representatividade das pessoas com deficiência nos diversos centros de poder (políticos, económicos e sociais) é uma das formas de reforçar o exercício da sua plena cidadania.

A petição será lançada publicamente numa cerimónia a realizar no início de Novembro onde será, também, apresentada a campanha de comunicação. •

RV





### Órgãos Sociais Nacionais

### Lista A

### Candidata aos Órgãos Sociais Nacionais (MAGN, DN e CFN) para o triénio 2003-2006

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Presidente .....	António dos Santos Carreiro .....	n.º 1334
1.º Secretário .....	José dos Santos Couto Ramos .....	n.º 234
2.º Secretário .....	Manuel Rocha Ferreira .....	n.º 3144

#### DIRECÇÃO NACIONAL

Presidente .....	Cândido Manuel Patuleia Mendes .....	n.º 519
1.º Vice-Presidente .....	Artur José Caldeira Vilares .....	n.º 8626
2.º Vice-Presidente .....	Joaquim Mano Póvoas .....	n.º 252
1.º Secretário .....	José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes .....	n.º 14170
2.º Secretário .....	Sérgio Francisco Carapeto Azougado .....	n.º 12183
3.º Secretário .....	José Carlos Ferreira Pavoeiro .....	n.º 8617
Tesoureiro .....	Armindo Marques Matias .....	n.º 53

#### CONSELHO FISCAL NACIONAL

Presidente .....	Armando Manuel Oliveira Guedes da Fonte .....	n.º 2943
Secretário .....	António Cotrim Viana .....	n.º 2429
Relator .....	Henrique de Sá Pereira .....	n.º 14759
1.º Vogal .....	José Ribeiro Camilo .....	n.º 584
2.º Vogal .....	Fernando Jesus de Sousa .....	n.º 210

## Programa de Acção "Serenidade em Mudança"

### INTRODUÇÃO

Chega ao fim mais um ciclo da vida da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, ao concluir-se o mandato eleitoral, relativo ao período que decorreu de 2000 a 2003.

Durante o exercício deste crédito de confiança, que os associados neles depositaram, têm os Órgãos Sociais Nacionais, que agora cessam funções, a exacta noção de que nem tudo correu bem, e isso nem sempre por culpas assacáveis a terceiros, e que, de parte dos factores positivos de conclusão favorável, o seu êxito foi fruto, também, de envoltórias externas.

Porém, neste saldo consciente de "deve e haver", afigura-se-nos que o trabalho desenvolvido, pelo empenhamento, tenacidade e resultados alcançados, deverá ser merecedor do respeito do conjunto dos associados, o que nos levou a analisar as circunstâncias que, eventualmente, poderão ter levado a essa verificação.

Para não recuar mais no tempo, destacamos, pela sua proximidade, os acontecimentos seguintes, que também enquadraram a nossa base de avaliação:

- A política de gestão corrente dos meios e património da ADFA, a forma serena como foram conduzidas as deliberações do CN, relativas às questões diversas que se viveram nas delegações de Castelo Branco e Coimbra, mereceram na, muito participada, AGNO de 12 de Abril do ano corrente, o vastíssimo assentimento dos presentes; e,

- A "Estratégia Reivindicativa da ADFA", exposta em documento elaborado pela DN, com a colaboração de todas as delegações, concitou aprovação generalizada na AGNE de 28 de Junho último, uma assembleia com um número de participantes, de que já não havia memória, convocada pela AGNO anterior, em sequência da alteração, nesse sentido, do "Plano de Actividades" da DN para o corrente ano, por decisão unânime, do CN de 23 de Março findo.

Conscientes da valia do projecto associativo, recuperado pela dinâmica do IV Congresso e posto em prática desde há três anos, perante ainda aquelas concludentes manifestações de confiança, livremente expressas pelos associados individualmente, o apoio generalizado das delegações e a consciência, apesar de muito estar por fazer, do muito que foi também executado, os actuais Órgãos Sociais Nacionais deliberaram expor o seu trabalho à apreciação do plebiscito, apresentando Lista "A" com as candidaturas ao acto eleitoral que se avizinha.

Temos a consciência plena de que o tempo é escasso, de que as questões estão equacionadas, à espera tão somente de resolução, de que os grandes deficientes vêem avolumados os seus problemas e diminuída a sua qualidade de vida, pelo que não nos perderemos num programa eleitoral difuso, complexo e desobjectivado.

Legemos o conjunto de objectivos, que nos propomos pôr em prática durante o próximo mandato, de entre as conclusões do IV Congresso, e dividimo-los em cinco grandes vectores, a saber:

- I - Associativismo
- II - Reorganização estrutural, orgânica e administrativa
- III - Estratégia Reivindicativa
- IV - Reabilitação
- V - Relações externas

#### I - Associativismo

A vivência associativa, que se espelha na capacidade de mobilização de associados, resolução dos seus problemas e oferta de alternativas de qualidade de vida, em contrapartida com a sua busca pelo seio da associação, para o equilíbrio dos seus anseios, sejam eles de saúde, de manutenção e conquista de quaisquer direitos, de procura de espaços de lazer e cultura, ou de simples tertúlia, é a mola real dos objectivos e existência da ADFA.

Inicia-se o próximo mandato, com duas incumbências de alta responsabilidade:

A deliberação da AGNE, de 28 de Junho último, que obriga a Associação, ou seja, todos nós, a encetar a aplicação dos meios entendidos por convenientes, para pressionar o governo a dar satisfação à proposta de "Estratégia Reivindicativa", então aprovada, se o não fizer até ao fim do corrente ano de 2003; e,

Preparar, com intensidade e vigor, a comemoração do 30.º Aniversário da ADFA, que ocorrerá no próximo dia 14 de Maio, e que, se o governo não assumir os compromissos que o Ministro de Estado e da Defesa Nacional tornou públicos no 28.º Aniversário, em Famalicão, se poderá transformar, de jornada de celebração festiva, num dia de reivindicação pública de contornos muito intensos.

O primeiro semestre de 2004 será, pois, pedra de toque do futuro da vida e afirmação, a oportunidade das oportunidades, para a união de todos os deficientes militares, em volta dos objectivos colectivos e individuais de um futuro que já começou.

Temos bem presente a nova realidade dos abrangidos pelos ideais que prossequimos há 30 anos, nos quais têm acolhimento as gerações de novos deficientes militares e as viúvas dos camaradas falecidos, que constituem número já assinalável das novas inscrições de associados efectivos.

Mas, para corresponder à verdadeira transversalidade associativa da ADFA, esta tem que se adequar às realidades e desafios actuais, internos e externos, dando o passo certo de organização responsável, num mundo em vertiginosa mutação neste início de século.

A ADFA tem que chegar mais vezes e com mais respostas junto do associado, mormente do portador de deficiências profundas, em contrapartida, aquele deverá abeirar-se mais dela, com a expectativa e confiança de melhores apoios para os seus problemas. Para tal, os dirigentes, mais do que meros "chefes de secretaria", devem ir ao encontro do associado, os serviços, nacionais e locais, mais do que meras câmaras burocráticas, de duvidosa competência e eficácia, devem constituir-se em espaços de relação humana por excelência, onde o associado conjuntamente com a recepção de um serviço, ou sem ela, encontre um ambiente agradável de convívio, onde os seus problemas e deficiências recebam o amparo da camaradagem e o bálsamo da compreensão.

Nada disto se obterá, se os trabalhadores não forem educados para uma nova cultura de relacionamento, através da qual, mais do que a frieza de uma secretaria regimental, o associado contacte com a afabilidade, reserva positiva de conhecimentos e humanidade, por parte dos colaboradores da sua Associação.

Fulcral missão cabe nesta vertente ao jornal ELO, o veículo privilegiado da passagem e troca de informação, o qual, com rigor no seus custos, tem muito mais a dar a uma camada de cidadãos, carentes de leitura que lhe interesse e vá ao encontro dos seus anseios de conhecimento.

Depois da alteração positiva, no seu modo de envio, há que fazer com que o ELO seja um vector ainda mais forte de coesão entre todos os deficientes das Forças Armadas para melhor cumprir este objectivo, será levado a cabo uma remodelação gráfica e aumento do espaço do jornal até onde as restrições financeiras o permitam.

Não preparada a ADFA para esta mudança, o futuro da organização correrá riscos de monta, com consequências que ninguém, com seriedade, tem capacidade de prever.

Sabemos não ser fácil encarar esta tarefa incontornável e urgente, mas é para a enfrentar que os Órgãos Sociais cessantes decidiram candidatar-se ao futuro mandato!

#### II - Reorganização Estrutural, Orgânica e Administrativa

A experiência associativa da ADFA, tão diversificada durante os 30 anos da sua existência, vão-nos permitindo o acumular e renovar de conhecimentos que, no momento, nos levam a constatar a necessidade de uma reforma estrutural que nos proporcione uma associação mais funcional, eficaz e afável. Este objectivo passa, sem dúvida, por uma revisão dos Estatutos, que os aligeire e operacionalize, adequando a estrutura às necessidades, e não estas àquela, um documento prático e voltado para os desafios do século XXI, tendo em conta as carências de cada tipo de deficiência, e os interesses das diversas gerações de deficientes das Forças Armadas, provocados, e a provocar, ontem, hoje e amanhã, pelos acidentes e doenças com origem nos conflitos, missões humanitárias, de manutenção de paz e cooperação técnico-militar, ou do risco sempre latente em qualquer acto do serviço militar.

Depois da implementação da cobertura geográfica nacional da ADFA por delegações, com a criação da de Lisboa, é essencial a promoção de um debate sobre a redefinição da influência territorial de cada uma delas, adequação da sua distribuição pela área do país e estruturas orgânicas em que se devem suportar, no primado da sua adaptação à realidade presente, e futura, dos problemas dos associados, na tarefa inevitável e inadiável de lhes dar solução, uma vez que, genericamente, eles já vão estando identificados.

A inter-relação entre os Órgãos Sociais, a nível nacional, vai obrigar a uma nova filosofia na redistribuição de recursos e gastos, agora que todo o espaço nacional está coberto pela influência das 12 delegações. Há que ter a coragem de enfrentar a situação da coabitação com a Delegação de Lisboa, na Sede Nacional, convivência potencialmente geradora de conflituosidade institucional, nada profícua para a serenidade que produz ideias e dá tempo útil para as desenvolver.

Em sentido a uma harmonia nacional na aplicação dos recursos da ADFA, não pode a DN continuar com resultados deficitários, enquanto as delegações, umas mais outras menos, respiram situações financeiras de algum desafogo. O orçamento tem pois, que passar a ser elaborado dentro de parâmetros diferentes e numa filosofia mais solidária, para que a gestão global seja definitivamente transparente.

Os recursos obtidos, de subsídios, quotas ou áreas produtivas, são receitas de toda a ADFA, tal como os custos, necessariamente apertados, obedecerão a uma gestão abrangente, pois nenhuma estrutura da associação é proprietária de bens próprios, por serem pertença do todo associativo, numa cadeia de vasos comunicantes, que terá que ser gerida através do orçamento geral aprovado pelo Conselho Nacional. Não há outra forma de uma correcta gestão do património mobiliário e imobiliário da ADFA.

Para aproximar a ADFA dos seus associados, e estes dela, têm que reformular-se de imediato os modos de procedimento e ligação com o seu universo, requalificando-se, se possível, os trabalhadores mais próximos do atendimento e prestação de informações, para os quais é imprescindível o correcto manejo das ferramentas informáticas e da interpretação da legislação e outra documentação relevante.

Só assim se conseguirá uma fiável prestação de informação, recolha e organização da recebida, e seu encaminhamento, para que, como se tornaria inadmissível, não haja incorrecção de comportamentos, que afastem associados, ou coloquem a ADFA em situação de descrédito, perante as instituições públicas, militares ou privadas.

O Conselho Nacional deverá perfilar-se como um Órgão mais ágil, operacional, autónomo e acreditado, com capacidade de se auto-gerir e ser mais interveniente na definição e acompanhamento das grandes linhas orientadoras da vida associativa.

Reduzido para cinco o número dos seus componentes, a Direcção Nacional deverá ser suportada por assessorias técnicas e associativas que, em vez da mera gestão administrativa, lhe permitam executar as suas verdadeiras tarefas estatutárias de decidir as grandes políticas associativas e exercer, com dignidade e independência, a representação da ADFA a nível nacional e internacional.

Cumulativamente impõe-se o reajustamento dos quadros técnicos e do pessoal administrativo, dependentes da estrutura nacional e das delegações, para que os horizontes dos dirigentes não se frustrem, por falta de capital humano, em quantidade e qualidade, que os execute na prática.

Este labor só virá a ter êxito e continuidade, com uma intervenção imediata na requalificação dos associados disponíveis para assumir cargos directivos e assessorias, com a tarefa simultânea da busca da capacidade de recrutamento respectivo, entre as associadas viúvas e as camadas mais jovens de deficientes militares, sem o estigma da discriminação pela razão do sexo.

Importa clarificar estatutariamente a figura do actual Núcleo de Maputo, em Moçambique, e sua forma de funcionamento, para que, da solução consolidada, se parta para a possibilidade da criação de estruturas semelhantes de apoio aos deficientes militares das Forças Armadas Portuguesas, também à espera dele em Angola e Guiné-Bissau.

#### III - Estratégia Reivindicativa

O IV Congresso objectivou perfeitamente a linha de orientação da ADFA, na conduta e prioridades da sua "Estratégia Reivindicativa".

Das suas conclusões se desenrolou o "Elenco de medidas a adoptar", caderno reivindicativo, oportunamente apresentado ao Ministério da Defesa Nacional, com o primado das prioridades definido pela seguinte ordem: deficientes militares com os seus problemas ainda por resolver, aqueles a quem não foi praticada justiça, e os que com ela considerada, esperam por outros tipos de reconhecimento.

São, pois, carentes de mais urgente satisfação das suas necessidades, aqueles que se encontram em situações físicas, mentais, ou económicas mais débeis.

Terminado um mandato, com recheio de muitas promessas e poucas conquistas, com garantias ministeriais de que, no final da actual legislatura, os deficientes militares estarão melhor do que em Maio de 2002, é chegada a altura de ver qualquer sinal palpável que demonstre a veracidade do que foi afirmado.

Todas as preocupações legislativas dos nossos associados estão equacionadas e presentes no Ministério da Defesa Nacional. Desse modo, de forma avulsa, ou integradas no Estatuto do Deficiente Militar, também ele prometido, já é tempo de aparecer publicada a garantia da adopção de tantas medidas, já decididamente equacionadas.

Para resolução imediata, de entre as questões constantes dos documentos "Elenco de Medidas a Adoptar" e "Estratégia Reivindicativa", aprovado na Assembleia Geral Nacional Extraordinária de 2003 JUN. 28, A DN destaca e prioriza os seguintes:

- Clarificação dos conceitos de "serviço de campanha e risco agravado";
- Melhoria das pensões dos deficientes em serviço e das viúvas;
- Melhoria do funcionamento do sistema de comparticipação da assistência médica e medicamentosa;

Implementação da Lei 9/2002 "Contagem do tempo de serviço";  
Equiparação do cálculo do posto de Furiel;  
Introdução dos escalões na contagem dos DFA;  
Eliminação das desigualdades de tratamento no que respeita à aplicação do DL 134/97.

#### IV - Reabilitação - Saúde Militar e Apoio Social

A presente fase etária da esmagadora maioria dos associados, os que adquiriram as suas deficiências durante o período em que decorreu a Guerra Colonial, impõe dedicação profundamente intensa aos seus problemas, em agravamento acelerado, designadamente em relação aos portadores de incapacidades de maior porte.

Durante o futuro mandato, o que não se obtiver clara e objectivamente, no que se refere à segurança e garantia de manutenção da prestação eficiente do apoio das estruturas de saúde militar, e na implementação da sua descentralização assegurada nas regiões afastadas dos hospitais militares, perderá certamente hipóteses de aplicação e, nessa premissa negativa, constituirá um grave revés para a qualidade de vida dos deficientes militares e um profundo desrespeito pela legislação que lhes é aplicável.

Igual problema se levanta, em relação ao apoio ao envelhecimento e agravamento das situações de dependência dos grandes deficientes e suas mulheres, num quadro que já é preocupante, e se agravará no prazo imediato, sem haver à vista respostas, em quantidade e dispersão geográfica, que permitam o mínimo sentido de expectativa e tranquilidade, aos potenciais utilizadores e a quem competir a tarefa de avaliar e congregar os seus anseios.

No imediato, para que possa ser possível a análise correcta do volume das necessidades, terá que ser levada a cabo a tarefa nacional de actualização das bases de dados do programa da Gestão Integrada de Sócios (GIS), sem o que o esforço que constituiu a modernização do "hardware e software" informáticos, e a sua ligação em rede a todas as delegações, representa um bem e uma mais valia caros, que servem para se dizer que se têm, mas, na prática, não atingem o fim para que foram concebidos.

Para uma correcta abordagem das necessidades dos associados, das dificuldades que as suas deficiências colocam ao acesso às prestações de saúde e de apoio domiciliário ou de residência protegida, tem que se munir os dirigentes e serviços da A DFA de informação imediata, que fundamente a credibilidade das nossas propostas e a rapidez na escolha da solução ideal para cada problema.

Tem que ser encontrado, em consonância com os ministérios da Defesa Nacional e da Saúde, com as estruturas militares da saúde e os serviços públicos de saúde, um sistema de apoio descentralizado que assista os deficientes militares, cujas deficiências e idade tornem impraticável a sua deslocação aos hospitais militares, sem ser posto em causa o seu intocável direito aos cuidados de saúde.

Contudo, a A DFA não pode permitir o abrandamento do nível das prestações de cuidados de saúde, por parte dos hospitais militares, e exigir a continuidade da obrigação legal da prescrição de ajudas técnicas e material protético, sem o subterfúgio de esgotamento de verbas ou a insensibilidade intolerável da classe médica.

Simultaneamente, não é tolerável o atraso inexplicável do reembolso das despesas de saúde, por parte das ADM, quer aos serviços médicos que a A DFA tem contratados com aquelas, quer aos associados, no que concerne à parte não comparticipada de medicamentos e actos médicos.

A DN incentivará a denúncia da estagnação da Rede Nacional de Apoio ao Stress de Guerra, sem vislumbre da sua eficaz aplicação, por parte dos Centros de Saúde e Unidades de Saúde Mental, com a correspondente inacção do sub-sistema de saúde militar.

Continuaremos a exigir a acreditação da A DFA, como entidade competente para proceder às fases de despiste e avaliação, em articulação com os serviços militares de saúde, conforme aliás lhe tem vindo a ser garantido desde início de 2002.

Relativamente ao apoio domiciliário e política de recolhimento, urge adaptar a redacção do n.º 5, do art.º 15.º do decreto-lei n.º 43/76, à realidade do século XXI.

O Lar Militar deverá ter, nesse elevado serviço, uma missão incontornável, ao ser-lhe atribuída a função, prestada por uma equipa técnica e competente, de nomeação do Ministério da Defesa Nacional, que ali centralize a recolha das necessidades de acolhimento de todo o país.

Em coordenação nacional, aquela equipa, para além do acolhimento dos utentes com direito a acesso àquela estrutura, de preferência os residentes na área de Lisboa, deverá encontrar condições de internamento e apoio através das IPSS locais, para que não se desenraíze o deficiente, seja ele idoso ou não.

Tal tarefa tem que emergir de uma moderna filosofia para o Lar Militar, captando para ela as diversas entidades com ele relacionadas, com particular relevância, de imediato, para o Ministério da Defesa Nacional, a Cruz Vermelha Portuguesa e a A DFA.

O desenvolvimento dessa nova filosofia passará por garantir a celebração de um protocolo de aplicação, que englobe os ministérios da Defesa Nacional e da Segurança Social e do Trabalho, a entidade de gestão do Lar Militar, o IASFA e as Uniões das Misericórdias e das IPSS.

Entretanto, para a evolução da prestação da A DFA na área da reabilitação, seja na confecção de próteses em Lisboa ou na implementação de uma montra de novas tecnologias em ajudas técnicas, aquela deve estreitar e aprofundar a sua ligação com as realidades de reabilitação existentes, seja no estrangeiro, fruto das deslocações próprias já efectuadas, seja a nível nacional, designadamente com o CRPG. Continuará a incentivar-se, durante o futuro mandato, a instalação definitiva, o investimento e a modernização da Tipografia-Escola e a construção e desenvolvimento do Projecto de Remodelação e Ampliação das Instalações da Delegação do Porto, depois da recente cedência do prédio da Rua dos Francos, pelo Ministério da Defesa Nacional, tal como a continuação do desenrolar das negociações com a Direcção Geral de Infra-Estruturas daquele Ministério e a Presidência do Governo da Região Autónoma dos Açores, para a implantação do Centro de Reabilitação dos Açores, em Ponta Delgada.

#### V - Relações Externas

A DN continuará a desenvolver os actuais níveis de bom relacionamento institucional com a Presidência da República, Presidência da Assembleia da República, suas Comissões, designadamente a de Defesa, e todos os Grupos Parlamentares, Governo, com particular incidência nos Ministérios da Defesa Nacional, da Segurança Social e do Trabalho, e da Saúde, instituição militar, autarquias, associações da área da deficiência e de ex-militares e antigos combatentes.

Incentivaremos uma maior intervenção e fornecimento de informação, por parte do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), sobre a prestação de cuidados de saúde, ajudas técnicas e políticas de apoio às necessidades e direitos especiais dos cidadãos deficientes, existam elas no país ou no estrangeiro.

Interviremos no apuramento da verdadeira razão, pela qual foram esvaziados formalmente de conteúdo o Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência (CNRIPD), no âmbito do Ministério da Segurança Social e Trabalho, e do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA), que deixaram de ser convocados, sem vislumbre de uma razão lógica para que tal tenha acontecido, nem perspectiva da criação de estruturas alternativas que os substituam.

A DN proporá aos órgãos associativos competentes a definição clara das políticas de intervenção, ou eventual filiação:

No movimento associativo português da área da deficiência, no qual se movimenta o surgimento de um "Forum", que pretende congrega as sinergias das associações dos cidadãos com deficiência e das suas famílias;

No movimento associativo dos antigos combatentes, onde já existe um protocolo entre algumas associações, nas quais a A DFA não se inclui, sendo embora convidada a estar presente nas suas reuniões, na qualidade de observadora; ou,

No "Forum das Pessoas com Deficiência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", organização já existente e aberta a todo o tipo de associações de deficientes, e que já endereçou convite à A DFA para que se integre naquele movimento.

Continuaremos a nossa prestação na FMAC, acorrendo às reuniões possíveis, desde que a nossa presença seja reconhecida como útil e, desejavelmente, apoiada financeiramente. De todas as formas, a A DFA vai encarar a sua continuidade naquela organização internacional, com o novo dado de que a Liga dos Combatentes é também dela membro permanente, em representação de Portugal.

Continuará a perscrutar-se a reunião de condições, para que se aproximem as relações da A DFA com os deficientes militares de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, cujo desenvolvimento tem sido parco, por razões de alguma instabilidade naqueles países.

Com a serenidade como lema e a mudança como objectivo, enfrentaremos, com firmeza e vigor associativos, o mandato de 2003-2006 que esperamos que os associados nos confiem. \*

## Conselho Nacional - Lista A

### Lista Autónoma do Conselho Nacional da A DFA/lista A

#### CONSELHEIROS EFECTIVOS

José Machado Diniz	n.º 311
José Luís Rodrigues de Noronha	n.º 1625
António Manuel Pereira Neves	n.º 3098
Mário Soares Dias	n.º 716
Luís Crespo Pereira	n.º 2630
António Capela Ferreira Gordo	n.º 13581
José Clemente Geraldês	n.º 380
José Martins Maia	n.º 244
Luís Manuel de Almeida Ramos	n.º 3480
Orlando Helder S. Passos da Silva	n.º 11023
Alberto Lopes Casais	n.º 1047
Joaquim Louro Batista	n.º 1230
Amilton de Sá Pereira Pinto	n.º 3210

#### CONSELHEIROS SUPLENTES

José Manuel da Silva Furtado	n.º 20
Orlando Álvaro Correia	n.º 209
Armando Ramos Alves	n.º 248
António Augusto Almeida Santos	n.º 1998

## Programa de Acção

Os associados candidatos à Lista Autónoma do Conselho Nacional, conscientes da grande importância que este órgão nacional representa na vida da A DFA, verdadeiro parlamento onde têm assento os representantes eleitos do todo associativo, propõem-se:

- 1 - Pugnar pela dignificação do Conselho Nacional, para que cumpra a sua tarefa fundamental que é ser o garante da unidade e coesão da A DFA;
- 2 - Adoptar como grandes princípios orientadores da sua intervenção as Conclusões do IV Congresso da A DFA, muitas das quais ainda estão por cumprir;
- 3 - Defender a continuidade das Comissões Especializadas, como órgãos, por excelência, de análise e de estudo dentro do CN, por forma a agilizar o funcionamento das sessões do Conselho, tornando-as menos morosas e mais eficazes e produtivas;
- 4 - Suscitar a reflexão e o debate sobre as grandes questões associativas - reabilitação, apoio aos grandes deficientes e à terceira idade, reivindicação legislativa, organização interna, projecção externa - contribuindo para se encontrarem as melhores propostas e as melhores soluções para os problemas;
- 5 - Contribuir para a sensibilização da Instituição Militar e dos Órgãos do Poder Político no sentido de que seja integralmente cumprido o espírito e a letra do Decreto-Lei n.º 43/76, nomeadamente, no que diz respeito à assistência na doença e na velhice dos deficientes militares, a maioria dos quais já entrou na curva descendente das suas vidas;
- 6 - Participar na avaliação da operacionalidade das actuais estruturas da A DFA, propondo as alterações mais convenientes para o incremento da sua eficácia e, se for caso disso, a revisão dos Estatutos.

## Conselho Nacional - Lista B

### Lista Autónoma do Conselho Nacional da A DFA/lista B

#### CONSELHEIROS EFECTIVOS

José Eduardo Gaspar Arruda	n.º 593
António do Carmo Vicente	n.º 9359
Alcino Alfredo Vieira Machado	n.º 1974
José Elias Gabirro Fernandes	n.º 4758
Fernando Pinheiro Marques Brito	n.º 87
Fernando Ribeiro Cardoso	n.º 6577
Joaquim da Conceição Mochila Poeiras	n.º 12272
Armando Jesus dos Santos	n.º 3973
Lia Katali Fakir	n.º 9425
João Manuel da Cunha Lomelino Victor	n.º 8327
Adelino Silva do Vale	n.º 712
António Pereira Marques	n.º 910
Edmundo Simão Langa	n.º 13949

#### CONSELHEIROS SUPLENTES

Mário Ricardo Maciel Barbosa	n.º 871
Francisco José António	n.º 8117
Carlos Alberto Santos César	n.º 6926
Carlos Alberto Carvalho Oliveira	n.º 8281

## Programa de Acção

"Em associação de alma e coração"

Os associados que integram a presente lista, conscientes da necessidade de conferir ao Conselho Nacional a dinâmica necessária para que possa ter uma acção cada vez mais construtiva em todas as acções da vida associativa, comprometem-se a:

1. Criar as condições necessárias para que as reivindicações legislativas aprovadas no IV Congresso da A DFA, sejam finalmente transformadas em lei, nomeadamente no que respeita ao alargamento do conceito de DFA, dos Deficientes em Serviço, do Dec. Lei 134/97, de modo a superar as injustiças e a discriminação por este criadas.
- Contribuir para a implementação real da Lei 46/99 (Lei do Stress de Guerra), essencialmente no que

### AÇORES - Lista B

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	José Cabral Viveiros	n.º 5987
1º Secretário	José Carlos Pimentel	n.º 5903
2º Secretário	Abílio João da Costa Aguiar	n.º 8415

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente	Humberto Viveiros	n.º 13112
Secretário	Carlos José Furtado	n.º 10070
Tesoureiro	António Luís de Melo Branco	n.º 5574

#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	Victor Medeiros Sousa Poim	n.º 5814
Relator	Virgínio Alfredo Braga	n.º 5910
Vogal	João Manuel da Costa Massa	n.º 6453

#### Conselho de Delegação/Lista B

##### CONSELHEIROS EFECTIVOS

António Branco Lopes Gonçalves	n.º 2634
José dos Santos Pacheco	n.º 5908
Manuel Humberto Fraga	n.º 6485
Duarte Manuel de Paiva	n.º 5219
Adão Manuel Leonardo	n.º 4634
Manuel Gonçalves Martins	n.º 15107

##### CONSELHEIROS SUPLENTE

Manuel Sérgio da Cunha Avelar	n.º 14628
Luís Alberto Borges Cabral	n.º 6975

#### Programa de Acção / Lista B

"Reforçar a Unidade e Acção no Presente para um Futuro Melhor"

##### LISTA DA UNIDADE

A lista subscrita por um grupo significativo de associados para os órgãos sociais da Delegação Açores da Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA), para o triénio 2003/2006, não constitui naturalmente grandes novidades, salvo alguns casos pontuais que necessitam ser revistos pela sua natureza problemática e negativa da unidade do trabalho colectivo.

É por isso que queremos ser um grupo de trabalho mais coeso, combativo, actuante e eficazmente mais interventivo nos momentos considerados decisivos para a nossa associação.

Daí que, todos os componentes da "Lista" presente à consideração e votação dos associados, saúdam todos os sócios e comprometem-se continuar a acompanhá-los e a defendê-los nas lutas pelos seus direitos em todas as circunstâncias legítimas, nomeadamente a contagem do tempo de serviço militar para deficientes, a situação do valor das quotas, a revalorização das pensões e direitos para os pensionistas de invalidez, mais direitos para as viúvas, a consolidação do Artigo 64, e a criação de núcleos em todas as ilhas.

A nossa política é desinteressada, é a política da honestidade, sinceridade, transparência, muito trabalho, dedicação, capaz de lutar até à exaustão por causas dignas, como a justiça social e económica.

Os nossos associados e famílias estão sempre em primeiro lugar, é para eles que existimos, e por eles que lutamos, e é por eles que queremos continuar a lutar. A felicidade dos outros também é a nossa.

É com este espírito de vida que pretendemos dar o nosso contributo a todos os associados, contribuir fortemente pelo seus interesses e bem-estar na vida. Só assim é que poderemos dizer "esta é uma verdadeira associação", é a que nós sempre idealizamos e vamos sempre defender com muita seriedade e humildade.

A nossa lista pauta-se pelas suas acções e princípios básicos, que para nós são extremamente importantes e imprescindíveis ao bom funcionamento e relacionamento da nossa delegação com todos os associados, tais como:

1. Pelo reforço da unidade dos associados e dos seus direitos, democraticamente expresso;
2. Pela dinamização e firmeza associativa;
3. Pela luta da defesa dos reais e justos interesses de todos os associados na Região Autónoma dos Açores;
4. Pelos valores morais, humanos e sociais, acima dos interesses políticos;
5. Pelo rigor, honestidade, competência e transparência na gestão da delegação;
6. Procuraremos na medida do possível restabelecer o convívio entre os associados de todas as ilhas, no preenchimento dos tempos livres, culturais, desportivos e sociais;
7. Mais e melhor informação atempada a todos os associados através dos nossos delegados, com a mais ampla discussão dos problemas existentes, ao nível de estruturas internas e externas;
8. Combater as divisões evidenciadas em alguns casos por interpostas pessoas ou órgãos;
9. Adquirir maior e melhor confiança entre os nossos associados;
10. Credibilizar a nossa delegação junto dos nossos associados e a comunidade em geral;
11. Dar um melhor encaminhamento à nossa sede, que se encontra um pouco distorcida para os fins a que foi projectada;
12. Lutar pelos assuntos que estão pendentes no Ministério da Defesa Nacional e no poder Regional;
13. Melhorar o diálogo e todos os assuntos de interesse entre os órgãos sociais da Região e os Órgãos Sociais Nacionais;
14. Intensificar o diálogo e a nossa presença junto do Governo Regional dos Açores, dos militares e da comunicação social;
15. Dar o devido seguimento ao levantamento e ajudar a resolver os problemas relacionados com o Stress de Guerra;
16. A nível interno, propomo-nos dar especial atenção à questão relacionada com o reforço da democracia no seio da Delegação, bem como total apoio aos delegados espalhados por todas as ilhas, com a melhoria da ligação e dos meios de comunicação com os associados;
17. Gerir o orçamento da Delegação com todo o rigor, contenção de despesas e total transparência;
18. Uma equipa coesa, responsável, séria, transparente, económica, humilde, social, objectiva, reivindicativa, persistente, tolerante e sobretudo consensual, em que todos os assuntos serão tratados de igual forma, com a mesma seriedade, é o nosso objectivo, pelo que a nossa política ou conceito associativo, terá como lema "um por todos, e todos por um".

Nos últimos seis anos, período em que alguns dos elementos da presente lista, fizeram parte da direcção com muito orgulho e humildade, foram os grandes responsáveis pelas muitas coisas boas que aconteceram aos nossos associados e à delegação, mas desde já garantimos, que este trabalho tem que ter continuidade e que muito mais há a fazer.

Isto só é possível com uma equipa que funcione como tal, com um verdadeiro espírito de unidade - "um por todos e todos por um", em que é necessário pessoas experientes, trabalhadoras, desinteressadas, transparentes, dedicadas e com espírito associativo. Só assim se poderá olhar o futuro, com um sorriso.

respeita à Rede Nacional de Apoio e que a ADFA seja interventivo directo no tratamento dos processos, bem assim como no seu envio para os Estados Maiores das Armas.

2. Tendo em conta o agravamento da deficiência com o avançar da idade e as sequelas sociais que normalmente se lhe associam, pugnar para que sejam criadas condições dignas de acolhimento e acompanhamento de todos os deficientes militares, de forma, sempre que possível, a não os isolar contra a sua vontade, das comunidades em que vivem. Neste sentido é justo que aos deficientes em que a situação se justifique, seja atribuído à pessoa individual ou colectiva que o acompanhe ou acolha, um subsídio compensatório pelo esforço acrescido.

3. No que respeita ao Lar Militar, envidaremos esforços para que o mesmo possa criar condições de receber os Grandes Deficientes Militares (= ou + de 60%). Para isso terá de transformar-se numa unidade de acolhimento moderna, humanizada, de forma a cumprir os fins para que foi criado: internamento permanente ou semi-permanente dos militares deficientes ao serviço das Forças Armadas. A gestão desta infraestrutura deve ser feita pelo Ministério da Defesa, ADFA e Cruz Vermelha.

4. Propor que as pensões de preço de sangue a pagar às viúvas, seja igual a 100% da pensão paga ao DFA no último mês antes do seu falecimento.

5. Pugnar para que este pendor economicistas do Estado, não afecte a reparação moral e material devida por este aos Deficientes Militares, essencialmente no que concerne à assistência médica e protésica, nem adie "ad eternum" as nossas justas reivindicações.

6. Criar condições de maior participação na vida associativa, de forma a que os associados frequentem as suas delegações e aí intervenham com liberdade total, na resolução dos seus próprios problemas, para que se sintam parte plena na vida associativa, pois, de acordo com os Estatutos da ADFA, todos os associados tem os mesmos direitos e deveres.

Deve ser criado na ADFA um gabinete especializado de apoio permanente, via Internet, telefone, etc., onde os Deficientes Militares, possam expor as suas sugestões, problemas, pedidos de ajuda, informações sobre os seus processos, aconselhamento jurídico nas várias áreas do Direito, internamentos hospitalares, etc..

7. Tornar a ADFA numa estrutura mais leve, otimizando os serviços existentes. O Associado que se dirige à ADFA para tratar de qualquer assunto, deve estar absolutamente certo que esse assunto irá ser prontamente tratado. Que quando pede uma informação, esta lhe será dada com toda a eficiência. O "não sei", o "desconheço"; o "não é aqui", o "venha cá daqui a um mês que eu agora estou ocupado" e outras frases no género têm de desaparecer do nosso vocabulário.

A ADFA gasta muito e mal. Gastar menos e bem deve ser a palavra de ordem. Isso fará com que fiquemos mais libertos para o cumprimento dos nossos compromissos.

8. Alteração dos Estatutos. Estes devem ser actualizados de acordo com os novos desafios impostos pelas sociedades modernas. Iremos propor que essa alteração não ultrapasse o ano de 2004. Pensamos que um período de seis a oito meses será suficiente para recolha de propostas nesse sentido.

9. É sobejamente conhecido que muitas das disposições aprovadas pelo Conselho Nacional caem no saco roto das Direcções Nacionais quando chega a altura de serem cumpridas, relegando assim, este Órgão para segundo plano. Iremos pugnar para que o Conselho Nacional readquirira o lugar que lhe compete: o primeiro depois da Assembleia Geral. Para isso servir-nos-emos de todos os meios legais e estatutários ao nosso alcance. Só assim haverá verdade associativa.

10. Propor medidas para a reactivação imediata do CCADFA ( Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas).

11. No quadro da Política Nacional de Reabilitação que se quer activa e participada, deve a ADFA solidariamente empenhar-se com todas as ONG da área da deficiência, para a consecução de objectivos comuns que contemplem a inclusão e a plena cidadania

Sabendo nós que o mundo é feito de diversidade e que a conjugação desta é que forma o Universo, estamos abertos a todas as sugestões que enriqueçam o nosso humilde saber.

E sendo assim candidatamo-nos pela defesa de um conjunto de valores em que a crítica ocupe lugar primordial, como meio de expressão de um direito e um dever inalienáveis de todos os associados.

### AÇORES - Lista A

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	Manuel Pereira de Medeiros	n.º 8038
1º Secretário	José Jacinto Cabral	n.º 5317
2º Secretário	Silvino do Monte Andrade	n.º 12867

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente	Jaime Fernando Leite Domingos	n.º 5919
Secretário	Paulo Alberto Moniz Tebes	n.º 15175
Tesoureiro	Carlos Alberto Tavares Sebastião	n.º 11518
1º Vogal	Didio Luís Viveiros Correia	n.º 1441
2º Vogal	Pedro José Alves	n.º 11113

#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	João Manuel Bettencourt da Silva	n.º 415
Relator	Tobias de Melo Medeiros	n.º 5822
Vogal	Hermano Aguiar Teles	n.º 6657

#### Conselho de Delegação/Lista A

##### CONSELHEIROS EFECTIVOS

Francisco Maria C.B. Potes Cordovil	n.º 15035
António Silveira Venâncio	n.º 6444
Manuel Barbosa Carlos	n.º 4578
José Paulino	n.º 5025
Brivaldo da Silva Bettencourt Picanço	n.º 7449
António Neves da Silva Vicente	n.º 7647
João Carlos M. Rufino	n.º 5920

#### Programa de Acção / Lista A

A Delegação dos Açores da ADFA, está integrada nas estratégias eleitorais a nível Nacional, com o programa da lista "A", salvando pontos específicos para a região dos Açores, que são:

Centro de Reabilitação dos Açores (C.R.A.):  
-Prestar serviços de apoio à reabilitação e integração social, das pessoas com deficiência, em articulação com as famílias e os recursos comunitários, promovendo a autonomia pessoal e uma vida com qualidade às pessoas com deficiência.

##### Stress de Guerra

Pretende-se instalar na Delegação dos Açores, um gabinete de apoio e de elaboração dos processos, abrangendo as áreas de saúde, jurídica e administrativa.

##### Apoios

Criar as novas instalações, valências na área da produção de próteses e ortóteses, com vista a facilitar os nossos Associados, no sentido de evitar as suas deslocações ao continente.

Dado a nossa descontinuidade geográfica, encetaremos diligências com vista ao abaixamento dos custos nas passagens em transportes aéreos.



## BRAGANÇA - Lista A

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	António Eugénio Fernandes	n.º 8297
1.º Secretário	Valdemar Luís Ramos	n.º 12810
2.º Secretário	José Augusto Pereira Gomes	n.º 2779

### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente	Domingos António Seca	n.º 2778
Secretário	José Manuel Rodrigues Cristovão	n.º 2789
Tesoureiro	Francisco António Fernandes	n.º 5455

### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	Jorge Augusto Alves Rodrigues	n.º 6467
Relator	José Clemente Reis	n.º 2774
Vogal	Gil do Espírito Santo Martins	n.º 2777

### Conselho de Delegação/Lista A

#### CONSELHEIROS EFECTIVOS

Olimpio Sebastião Ferreira	n.º 2783
Manuel Joaquim Morais	n.º 2775
Aníbal dos Santos Fernandes	n.º 5348
Mário dos Santos Galdes	n.º 7408
Anselmo Ressurreição Vicente Ruço	n.º 10916
Manuel Jorge Afonso	n.º 2775
Luís Manuel Mendes	n.º 8297

#### CONSELHEIROS SUPLENTES

Vitoriano de Jesus Veríssimo	n.º 5348
José Augusto Cepeda Martins	n.º 8681

### Programa de Acção / Lista A

Os Órgãos Sociais da Delegação de Bragança, que exerceram o mandato anterior, assumiram nova candidatura. Fizeram-no em 1.º lugar, porque não apareceu alternativa e em 2.º lugar não quiseram deixar cair a Delegação num vazio directivo, porque a Delegação sem direcção seria como uma casa sem dono.

Não vamos prometer milagres, mas prometemos continuar a trabalhar cada vez com mais força dentro do nosso saber e das nossas capacidades, para que A.D.F.A. seja mais forte e mais coesa, não só a nível de Delegação mas em todo território nacional.

Vamos lutar pelos direitos daqueles que ainda não foram reconhecidos por qualquer legislação e por aqueles que tem pensões de miséria.

Prestar atendimento aos associados, o mais personalizado possível. Informá-los dos seus direitos e dos deveres para com a ADFA, dar resposta aos seus problemas apresentados na Delegação no mais curto espaço de tempo.

Desenvolver acções de informação e outras aos deficientes que ainda andam perdidos, principalmente aos Deficientes com Stress.

Ir ao encontro dos associados que apresentem carências acentuadas e dentro do possível tentar minimizá-las.

Apoiar e colaborar com os Órgãos Sociais Nacionais e demais Delegações, nos projectos de interesse nacional e local.

Não deixaremos de continuar a trabalhar cada vez mais por uma autonomia financeira da Delegação.

## CASTELO BRANCO - Lista B

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	João Mendes	n.º 11950
1.º Secretário	José Luís dos Santos Cardoso	n.º 8294
2.º Secretário	João José Mangana dos Santos	n.º 2019

### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente	João Morgado Carmona	n.º 10068
Secretário	Carlos Alberto Neves Bicho	n.º 10095
Tesoureiro	Manuel Riscado Moreira Farias	n.º 11499

### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	Eugénio Baltazar Costa Branco	n.º 3104
Relator	António Roque	n.º 11350
Vogal	Manuel Pereira Amaro	n.º 1225

### Conselho de Delegação/Lista A

#### CONSELHEIROS EFECTIVOS

Joaquim Vilela dos Santos	n.º 4108
João Reis Gil	n.º 8121
Henrique Andrade Gonçalves	n.º 15156
Joaquim Jesus Duarte	n.º 4748
António Martins Quintela	n.º 10966
Vicente Campos Gameiro	n.º 1972
António Goulão Amoroso	n.º 3285

#### CONSELHEIROS SUPLENTES

José Fernando Delgado Gonçalves	n.º 3872
Francisco José de Sousa Antunes Carrega	n.º 1844

### Programa de Acção/Lista B

#### Razão Histórica

A Delegação de Castelo Branco da ADFA, foi fundada em 7 de Março, desde esta data que é uma referência quer na cidade, quer no Distrito.

#### Razões da Candidatura

O encerramento da Delegação de Castelo Branco, no seguimento de uma decisão tomada em boa hora pela Direcção Nacional da ADFA, veio trazer ao de cima a fragilidade da Delegação. Equacionada a hipótese do seu encerramento definitivo numa reunião realizada em Castelo Branco um punhado de Associados pegou então nos destinos da nossa Delegação.

Assim no dia 21 do mês de Setembro de 2002 num almoço realizado na Covilhã foi empossada a Comissão Administrativa que até hoje tem gerido o destino da Delegação.

Estes Associados que agora se propõem ao acto eleitoral, só podem prometer:

Dignificar a ADFA na sua área de intervenção, tornando-a mais participativa.

Desenvolver e dar continuidade ao trabalho iniciado pela Comissão Administrativa.

Devolver a delegação aos Associados, no sentido de dar uma nova dinâmica à vida associativa.

Isto porque:

Dignificar a Delegação da ADFA de Castelo Branco, tem a haver com o seu objectivo primordial destacado no n.º 1 do art. 5.º dos primeiros Estatutos publicados na III série do D.R. de 11 de Novembro 1974. "A Associação tem por objectivo defender os interesses dos Deficientes das Forças Armadas". Entendemos que estes objectivos não se diluem no tempo, por isso queremos ser activos na participação dos problemas dos sócios e dos deficientes em geral.

Desenvolver e dar continuidade ao trabalho iniciado pela CA, sempre apoiada pela DN, depois da casa arrumada é chegado o tempo de planear o futuro. Só com órgãos legitimamente eleitos se podem traçar as linhas e objectivos da nossa acção para o próximo triénio. Sem dúvida que o carácter social irá ser uma marca desta equipa que agora se propõe ao sufrágio dos sócios

Devolver a Delegação aos sócios, para atingir-mos os nossos propósitos, a Delegação tem de estar de portas abertas para todos os Associados, seus problemas e suas alegrias. Os nossos associados têm de começar a ver a sua Delegação como uma extensão da sua família. Só podemos ser eficazes se os nossos sócios vierem ter connosco, se exigirem de nós acção. Queremos que a Delegação deixe de ser um mero escritório e passe a ter vida Associativa.

## COIMBRA - Lista B

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	Francisco Manuel Leal	n.º 2915
1.º Secretário	José Maria Damas dos Santos Pinto	n.º 6618
2.º Secretário	Manuel Duarte Silva	n.º 1850

### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente	José Soles Girão	n.º 895
Secretário	José de Almeida Silva	n.º 2278
Tesoureiro	Álvaro Neves Abreu	n.º 14594
1.º Vogal	José dos Santos Dias Temido	n.º 233
2.º Vogal	Carlos Coelho	n.º 3352

### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	Carlos Alberto Marques da Silva Filipe	n.º 6210
Relator	Carlos Alberto Oliveira de Deus Almeida	n.º 6214
Vogal	José Alberto Gaspar Antunes	n.º 3216

### Conselho de Delegação/Lista A

#### CONSELHEIROS EFECTIVOS

João Matias Vasconcelos	n.º 590
Aires Gonçalves Martins	n.º 1550
Homero Cristina Serra	n.º 6502
Manuel Tavares de Seabra	n.º 193
Franclim da Silva Amorim	n.º 7794
José Gonçalves Nunes	n.º 1674
Fernando Jorge Vieira Fortunato	n.º 3334

#### CONSELHEIROS SUPLENTES

José Dias Martins	n.º 1549
António Silva Coelho	n.º 3302
António Fernando Abrunhosa Amorim	n.º 2702

### Programa de Acção / Lista B

"A ADFA tem por objectivo a defesa e a promoção dos interesses sociais, económicos, culturais, morais e profissionais dos seus associados." (Ponto 1- artigo 4.º dos Estatutos da nossa Associação)

Fundada em 14 de Maio de 1974, Associação Livre e Independente, Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, Diário da República de 19 de Maio de 1981.

Esta é a nossa casa, Instituição que por todo o País desde 1974 é para todos os Deficientes militares lugar altaneiro de onde se pode olhar o nascer e o pôr do sol, o mesmo será dizer de onde se avista o horizonte da vida, os desejos e as emoções, as derrotas e vitórias de um jogo que começou na inspecção militar.

Uma instituição de e para deficientes, um lugar de trabalho, de respeito, de apreciação e meditação.

Neste ano de 2003- 30 anos depois, muitos são os problemas que nos atingem e preocupam.

Algo foi feito há que reconhecê-lo mas outra etapa da vida se nos depara, e será em conjunto fazendo com que o que nos une prevaleça relativo ao que nos divide, conseguir-se-à cumprir e atingir os objectivos a que nos propusemos com a criação da ADFA.

Somos um conjunto de associados que nos propusemos a assegurar os destinos da Delegação de Coimbra com o objectivo de continuar as tarefas necessárias ao desenvolvimento associativo.

Candidatamo-nos por entender que não se pode parar e que só com uma ADFA de luta e trabalho será possível alcançar melhores condições sociais e qualidade de vida própria de uma sociedade evoluída e civilizada.

Em 1974, primeiro em casa de associados e depois em instalações do DRM em Coimbra, um conjunto de associados deu início àquilo que seria a futura Delegação de Coimbra. Uma vasta área das Beiras, do Litoral às montanhas albergava nos campos -aldeias, vilas e cidades, muitos militares deficientes com graves dificuldades de vária ordem.

Um país, como alguém disse "Portugal é Lisboa o resto é paisagem", os cidadãos ex-militares portadores de deficiência, sentiam na pele aquela sentença e uma ida a Lisboa tornava-se difícil, penosa e dispendiosa. Foi assim que surgiu a Delegação de Coimbra, onde curiosamente se realizou o I Congresso da ADFA, na cidade que reuniu à sua volta outras cidades e vilas da região.

Em 1979/80, considerando o estado degradado do espaço físico da Rua da Sofia, Instalações militares que já não ofereciam condições, adquiriu-se um andar tipo T-3, numa zona privilegiada da cidade, entre as estações do caminho de ferro a alguns metros de estações rodoviárias num espaço de muito futuro como se veio a provar.

Com o tempo e também porque se tratava de um 6.º andar, embora com elevadores, várias direcções da Delegação equacionaram a possível mudança de instalações, desde que, numa zona de bons acessos e se possível um r/c.

Considerando a grande valorização da zona tendo em conta a importância imobiliária da Av.ª Fernão de Magalhães, tornava-se fácil acreditar que com a venda do andar, se encontraria uma solução adequada às exigências associativas.

O que deveria ser feito com diálogo, discussão aberta, e transparência assim não foi: adquiriram-se instalações antigas ( 2 armazéns completamente degradados) onde se fizeram obras, que custaram dinheiro à A.D.F.A.

Sem dúvida alguma um péssimo negócio para a A.D.F.A.



# ELEIÇÕES

## LISTAS E PROGRAMAS

Eleições 2003/2006 para os Órgãos Sociais

As actuais instalações cheias de problemas, sem condições para quem ali exerce funções, longe de tudo, raros e muito escassos transportes públicos, apenas uma carreira, são motivo suficiente para que, caso os associados nos dêem o voto para se iniciarem de imediato após as eleições contactos para futuras instalações, mais dignas, mais funcionais, demais fácil localização acessibilidade compatível e também de certeza, mais baratas.

É ponto de honra destes Órgãos de ter em Coimbra um espaço com dignidade, optando por uma melhor localização.

Iremos privilegiar naturalmente o fortalecimento a todos os níveis da Delegação, reforçando os serviços internos em termos laborais e associativos.

Com o espírito crítico construtivo, desenvolveremos as relações institucionais com os Órgãos Nacionais, Delegações e Núcleos, dando especial atenção ao Núcleo de Leiria, um orgulho para a Delegação de Coimbra, pelo empenho, pelo esforço, pela qualidade que tem demonstrado. Se possível e se justificar discutir-se-à a possível criação dum Núcleo a Norte de Coimbra, na zona que mais o justifique, havendo já ideias concretas.

A estabilidade financeira é importante e primordial para uma gestão séria e equilibrada. Terão que ser discutidas formas de financiamento para além das quotas, que para a Delegação têm importância vital. É importante o empenhamento dos associados no cumprimento estatutário, pois ver-se-ão recompensados com melhor atendimento, e mais vantagens sociais.

Manter as melhores relações com Entidades Cívicas e Militares e outras Associações é fundamental para o bom nome da Associação, mas também para que se possam desenvolver parcerias nos mais diversos aspectos e que em muito nos beneficiarão.

O aniversário não é apenas uma data. É o testemunho do trabalho local, momento de orgulho e reforço da auto estima. Trabalharemos para a dignificação da data como momento alto da vida associativa. Iremos tentar descobrir nos Arquivos a data certa do aniversário, já que nos parece incorrecta por não verdadeiro o dia 4 de Julho, por sinal, o dia da cidade o que só por si poderá abafar as nossas iniciativas. Um caso a rever.

Com o agravar das deficiências, o avançar da idade, os conflitos sociais, num mundo cada vez mais desumanizado, a perda de valores, onde os mais fragilizados sentem cada vez mais dificuldades e são cada vez mais marginalizados, o apoio de diversa ordem, que poderão passar por visitas domiciliárias, apoio logístico, moral etc.

Teremos em conta as dificuldades de todos, mas com especial atenção às viúvas, deficientes em Serviço, Grandes Deficientes do Serviço Efectivo Normal, para que, por exemplo, a incapacidade mínima desça do 80 para o 60%. No que respeita às Juntas do deficientes em serviço, que os mesmos tenham o mesmo direito dos de campanha e que possam pedir a reavaliação para lá dos 10 anos. A actual lei, é injusta, desleal, discriminatória e aberrante.

Ainda no que diz respeito a legislação bater-nos-emos perante os Órgãos Sociais para que os camaradas em serviço, com acidentes em zona de campanha sejam considerados como tal. É de inteira justiça e racional que assim seja.

É importante que os serviços da ADME sejam mais eficazes e mais rápidos. Iremos junto dos Órgãos Nacionais, tentar uma solução, inclusive que a ADFA tenha um papel mais activo no que diz respeito às ADM. Ainda no que diz respeito a benefícios, o desconto dos combustíveis, cartões Galp, é irrisório, tendo em conta outros contratos que se conhecem. Há que privilegiar os que precisam de medicamentos diariamente e, alguns deles sem comparticipação. Muitos associados, para além da idade, são deficientes crónicos e não é justo que se cortem comparticipações, remédios, próteses, ortóteses como se de artigos de luxo se tratassem.

Como se sabe, a Associação iniciou a sua actividade, tendo como base o voluntariado. Muitos sem qualquer formação profissional, fizeram do local de trabalho a sua oficina, a sua escola e o seu centro de formação profissional.

A ADFA continua com alguns destes trabalhadores desde a primeira hora. A evolução tecnológica, a competitividade da era moderna deixam marcas em alguns, mas a grande maioria soube resistir. Hoje coexistem na ADFA duas- três gerações de trabalhadores, muitos deles, jovens e com formação específica, o que é necessário, mas não se deve esquecer os problemas de saúde de alguns trabalhadores que continuam a prestar o seu serviço com eficácia embora sem a rapidez e até a lucidez de outrora. É compreensível. Há que apoiar estes trabalhadores, apoiando-os e incentivando-os.

O Associativismo é uma grande bandeira da ADFA e foi durante largo período, paradigma da Delegação de Coimbra. Através de encontros locais, convívios, lazer-desporto e outros eventos saberemos adaptar-nos à realidade actual. Criando as próprias iniciativas, (exemplo a Secção de Pesca e Campismo), participando e colaborando com as outras Delegações será revitalizada a vida associativa em complemento da actividade quotidiana.

Para além do aniversário, que se quer versátil, mobilizador e participativo, manteremos a tradicional festa Convívio de Natal para o que trabalharemos afim de a enriquecer em termos recreativos e culturais para além do habitual sempre agradável aspecto gastronómico.

Nos primórdios da Delegação, fizemos parte, primeiro como convidados e depois como participantes activos, das sucessivas Comissões organizativas das Comemorações do 25 Abril. O que nos liga a esta data, o significado histórico do movimento dos capitães para os deficientes militares, leva-nos a não deixar adormecer e voltar a ter lugar activo nas actividades e com mais calor e força em 2004, que se comemora o 30º Aniversário.

Todas as forças da cidade, desde associações desportivas, recreativas, culturais e de juventude. O Governo Civil, Câmara Municipal, Sindicatos, Universidade, etc, etc, estarão lado a lado com a ADFA numa jornada solidária lembrando o 25 de Abril do qual brotou o renascer da dignidade dos deficientes militares.

Os próximos 3 anos serão na Delegação de Coimbra, de trabalho, transparência e muita dedicação, saberemos ser dignos da vossa confiança, pelo que esperamos uma grande afluência de associados na votação de 29 de Novembro para que em conjunto nos sintamos legitimados para exigir do Estado as obrigações que tem para com os deficientes militares.

Viva a ADFA!

## ÉVORA - Lista A

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente ..... Inácio Augusto Carmelo Grazina ..... n.º 652  
1º Secretário ..... João António Cardoso Jaleca ..... n.º 1204  
2º Secretário ..... Manuel Maria ..... n.º 1994

### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente ..... Manuel Joaquim Calhau Branco ..... n.º 1591  
Secretário ..... Agripino José Ludovico Cascalho ..... n.º 1586  
Tesoureiro ..... Augusto José Rato Barreto ..... n.º 12179

### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente ..... João Quinha Azinhais ..... n.º 925  
Relator ..... Manuel Inácio Gomes Pastor ..... n.º 2128  
Vogal ..... Manuel Jacinto Bonifácio Pechincha ..... n.º 6626

### Conselho de Delegação/Lista A

#### CONSELHEIROS EFECTIVOS

Francisco José Canelas ..... n.º 1152  
Augusto José Marchante de Oliveira ..... n.º 1203

Fernando Manuel Barroso ..... n.º 1997  
João Carlos Figueiredo Nobre ..... n.º 2262  
Joaquim José Costa Agulhas ..... n.º 3457  
Alberto dos Santos Vargens ..... n.º 4109  
João Manuel Mόcho Rόlo ..... n.º 6177  
**CONSELHEIROS SUPLENTE**  
Luís José Castor Florindo ..... n.º 6187  
Arnaldo José Malveiro ..... n.º 7692

### Programa de Acção / Lista A

#### "CONTINUAR MELHORANDO"

A lista "Continuar Melhorando", que se candidata às eleições e à gestão da Delegação para o próximo triénio é constituída, no essencial, pelos associados que de há alguns anos a esta parte estão à frente da Delegação.

Conhecemos, por isso, a dinâmica da "casa", os seus ritmos, capacidades e necessidades.

Não se estranha, por isso, que seja nosso desejo garantir a estabilidade da vida associativa, através de uma acção ponderada e dialogante que corresponde às necessidades fundamentais dos associados.

Prometemos, pois, trabalho consequente e o prosseguimento de colaboração institucional com os órgãos nacionais, no sentido de afirmarmos a nossa identidade e de atingirmos os grandes objectivos a que estatutariamente nos comprometemos.

Garantimos, ainda, a mais cordial e proveitosa relação com associações congéneres e instituições cívicas e militares, procurando, sempre, prestigiar a Associação. É nosso propósito colaborar na reflexão da vida da Associação, num tempo em que se torna evidente a necessidade de ajustar melhor algumas normas estatutárias à realidade da vida associativa. Estamos, pois, disponíveis para encetar (com todos) uma ponderação sobre possíveis alterações estatutárias.

Por fim, afirmamos aos nossos associados que manteremos na gestão diária da Delegação a total disponibilidade para o apoio e resolução dos problemas dos associados, a par de um grande rigor e transparência nas decisões e opções que tomarmos sobre as orientações emanadas das Assembleias Gerais e aos Órgãos Nacionais.

## FAMALICÃO - Lista A

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente ..... Fernando Mesquita de Sousa ..... n.º 2919  
1º Secretário ..... Fernando Rebelo Gonçalves ..... n.º 1308  
2º Secretário ..... Joel Osório Antunes Bezerra ..... n.º 4031

### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente ..... Anquises Fernando C. B. Carvalho ..... n.º 3505  
Secretário ..... Augusto Correia da Silva ..... n.º 82  
Tesoureiro ..... Fernando Gomes de Carvalho ..... n.º 9110  
1º Vogal ..... Joaquim Manuel Martins da Mota ..... n.º 4024  
2º Vogal ..... António Soares Rodrigues ..... n.º 9388

### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente ..... Joaquim Ribeiro Ferreira ..... n.º 4021  
Relator ..... José Maria Gomes Cerqueira ..... n.º 4022  
Vogal ..... José Maria Martins da Silva ..... n.º 13559

### Conselho de Delegação/Lista A

#### CONSELHEIROS EFECTIVOS

José António Mota Vieira ..... n.º 22  
Mário Alves de Oliveira ..... n.º 7473  
Telmo Ferreira de Oliveira ..... n.º 12654  
Fernando Ferreira ..... n.º 4028  
Joaquim Gomes de Sá Miranda ..... n.º 3869  
Joaquim Fernandes ..... n.º 6151  
Domingos de Freitas Ribeiro ..... n.º 1810

#### CONSELHEIROS SUPLENTE

José Maria Gonçalves Ferros ..... n.º 7333  
Vitor Manuel Oliveira Cunha ..... n.º 4054  
Abílio de Oliveira Lopes ..... n.º 6165

### Programa de Acção / Lista A

#### Na Componente Interna propõe-se:

1. Continuar e fortalecer a actividade que os Órgãos Sociais cessantes vinham desenvolvendo;
2. Pugnar afinadamente, em estreita colaboração com os Órgãos Sociais Nacionais e com as restantes Delegações, pela aprovação da Legislação que a ADFA tem pendente e em discussão com o Governo, a qual foi aprovada no IV Congresso da ADFA e revitalizada na última Assembleia Geral Nacional Extraordinária realizada em Lisboa;
3. Dinamizar o Núcleo de Braga, através da sua instalação em instalações próprias de modo que os associados da Delegação, residentes na área do núcleo, possam beneficiar da aproximação dos serviços prestados pela Delegação;
4. Reorganização dos serviços da Delegação para melhor servir os interesses e as necessidades dos associados da Delegação;
5. Promover esforços para que seja erigido o Monumento aos Ex-Combatentes da Guerra Colonial em Famalicão e nos outros Concelhos da área da Delegação;
6. Empenhar-se na concretização da Revisão Estatutária;
7. Procurar encontrar soluções que proporcionem acautelar e encontrar soluções para os problemas que se avizinham com a proximidade da 3ª idade dos associados.

#### Na Componente Externa propõe-se:

1. Procurar, em diálogo permanente e eficiente com os Órgãos Sociais do Museu da Guerra Colonial, solução para que este encontre espaço próprio para a sua instalação e assim liberte as instalações da Delegação, e esta as coloque ao serviço dos associados, criando novas valências de dinamização e lazer;
2. Ajudar o Museu da Guerra Colonial, do qual a ADFA é parte integrante, na sua dinamização, desenvolvimento e organização;
3. Sensibilizar as Câmaras Municipais para a problemática da pessoa com deficiência de modo que cada Deficiente se sinta pessoa de plena cidadania, em especial, na área da Saúde, Emprego, Educação, Transporte e Acessibilidades.



# ELEIÇÕES

## LISTAS E PROGRAMAS

Eleições 2003/2006 para os Órgãos Sociais

### FARO - Lista A

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	José António Pereira S. Morte	n.º 8574
1.º Secretário	José Xavier Coelho Prata	n.º 1984
2.º Secretário	Artur Martins Cabrita	n.º 4195

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente	José Nicolau Rufino	n.º 384
Secretário	João Angelo Fernandes	n.º 7859
Tesoureiro	José Manuel das Neves Perpétua	n.º 2387
1.º Secretário de reserva	António José Anselmo Leal	n.º 7693
2.º Secretário de reserva	José Maria Simões Custódio	n.º 4400

#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	José Francisco Guerreiro dos Santos	n.º 10880
Relator	Florentino José Esteves Pacheco	n.º 11847
Vogal	Duarte Silvestre Marques Martins	n.º 5166

### Conselho de Delegação/Lista A

#### CONSELHEIROS EFECTIVOS

José Martins Raimundo	n.º 1533
António Custódio Ramos	n.º 7021
Amadeu Pereira Guerreiro	n.º 7617
Sérgio Pedro dos Reis Dias	n.º 8731
António Joaquim Tendeiro	n.º 10406
Vitor Manuel da Costa	n.º 10018
José Joaquim Guerreiro Mestre	n.º 11845

#### CONSELHEIROS SUPLENTES

Horácio José Fernandes Luz	n.º 13841
João Isidoro das Dores Damásio	n.º 11445

### LISBOA - Lista A

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	Manuel Adérito Pereira Necho Pinto	n.º 122
1.º Secretário	Luís de Almeida Machado	n.º 11534
2.º Secretário	Titos David Cuna	n.º 13653

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente	Francisco Simão Carçoço Janeiro	n.º 919
Secretário	Armando Marques Ramos	n.º 6405
Tesoureiro	Manuel Marques do Adro	n.º 6011
1.º Vogal	João Fernando Teixeira Carvalho	n.º 100
2.º Vogal	Henrique Eduardo da Cruz Dores	n.º 15009

#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	José António Salazar	n.º 1057
Relator	Serafim da Costa Rodrigues	n.º 409
Vogal	Amândio Sanches Antunes	n.º 1139

### Conselho de Delegação/Lista A

#### CONSELHEIROS EFECTIVOS

Albertino Flores Santana	n.º 566
Alberto Andrade Pinto	n.º 618
José Lopes	n.º 12165
Luís Manuel Bilstein de Menezes Luís de Sequeira	n.º 14462
Arlindo dos Santos	n.º 318
Horácio Pinto Cardoso	n.º 6422
Domingos Fernandes Ribeiro	n.º 662

#### CONSELHEIROS SUPLENTES

José António Alves da Silva	n.º 4089
Manuel Coelho Amaro	n.º 98

### Programa de Acção / Lista A

#### I - INTRODUÇÃO

1 - A Delegação de Lisboa é a mais jovem das Delegações da nossa Associação, tem, somente, com dois anos de existência.

2 - Durante estes dois anos os Órgãos Sociais que agora terminam o seu mandato assumiram por inteiro, com a convicção dos associados, a enorme responsabilidade de levantarem e pôr a funcionar uma estrutura, que pelo seu grande número de associados é bastante complexa. Apesar disso, a Delegação está a funcionar em pleno e com uma grande vida associativa.

3 - Disso, resultou que os associados começam a ter um novo espaço de reflexão, de convívio, de debate e transparência. Participaram e apoiaram os seus dirigentes no embrião das grandes linhas mestras da vida associativa da Delegação.

4 - É esta postura associativa que os agora candidatos aos Órgãos Sociais pretendem dar continuidade prometendo construir o que possa ter ficado por iniciar e se possível ir ainda mais longe sempre no sentido de engrandecer a nossa Associação.

#### II - PRINCÍPIOS

5 - Os associados candidatos aos Órgãos Sociais da Delegação vão cumprir e fazer cumprir o estabelecido nos Estatutos da Associação, bem como as decisões das Assembleias Gerais e do Conselho da Delegação.

6 - Vamos dar visibilidade aos reais interesses dos associados. Com eles, vamos reflectir em todos os assuntos de interesse associativo, sejam eles locais ou do todo da ADFA e, em particular, ajudar os Órgãos Sociais Nacionais a concretizar as conclusões do nosso IV Congresso.

7 - Estabelecer com os associados um compromisso de tomada de decisões locais, sempre no seu superior interesse, tendo em atenção a generosidade e a solidariedade que todos devemos aos mais carenciados.

8 - Nesse compromisso, os associados devem participar e colaborar no desenvolvimento das ideias, dos projectos e nas soluções que possam estar em discussão para o bem associativo.

9 - Também, todos em conjunto, devemos participar no movimento associativo em defesa dos nossos direitos, bem, como respeitarmos e garantir os direitos e liberdades de cada associado.

10 - Propõe-se ainda, os agora candidatos, a intensificar o diálogo com todas as outras Delegações e utilizar o intercâmbio de ideias e experiências que possam melhorar a vida associativa.

#### III - OBJECTIVOS

##### Abertura à Sociedade Civil

11 - Pretende-se incrementar, com grande abertura, um saudável relacionamento com Instituições Públicas ou Privadas que concorram para o cumprimento dos objectivos da pessoa com deficiência.

12 - Dialogar com os serviços públicos e, em particular, com os serviços militares para que no exercício dos serviços prestados aos associados haja uma melhor consciencialização para a necessidade de um acolhimento mais personalizado.

##### Abertura e Apoio aos Associados

13 - Uma Associação com o cariz da ADFA nunca poderá prosseguir os seus objectivos se os seus associados estiverem arredados da vida associativa.

14 - Na verdade, são eles o seu melhor capital e os pilares da estrutura onde, forçosamente, assenta a vida associativa sempre participada.

15 - No espaço, na crítica construtiva e no diálogo, as diversas sensibilidades de opinião, que possam existir, devem reflectir em conjunto saindo dessa meditação ideias mais eficazes e mais enriquecedoras para o engrandecimento da ADFA.

##### A Direcção dos Núcleos

16 - A criação dos 14 Núcleos já existentes na Delegação deve-se, antes de mais, ao grande trabalho desenvolvido pelos Órgãos Sociais da Delegação e pela imediata aderência e disponibilidade demonstrada pelos associados locais.

17 - Por isso, criar uma maior estrutura de gestão dos Núcleos, subordinada aos objectivos da vida associativa, é uma das nossas prioridades.

18 - A inserção destes associados na comunidade local e estimulá-los para participarem na responsabilidade das decisões que vierem a ser tomadas pelos Órgãos da Delegação é, sem dúvida, a prioridade para a continuada dinamização dos Núcleos.

##### Legislação

19 - Os candidatos aos Órgãos da Delegação e na esteira do aprovado no IV Congresso, disponibilizam-se, desde já, a colaborar com os Órgãos Sociais Nacionais, no sentido de dar cumprimento às reivindicações então aprovadas a apresentar ao Ministro da Defesa Nacional.

##### 20 - De facto;

- Deficientes militares sem pensão;  
- Interpretação justa do conceito de campanha de modo a abranger os associados que por justiça devem ser considerados DFA ao abrigo do Dec-Lei 43/76;

- Tratamento não discriminatório dos deficientes militares em serviço por parte das Juntas Médicas da Caixa Geral de Aposentações;

- A assumpção inequívoca da responsabilidade do Estado Português perante os cidadãos de origem Africana que serviram as Forças Armadas Portuguesas na Guerra Colonial como militares, são exemplos do muito que ainda falta legislar para que as injustiças deixem de existir.

21 - A revisão do Dec-Lei n.º 134/97, de 9 de Maio, cujas normas jurídicas vieram dar tratamento desigual a uma situação que é igual, já que, e de acordo com o Dec-Lei 43/76, todos os DFA são credores dos mesmos direitos e deveres.

##### Alteração dos Estatutos

22 - Os actuais Estatutos datam de 1995. As permanentes e velozes alterações produzidas nas sociedades reclamam que todos nós reflectimos sobre a inevitável alteração dos Estatutos que, assim, devem ser o objecto directo de uma ADFA mais moderna e activa.

23 - Os candidatos aos Órgãos Sociais da Delegação estão à disposição dos Órgãos Nacionais para colaborarem nessa alteração e sugerirem as necessárias modificações.

##### Vida Associativa, Cultura e Lazer

24 - Pelos nossos Estatutos a ADFA é uma Instituição eminentemente social. Foi neste contexto que o IV Congresso criou a Delegação de Lisboa.

25 - Para a prossecução deste objectivo, a estrutura dos Serviços da Delegação, particularmente, os Serviços de Restauração e da Clínica Médica, devem ser mais desenvolvidos e mais apetrechados de modo a responder com alguma perfeição, às solicitações dos associados.

26 - A Clínica Médica, quanto a isso, tem respondido de forma bastante positiva. Julgamos no entanto, que deve abranger outras valências, no sentido de proporcionar uma melhor saúde aos nossos associados e seus familiares.

27 - Também e no combate à solidão e ao desenraizamento social e familiar dos associados continuar-se-á a fomentar actividades recreativas e ocupacionais.

##### Política para a 3ª Idade

28 - A maioria de nós já está a entrar na 3ª Idade. Isso acarreta condições físicas e psicológicas debilitadas particularmente agravadas pelas nossas deficiências.

29 - O Lar Militar, que foi exclusivamente construído para os grandes deficientes militares, estranhamente, há muito que não responde às solicitações feitas por muitos dos nossos associados.

30 - Por isso e com o avançar do tempo, há situações que cada dia se vão tornando mais preocupantes pelo que é urgente tomar medidas, de acordo com o papel da ADFA neste campo, para que muitos de nós possamos diluir no tempo e na sociedade as nossas grandes dificuldades próprias do avanço da nossa idade.

31 - Urge, portanto, criar estruturas que possam acolher esta franja de associados e incentivar uma nova filosofia associativa de apoio à nossa 3ª idade, tais como, complexos de Centro de Dia, estruturas residenciais ou apoio domiciliário.

Se o conseguirmos estamos a dar resposta à pergunta que os Núcleos de Alcobaca, Aveiras e Peniche fizeram no nosso IV Congresso "Qual o amanhã do deficiente militar?".

### MADEIRA - Lista A

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	Rui Manuel Catanho Silva	n.º 6455
1.º Secretário	Manuel Ferreira	n.º 5993
2.º Secretário	José Aníbal C. Correia	n.º 8918

#### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente	Armando A. Vieira Costa	n.º 8984
Secretário	Ivo A. G. Faria Paulino	n.º 6
Tesoureiro	João José Nobre Pereira	n.º 9619
1.º Vogal	Manuel Brás Costa	n.º 4252
2.º Vogal	José Estevão de Abreu	n.º 9074

#### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	José João Macedo	n.º 7743
Relator	Cândido Óscar F. D. Ferreira	n.º 2620
Vogal	Francisco Abreu Fernandes	n.º 10523

### Conselho de Delegação/Lista A

#### CONSELHEIROS EFECTIVOS

Daniel José Nóbrega Alves	n.º 6012
João de Sousa	n.º 5645
João Silva Alves	n.º 12908
Manuel Freitas Gouveia	n.º 4502
Hugo Romão Luís Fernandes	n.º 11888
Fernando Aurélio Gonçalves	n.º 8994
José Agostinho Nóbrega	n.º 2522



### CONSELHEIROS SUPLENTE

João Paulo Gomes .....n.º 3739  
 Maria Cândida França .....n.º 12491

### Programa de Acção / Lista A

Os candidatos aos órgãos sociais da Delegação da ADFA na Madeira têm pela frente um desafio duplo, que se propõe de frontar:

a) A alteração dos Estatutos da nossa associação, cuja substância terá que ser alterada e em fase de estudo, mas cujos pormenores indicadores de uma maturidade atingida, chamando a atenção de todos vós.

b) O aparecimento, mais uma vez, de uma lista única de consenso, na sua diversidade e compromisso em servir, englobando, como se pode ver, ex-combatentes sócios de pleno direito e que ao longo destes 27 anos de vida associativa têm trabalhado em prol dum maior e melhor coesão.

Impõem os Estatutos e o Regulamento Eleitoral que os candidatos apresentem um "programa de acção", não fora assim, quase seria uma perda de tempo estar a redigi-lo, para poucos o lerem e muito menos ainda pedirem responsabilidades.

E é porque o nosso sentido de responsabilidade, temos consciência no universo de acções que há a desenvolver e porque achamos que, se formos eleitos, tentaremos cumprir, o que nos propomos:

1) Reatar ao mais alto nível Regional com as Autoridades Cívicas, Militares, Partidos políticos, Associações Patronais e Sindicais e demais parceiros sociais, um diálogo aberto incensivo, principalmente reivindicativo e de sensibilização para os graves problemas que cada vez mais vem afectando os deficientes militares, e não só, como também, os seus familiares, dando aos associados, todas as informações e desenvolvimentos que vão advindo sobre legislação e reivindicações, através do nosso jornal "ELO", ou de outra forma mais propícia, em cima do acontecimento.

2) Confirmar com as relações institucionais com as autoridades militares, função primeira das nossas deficiências e da razão de existirmos como Associação de Deficientes das Forças Armadas. Não iremos mendigar, mas sim, exigir aquilo a que temos direito.

3) Manter uma ligação assídua com os associados da nossa delegação, promovendo e colaborando nas iniciativas locais que entendam levar a efeito.

4) Sensibilizar os órgãos nacionais um maior enquadramento, de Justiça Social, que contemple os justos direitos, dos que além de serem deficientes, vivem numa ilha, e por isso, a factura será a dobrar.

5) É com preocupação que esta direcção vai olhando cada vez mais para o avanço da nossa idade, pois só com vossa colaboração, poderemos debater este grave problema, tentando sensibilizar as entidades cívicas e militares para que não possamos ficar ao abandono.

6) Melhorar o funcionamento administrativo desta delegação, continuando sempre a dar o nosso maior apoio aos nossos associados.

7) Tentar diversificar todos os encontros de trabalho e convívio pelos vários concelhos da Madeira para que possa haver cada vez maior harmonização entre os nosso associados.

8) Procuraremos encontrar novas instalações para a ADFA Madeira, para uma maior aproximação entre todos os associados, quer na ocupação dos seus tempos livres, quer na vertente médica de apoio aos deficientes.

9) Continuar a insistir junto das Empresas de transportes públicos colectivos no sentido de obter melhores condições de passes sociais para os nossos associados e seus familiares.

10) Promover maior dinamização associativa para uma melhor e maior aproximação dos sócios.

11) Promover o debate sobre as necessidades e anseios dos sócios desta Região Autónoma, para podermos expressar o sentir dos associados desta delegação nas futuras reuniões de âmbito nacional organizadas pela ADFA, bem como criar um serviço de recolha de informações, ideias e conselhos com o fim de apoiar a direcção na tomada das decisões necessárias.

Este plano de acção é uma continuidade de anteriormente elaborado, mas com maior força e vontade de fazer melhor, e mais por todos os nossos associados. A lista que apresentamos onde existem pequenas alterações de cargos da anterior direcção, para que possamos imprimir uma maior dinâmica para este triénio 2003/2006.

## PORTO - Lista A

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente .....Henrique Tomaz M. Rodrigues .....n.º 1624  
 1º Secretário .....Nicolaú João Teixeira Azevedo .....n.º 1514  
 2º Secretário .....Venâncio José F. dos Santos .....n.º 525

### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente .....Abel Artur dos Santos Fortuna .....n.º 580  
 Secretário .....Leonel Joaquim Moura R. Pereira .....n.º 7437  
 Tesoureiro .....Carlos da Silva Correia .....n.º 2472  
 1.º Vogal .....Manuel Rodrigues dos Santos .....n.º 4737  
 2.º Vogal .....José Joaquim Xavier Teixeira Machado .....n.º 246

### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente .....Afonso da Silva Almeida .....n.º 5323  
 Relator .....David da Silva Moura .....n.º 13070  
 Vogal .....Viriato Augusto Gonçalves .....n.º 13390

### Conselho de Delegação/Lista A

#### CONSELHEIROS EFECTIVOS

Augusto Oliveira Santos .....n.º 2440  
 Jaime Ferreri de Gusmão Gonçalves .....n.º 2420  
 Manuel Pereira dos Santos Silva .....n.º 1807  
 Gil Luis Garcia .....n.º 7509  
 Jaime da Conceição Rocha .....n.º 7685  
 Manuel Assunção Andres Magano .....n.º 1619  
 Júlio Dinis de Sousa Chamusca .....n.º 4971

#### CONSELHEIROS SUPLENTE

Daniel Dias da Cunha Folha .....n.º 12584  
 Albino da Fonseca Loureiro .....n.º 4122  
 Francisco José da Luz Teixeira .....n.º 10256

### Programa de Acção / Lista A

#### "CUMPRIR OS DESAFIOS ASSOCIATIVOS"

#### 1 - Linhas Orientadoras de Acção

Os desafios que se colocam à Delegação do Porto nos próximos anos, designadamente no que respeita à ampliação e remodelação das actuais instalações da Delegação para dar lugar ao "CENTRO SOCIAL DA ADFA", é a razão fundamental para que os membros dos actuais Órgãos Sociais se tenham disponibilizado para se apresentarem de novo a sufrágio no próximo acto eleitoral de 29 de Novembro de 2003. A presente candidatura surge pois numa linha de continuidade dos Órgãos Sociais cessantes.

As linhas orientadoras de acção para o próximo mandato são as seguintes:

a) Continuação de uma prática associativa descentralizada, como forma de fazer participar na vida associativa todos os associados, qualquer que seja o local onde residam, na área geográfica da Delegação.

Esta prática constará da realização de encontros, reuniões e outros eventos, sendo o objectivo promover o convívio e o conhecimento de críticas e sugestões.

b) Respeito pelas conclusões do IV Congresso Nacional e das deliberações expressas dos Órgãos Sociais competentes reforçando e consolidando a dimensão nacional da ADFA.

c) Implementação do projecto de ampliação e remodelação das actuais instalações para dar lugar à criação do "CENTRO SOCIAL DA ADFA".

Dentro deste espírito, pugnaremos pela criação no seio da ADFA de uma "REDE SOCIAL DE APOIO" que envolva todas as Delegações como principal instrumento para uma política relacionada com a velhice dos deficientes militares.

d) Intervenção firme e activa na acção reivindicativa da ADFA.

Continuação da defesa intransigente junto dos Órgãos Nacionais, para que sejam satisfeitas as reivindicações que consagram a reparação dos direitos, há muito tempo reclamados.

Pugnaremos pela priorização das medidas reivindicativas, com clara separação entre as que representam reparação legítima e justa de danos sofridos, e as que constituem tão sómente o reconhecimento e o aperfeiçoamento do Estatuto dos Deficientes Militares.

e) Gestão da vida associativa pautada pela abertura ao movimento associativo congénere e a todas as instituições e entidades.

Abertura dos Serviços da Delegação à comunidade local como forma de promover a inclusão social.

#### 2 - Medidas Específicas

##### 2.1 - No Domínio da Informação e da Comunicação Associativas

a) A comunicação com os Associados será uma prática permanente e importante para levar ao seu conhecimento as questões da vida associativa e conhecer as opiniões e as soluções que deverão orientar a acção.

Por isso, manteremos a reunião com os Associados no 1.º Sábado de cada mês e as reuniões descentralizadas, procurando que funcionem como canal de comunicação privilegiado.

b) Realização de encontros de confraternização na Delegação e noutras localidades onde funcionam Núcleos institucionalizados ou não.

c) Apoio ao funcionamento dos Núcleos de associados, independentemente de possuírem ou não instalações próprias, pois que consideramos que a sua intervenção na vida associativa é relevante para o êxito das acções que nos propomos realizar, constituindo um dos seus direitos fundamentais.

d) Realização de encontros e reuniões por "área de deficiência" e "temas", como forma de reflexão e estudo.

##### 2.2 - No Domínio da Acção Reivindicativa

a) Defenderemos as conclusões do IV Congresso Nacional, designadamente as constantes do documento aprovado pela AGN de 28 de Junho de 2003, que constituem as referências base para a acção estratégica reivindicativa;

b) Pugnaremos pela concretização dos direitos ainda não alcançados, segundo a priorização seguinte:

- Clarificação dos conceitos de "Serviço de Campanha" e "Risco Agravado";
- Melhoria do funcionamento do sistema de participações da Assistência Médica e Medicamentosa, Serviços de Saúde Militar e do Contencioso com a Caixa Geral de Aposentações.

- Alteração do cálculo das pensões de Deficientes em Serviço;

- Melhoria das pensões das viúvas;

- Implementação da Lei 9/2002 "Contagem do Tempo de Serviço";

- Equiparação do cálculo do posto de Furiel;

- Cálculo das pensões dos DFA'S com referência ao último escalão do posto;

- Alargamento do conceito de GDMEN aos deficientes com 60%;

- Eliminação da desigualdade criada com a publicação do Dec. Lei 134/97.

- Criação do Estatuto do Deficiente Militar.

c) Defenderemos ainda:

- Implementação da Rede Nacional de Apoio ao Stress de Guerra;

- Aplicação do DL 123/97 "Barreiras Arquitectónicas".

##### 2.3 - No Domínio da Acção Nacional da ADFA

a) Motivação e apoio dos associados para a participação nas acções de cariz nacional, sempre que seja necessário reforçar a dimensão nacional da ADFA.

b) Articulação com os Órgãos Sociais Nacionais no desenvolvimento e realização de projectos associativos com dimensão nacional.

##### 2.4 - No Domínio da Implementação do Centro Social da ADFA

a) Calendarização do programa para a concepção e execução do projecto;

b) Realização de contactos com entidades públicas e privadas com vista à obtenção de parcerias para a sua execução.

##### 2.5 - No Domínio da Gestão Associativa

a) Acompanhamento permanente dos serviços prestadores de apoio aos associados, pugnando pela qualidade nas respostas;

b) Prática de uma acção associativa inclusa pautada pela abertura dos Serviços da Delegação à comunidade local e pela adopção do critério da não diferenciação de preços nos serviços prestados;

c) Estabelecimento de acordos, protocolos e parcerias com outras instituições.

d) Articulação institucional e funcional com o CRPG tendo em vista potenciar os apoios e os Serviços disponibilizados por aquela estrutura;

e) Promoção de medidas que visem melhorar e valorizar o Pessoal da Delegação.

#### 3 - Desafios Associativos

Cumprir os desafios associativos é o lema que norteia a presente candidatura. Tais desafios exigem união e coesão associativas.

Cumprir os não será missão apenas dos que se apresentam ao acto eleitoral, mas exige a participação de todos os associados para que todos os deficientes militares estejam abrangidos por um estatuto justo e que as instalações da Delegação sejam um espaço solidário.

## SETÚBAL - Lista A

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente .....Abílio Marques Loureiro .....n.º 4899  
 1º Secretário .....António Lucas dos Santos .....n.º 4470  
 2º Secretário .....Carlos Ferreira de Sousa Silveira Machinho .....n.º 8648

### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente .....José da Silva Pinto Faria .....n.º 3371  
 Secretário .....José Manuel Raminhos .....n.º 646  
 Tesoureiro .....José Carlos da Silva Correia Siac .....n.º 12381

### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente .....Estevão José Mira Carvalho .....n.º 9266  
 Relator .....Albino Luís Andrade .....n.º 9883  
 Vogal .....Daniel Morgado Barradas .....n.º 1254



# Mesas de Voto

## Conselho de Delegação/Lista A

### CONSELHEIROS EFECTIVOS

Lúis Manuel Afonso Cardoso	n.º 7504
Zeferino Abreu Ribeiro	n.º 9374
José Augusto Quinta Queimada	n.º 7149
Joaquim Lourenço Santana Patrício	n.º 3365
João Arnaldo Casalinho Honório	n.º 2122
Celestino José Barreiros Veiga	n.º 1302
José Carlos Pestana Júlio	n.º 7103

### CONSELHEIROS SUPLENTE

José Manuel Miranda de Almeida	n.º 8652
Armando Domingos Martins Ferreira	n.º 9265

## Programa de Acção / Lista A

Não era nossa intenção recandidatar-nos a novo mandato para os Órgãos sociais da Delegação de Setúbal, da ADFA.

No entanto, como ainda há muito a fazer, e porque os órgãos nacionais, que vierem a ser eleitos, vão ter tarefa difícil, precisando do apoio dos órgãos das delegações, que tenham conhecimento dos assuntos a discutir, para junto do governo, exigirem que sejam analisadas as reivindicações legislativas que oportunamente lhe foram apresentadas, e que até à presente data, não tiveram qualquer resposta, especialmente, contagem de tempo do serviço militar, Lei 9/2002, alteração do Decreto-Lei 134/97, promoções, melhoria das regalias dos pensionistas de invalidez, acidentes considerados em serviço, etc., levou-nos a reconsiderar e, aceitar a recandidatura.

Vamos continuar a tentar resolver os problemas associativos que ainda subsistem, e que com o passar dos anos se vão agravando, em especial os grandes deficientes.

Motivar e apoiar os órgãos nacionais para, adaptar as instalações da EPAM, de maneira a que ali possa funcionar um centro de dia e, num futuro breve, possam ali ficar internados, os grandes deficientes.

Incrementar o relacionamento com todas as associações de e para deficientes, entidades civis e militares e autarquias.

Desenvolver e dinamizar acções desportivas, culturais e recreativas, privilegiando o convívio entre associados e familiares.

Manter e incentivar as visitas domiciliárias aos associados, principalmente, os portadores de grandes deficiências e com mais dificuldade em se deslocarem à sede da delegação.

## VISEU - Lista A

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	António Pais Ferreira	n.º 586
1º Secretário	António Rodrigues Cardoso	n.º 1180
2º Secretário	Germano Coimbra Sousa	n.º 1223

### DIRECÇÃO DE DELEGAÇÃO

Presidente	João Manuel Santos Gonçalves	n.º 684
Secretário	Francisco Ferreira Batista	n.º 6581
Tesoureiro	Arnaldo Duarte Pereira	n.º 1404
Vogal	António Fernandes Pais	n.º 3529
Vogal	José Luís Duarte	n.º 2107

### CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente	José Silva Ferreira	n.º 881
Relator	Laureano José Vieira Silva	n.º 607
Vogal	João Francisco Pereira	n.º 3567

## Conselho de Delegação/Lista A

### CONSELHEIROS EFECTIVOS

Claudino Joaquim Ferreira	n.º 2289
João da Costa Vasconcelos	n.º 1400
Zeferino Espírito Santo Gomes Marcela	n.º 6910
Manuel Matos Vaz	n.º 9753
António Lopes Matos	n.º 9026
António Campos Mesquita	n.º 819
Manuel Carlos Lopes Costa	n.º 8543

### CONSELHEIROS SUPLENTE

Jorge Manuel Costa Pinto	n.º 5797
João Jesus Pereira	n.º 6701

## Programa de Acção / Lista A

Com a Revolução de 74, os deficientes militares organizaram-se, e constituíram-se em Associação, a 14 de Maio do mesmo ano.

Desde essa data para cá, muitos foram os actos eleitorais, em que a Associação dos Deficientes das Forças Armadas esteve envolvida.

A 29 de Novembro esta prestimosa instituição vai viver mais um momento alto da sua história com mais um acto eleitoral para o triénio 2003/2006. Como não apareceu mais nenhuma lista candidata aos órgãos da Delegação de Viseu, depois de várias reuniões, para que não fosse criado um vazio directivo/associativo, os actuais órgãos decidiram candidatar-se a mais este mandato, dando assim continuidade ao trabalho iniciado já há alguns anos e que se espera ver os resultados concluídos ainda neste mandato ou no mínimo no início do ano de 2004.

É claro que o projecto associativo que envolve a pessoa deficiente é sempre um projecto inacabado, mas, como os associados devem estar lembrados, há objectivos que estes órgãos se propuseram atingir, que no momento se estão a concluir, mas outros a degradarem-se por força do sistema, da vida, da crise que o país atravessa e segundo parece, sem fim à vista!

É importante os associados prepararem-se para uma mudança, que se entende normal, justa e benéfica para que a ADFA possa prosseguir os seus objectivos em todas as áreas, na saúde, na doença, no projecto legislativo, de secretaria, de apoio aos associados, na cultura, no lazer e na velhice, em todas as acções que envolve a pessoa deficiente a ADFA tem que estar presente e actuante em todas as "lutas" o que se acredita com o apoio e a participação de todos, o governo e a entidade militar vai ouvir a nossa voz!

O nosso projecto associativo é a vida e o bem estar dos associados e família.

### Açores

**Ilha de S. Miguel** - Sede da Delegação dos Açores da ADFA, Rua Ernesto do Canto, 20, Ponta Delgada; **Ilha de St.ª Maria** - Câmara Municipal de Vila do Porto; **Ilha Graciosa** - Câmara Municipal de St.ª Cruz; **Ilha de S. Jorge** - Escola Secundária da Calheta; **Ilha do Faial** - Quartel dos Bombeiros Voluntários da Horta; **Ilha do Pico** - Quartel dos Bombeiros Voluntários das Lajes do Pico; **Ilha Terceira** - Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

### Bragança

**Bragança**: Sede da Delegação - Bairro de Fomento Habitacional, Bl 20 - R/C Dto. Mãe D'Água.

### Castelo Branco

**Castelo Branco**: Sede da Delegação - R. Dr. Ruivo Godinho, 2.

### Coimbra

**Coimbra**: Sede da Delegação de Coimbra - Rua 1.º de Maio, 68; **Núcleo de Leiria** (Cruz Vermelha Portuguesa): Rua Tenente Valadim, Leiria.

### Évora

**Évora**: Sede da Delegação - R. dos Penedos, 10-C.

### Famalicão

**Famalicão**: Sede da Delegação - Centro Coordenador de Transportes, Loja 1, Rua Henriques Nogueira, Vila Nova de Famalicão; **Núcleo de Guimarães**: Rua Manuel Peixoto, n.º 203 (Cruz Pedra), Guimarães; **Núcleo de Braga**: Junta de Freguesia de Braga, na Avenida da Liberdade, n.º 490, Braga.

### Faro

**Faro**: Sede da Delegação - Urbanização do Bom João, R. José de Matos, Lt. 11 R/C Esq. Lj. A.

### Lisboa

**Lisboa**: Sede da Delegação - Av. Padre Cruz, Edifício ADFA.  
**Núcleo de Aveiras de Cima**: Sede do Núcleo - Mercado Diário - Sala 6; **Núcleo de Alcobaca**: Rua Luís de Camões, 63 - R/c, Alcobaca; **Núcleo de Amadora**: Recreios da Amadora, Rua Santos Matos, n.º 2, Amadora; **Núcleo do Barreiro**: Rua Miguel Pais, n.º 25, Barreiro; **Núcleo de Cascais**: Bombeiros Voluntários de Cascais, Av. Eng.º Adelino Amaro da Costa, Cascais; **Núcleo de Coruche**: R. dos Bombeiros, n.º 33, Coruche; **Núcleo de Corroios**: Ginásio Clube de Corroios, R. Ginásio Clube de Corroios, 19; **Núcleo da Margem Sul**: Delegação da Junta de Freguesia de Corroios em Miratejo, Edifício da Associação de Reformados de Miratejo, Av. Luís de Camões, Miratejo - Corroios; **Núcleo de Oeiras**: R. Junção do Bem, n.º 66, Oeiras (próximo do Bairro Bento de Jesus Caraça - Junto ao Bairro do Pombal - Acesso pela Rua Gaspar Lemos); **Núcleo de Peniche**: Largo Mercado Municipal, Edifício S. Pedro, Loja 6 - Bloco 6, Peniche; **Núcleo de Santarém**: Junta de Freguesia de Vale de Santarém, Rua Poeta João Aldeia, Vale de Santarém; **Núcleo de Sintra**: Igreja da Nossa Senhora da Fé, Av. Luís de Camões, Monte Abrão, Queluz; **Núcleo de Torres Novas**: Bombeiros Voluntários de Torres Novas, Av. dos Bombeiros Voluntários, Torres Novas; **Núcleo de Torres Vedras**: Rua da Olivença, n.º 4 - R/c Dto., Torres Vedras; **Núcleo de Vila Franca de Xira**: Rua Almada Negreiros, 5, Bairro da Chasa, Alverca do Ribatejo (junto ao escritório da Cooperativa Chasa).

### Madeira

**Funchal**: Sede da Delegação - R. Velha da Ajuda, 50.

### Porto

**Porto**: Sede da Delegação - R. Pedro Hispano, 1105 (ao Carvalhido); **Feira**: Sede do Núcleo, Rua Elísio de Castro, 37 A; **Ponte da Barca**: Bombeiros Voluntários da Ponte da Barca; **Chaves**: Comissão de Protecção às Crianças e Jovens de Chaves, Urb. Formiguinha, Lote 1, Loja 3; **Vila Real**: Bombeiros Voluntários da Cruz Verde; **Lixa**: Bombeiros Voluntários da Lixa; **Viana do Castelo**: Junta de Freguesia de Meadela; **Penafiel**: Bombeiros Voluntários de Penafiel; **Vila do Conde**: Centro de Juventude de Vila do Conde, Av. Júlio Graça.

### Setúbal

**Setúbal**: Sede da Delegação - R. Almeida Garrett, 70.

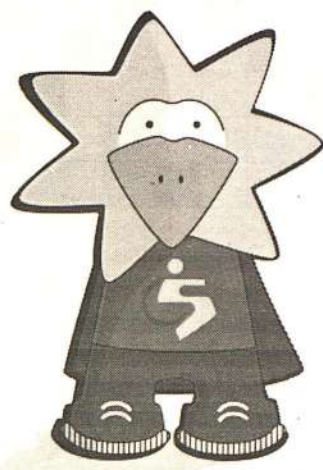
### Viseu

**Viseu**: Sede da Delegação - Emp. Magnólias, Lt. 4 - R/C Q; **Núcleo da Guarda**: Sede do Núcleo - Rua Dr. Manuel Arriaga, n.º 1, 1.º Fte. Dto., Guarda.



"Bicas" vai a Atenas 2004

# Movimento paralímpico português apresenta mascote



BICAS®

Mota, Ruy de Carvalho e Nuno Delgado, entre outros. "O Bicas vai levar a todo o país a mensagem do "Desporto para Todos", divulgando o Movimento Paralímpico de Portugal", referiu o representante da empresa que desenhou a mascote.

Embaixadores e patrocinadores constatarem que a mascote apresentada "tem como grande objectivo que os desportistas deficientes se identifiquem com ela, que sintam que o Bicas é deles." A mascote pretende ser, "no imaginário", uma nova espécie que tem algumas semelhanças com um pássaro "que representa liberdade".

"O Bicas não tem asas mas consegue voar", demonstrando querer, grande vontade de superação e também vontade de vitórias, no respeito dos valores do espírito desportivo e fair-play", acrescentou.

O Bicas representa também a versatilidade do Movimento Paralímpico Português, sendo representado a praticar Atletismo, Boccia, Basquetebol, Ciclismo, Equitação, Futebol de 7 e Natação.

O cabelo em forma de estrela da mascote simboliza "os Atletas que competem ao mais alto nível". O seu equipamento desportivo, adequado a cada modalidade, apresenta as cores do "Super-Atleta" - o vermelho, o

amarelo e o azul. "É muito divertido e tem um grande sentido de humor. Como adora Desporto, anda sempre muito alegre e em permanente movimento. Dentro de algum tempo irão vê-lo por muitos lados. Quem sabe em Atenas!", concluiu o representante da DZ Design - Design & Comunicação, empresa associada da Lisdesporto - Organização de Actividades e Eventos Desportivos e que constituem a Sport Designers.

Rosa Mota, em declarações ao ELO, enalteceu a iniciativa e considerou importante a actividade da FPDD nesta área. "O Bicas é um boneco muito simpático e dinâmico", salientou sobre a mascote.

O director técnico do Projecto, professor Jorge Vilela de Carvalho, disse ao ELO que "neste contacto com os embaixadores e patrocinadores devemos mostrar o que falta fazer para concretizar o projecto Super-Atleta". Sobre o Bicas, o professor afirmou que "dá ideia de liberdade, que está associada aos direitos e à capacidade de realização das pessoas".

Para António Neves, presidente da FPDD, a iniciativa prende-se com a "troca de ideias e levantamento de pistas, para em conjunto criar condições de qualidade e dignidade para a nossa representação em Atenas 2004".



António Neves, presidente da FPDD

Foi também assinado um protocolo com a Cooperativa Vitivinícola de Peso da Régua e entregue o diploma de embaixador ao judoca Nuno Delgado.

RV

## Taça do Mundo de Boccia

# Seleccção portuguesa na Nova Zelândia

A Seleccção de Portugal vai participar na Taça do Mundo de Boccia, organizada pela CP-ISRA (Cerebral Palsy International Sports and Recreation Association), que vai realizar-se de 29 de Outubro a 7 de Novembro, em Christchurch, na Nova Zelândia.

fixar o "ranking" no final do ano, pois é a última grande prova internacional antes do seu termo. A fixação do "ranking" vai definir a quota atribuída a cada país, concorrendo definitivamente para a qualificação para os Jogos Paralímpicos de Atenas 2004. Portugal já tem atletas com os mínimos alcançados para Atenas, mas esta é a oportunidade para

apurar mais atletas ou melhorar resultados.

O jogo de Boccia é constituído por 13 bolas, sendo seis vermelhas, seis azuis e uma bola alvo (branca). Pode ser jogado individualmente, em pares ou equipas (de três elementos) e o objectivo consiste em aproximar o maior número de bolas azuis ou vermelhas da bola alvo, dentro de um campo de 10m x 6m. As bolas podem ser lançadas com a mão, com o pé ou com dispositivos auxiliares que possibilitam aos jogadores com maior dificuldade motora orientarem uma calha, por forma a permitir o lançamento das bolas na direcção desejada.

Delegação Nacional - Atletas: José Macedo, Fernando Ferreira, Armando Costa, Mário Peixoto, João Fernandes, Bruno Valentim, Fernando Pereira, António Marques, Cristina Gonçalves, Pedro Silva - Chefe de Delegação: Prof. Joaquim Viegas; Luís Ferreira, José Alves, Paulo Morais, Alberto Peixoto, Alexandra Guedes, Maria Bastos, Emilio Conceição, Cristina Silva, Rosa Carvalho, Maria Cristina Teixeira, Filinto Carvalho.

RV com Facesport

## Campeonato do Mundo de Futebol 7

# Portugal afastado de Atenas

A Seleccção Portuguesa de Futebol 7 perdeu por 2-1 com a Inglaterra, ficando assim afastada a possibilidade de qualificação para os Jogos Paralímpicos de Atenas 2004.

O Campeonato do Mundo Futebol 7 disputou-se em Buenos Aires, na Argentina, numa competição dividida em dois grupos, grupo A - Ucrânia, Argentina, Irão, Estados

Unidos, Portugal e Inglaterra e no grupo B, Rússia, Brasil, Holanda, Austrália, Espanha, Irlanda e Coreia. Destes dois grupos, A Rússia, a Ucrânia e a Holanda já se encontram apuradas para os Jogos Paralímpicos de Atenas 2004.

A Delegação Nacional de Futebol 7 da PCAND (Paralisia Cerebral - Associação Nacional de Desporto) apresentou os seguintes jogadores: Fernando Barata, Álvaro

Durães, Fernando Silva, Manuel Gonçalves, Ruben Grilo, Filipe Henriques, Nuno Germano, Gabriel Martinho, Rogério Fernandes, Rui Rocha. Do "staff" fizeram parte Joaquim Viegas - chefe de delegação, Luís Horta - treinador, Ana Moreira - Fisioterapeuta.

RV com Facesport

## Campeonato da Europa de Basquetebol INAS-FID

# Seleccções Nacionais trazem vitórias para Portugal

A Seleccção Feminina Portuguesa de Basquetebol da ANDDEM venceu o Brasil por 60-40, conquistando a medalha de bronze no Campeonato da Europa de Basquetebol que se disputou entre 17 e 24 de Outubro, em Varsóvia, na Polónia. A prova foi organizada pela Federação de Desporto Internacional para atletas com incapacidade intelectual (INAS-FID).

2001 Vice-Campeões da Europa em Rhodes, Grécia; 2002 Campeões do Mundo no Funchal, Madeira.

Em Femininos, a seleccção Nacional atingiu o 4º Lugar no Campeonato do Mundo no Funchal, Madeira, em 2002.

Os atletas da Seleccção Nacional (Masculina e Feminina) são: Fernando Pereira, Joaquim Oliveira, João Oliveira, Jorge Ribeiro e Rui Benfica, e Carla Longo, Carmo Maganinho, Mara Jorge e Margarida Panzo, do Clube Gaia; António Lopes, Carlos Luz, Ricardo Martins, e Paula Mendes, Clube Cercigui; Alcides Fernandes, Fátima Santos, Isabel Laranja, Maria João Calaça e Susana Câmara, de "Os Especiais", da Madeira; Helder Santos, da APPACDM de Viseu; e da

ARCIL da Lousã, José Cunha, Vítor Carinhas e Rosalina Morais.

A equipa técnica e dirigente é composta pelo chefe de delegação José Costa Pereira, por Fausto Pereira, seleccionador nacional e treinador da seleccção masculina, Duarte Sousa, treinador adjunto da seleccção masculina, Eduardo Abambres, treinador da seleccção feminina, Alcino Quaresma, treinador adjunto da seleccção feminina, Edite Costa, técnico de apoio logístico, Nuno Cordeiro,



A seleccção feminina portuguesa de basquetebol

Fisioterapeuta. O árbitro da Federação Portuguesa de Basquetebol é Daniel Ferreira.

RV com Facesport

**ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES**

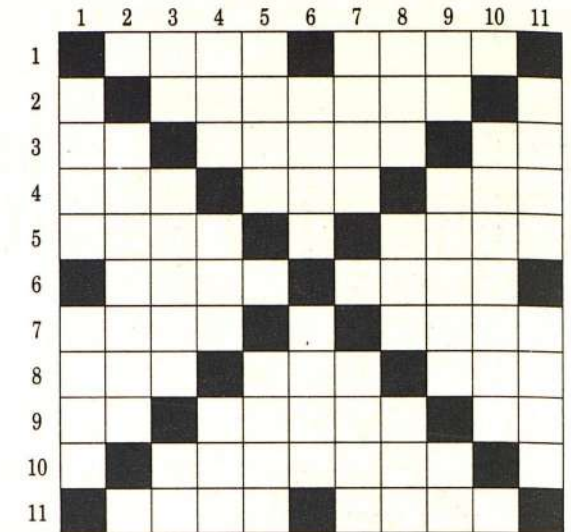
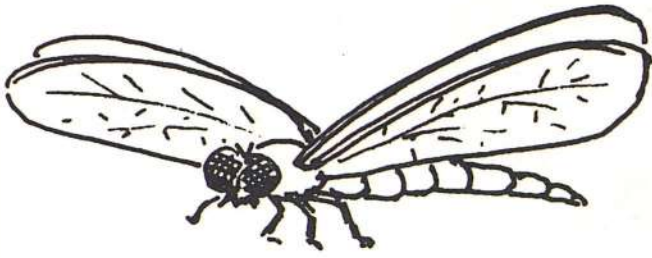
**NOME CIENTÍFICO:**

**LIBELLULA DEPRESSA**

**NOME VULGAR:**

**LIBELINHA**

**INSECTO PARECIDO COM UM HELICÓPTERO  
PASSA PÉLOS AEROS, NUNCA SEM  
NECESSIDADE APARENTE**



**HORIZONTAIS**

1 - Retribui; abastado. 2 - Com pedras. 3 - Primeiras consoantes; nome de homem; ofereça. 4 - Reza; prefixo de ouvido; decifras. 5 - Personagem tristemente célebre; tronco. 6 - Canção; guisado. 7 - Relativo ao ânus; descaramento (pop.). 8 - Companhia de Comado e Serviços; criadeira; batráquios. 9 - Basta!; detido; popa. 10 - Efeminado. 11 - Assobie; dificuldade (fig.).

**VERTICAIS**

1 - Palhaço (inv.); acção. 2 - Miúdo. 3 - Apóstolo (abr.); inaugures; ruim. 4 - Gabinete de Estudos e Planeamento; números romanos; progenitor. 5 - Pátio da igreja; interjeição. 6 - Nome de mulher; gostei. 7 - Cilindro; repugnância. 8 - Prefixo de igualdade; cor branca; grupo terrorista francês. 9 - Cobalto (s.q.); deixar em testamento; tropa nazi. 10 - Delegar. 11 - Rígido; campeões.

**SOLUÇÕES  
HORIZONTAIS**

1 - Paga; rico. 2 - Pedroso. 3 - BC; Paulo; de. 4 - Ora; oto; les. 5 - Bibi; cepo. 6 - Ária; ragu. 7 - Anal; lata. 8 - CCS; ama; rás. 9 - Tá; preso; ré. 10 - Martas. 11 - Vale; osso.

**VERTICAIS**

1 - Obob; acto. 2 - Criança. 3 - Ap; abras; má. 4 - GEP; III; pal. 5 - Adro; arrel. 6 - Rute; amel. 7 - Rolo; asco. 8 - Iso; cal; OAS. 9 - Co; legar; SS. 10 - Deputar. 11 - Teso; ases.

**VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS**

VOLKSWAGEN		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Lupo</b>		
1.0 Oxford AC	10.009,85	13.950,48
1.4 Highline	12.181,61	19.237,80
1.4 TDI Oxford AC	12.239,26	19.630,84
1.2 3 litros	11.744,37	17.041,13
<b>Polo</b>		
1.2 Conceptline 3p	9.764,91	14.716,51
1.2 Conceptline 5p	10.010,38	15.008,62
1.4 Highline 5p	12.807,96	19.983,16
1.4 Highline Cx. Autom.	13.751,59	21.106,08
1.4 TDI Confortline AC	14.257,33	22.032,35
<b>Golf</b>		
1.4 Confortline 5p	13.839,41	21.389,08
1.4 Conceptline JE/AC	15.240,92	23.056,88
1.9 TDI Confortline AC	16.013,59	29.106,59
1.9 TDI Generation	16.405,38	29.572,82
1.9 TDI Confor Tiptronic	16.503,10	29.689,11
1.9 TDI Genert Tiptronic	17.807,33	31.241,14
1.9 TDI Sport Generation	19.029,25	32.695,22
1.9 TDI Highline	20.459,67	34.397,42
1.9 TDI Sport Genr Tiptronic	20.387,94	34.312,07
<b>Golf Variant</b>		
1.4 Confortline JE/AC	15.787,14	23.706,88
1.6 102 Cv Tiptronic	18.285,11	28.757,93
1.9 TDI 100 cv AC Confort	16.557,89	29.754,31
1.9 TDI 100 cv Tiptronic	17.962,35	31.425,61
1.9 TDI 130 cv Spot Gener	19.425,84	33.167,17
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	20.531,73	34.483,18
<b>Bora</b>		
1.4 Confortline	16.254,35	24.252,86
1.9 TDI 100 cv Confortline	18.223,15	31.736,57
1.9 TDI 100 cv Tiptronic	19.593,56	33.366,75
1.9 TDI 130 cv Highline	20.702,46	34.686,34
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	21.785,14	35.974,73
1.9 TDI 150 cv Highline	22.899,04	37.300,27
<b>Passat</b>		
1.9 TDI 100 cv Confortline	18.371,86	32.031,93
1.9 TDI 130 cv Confortline	20.640,88	34.732,06
1.9 TDI 130 cv Conf Plus	21.366,41	35.595,44
1.9 TDI 130 cv Highline	25.009,07	39.930,21
1.9 TDI 130 cv Plus Tiptron	22.877,42	37.300,27
<b>Passat Variant</b>		
1.9 TDI 100 cv Confortline	20.694,57	34.795,96
1.9 TDI 130 cv Confortline	21.859,67	36.182,42
1.9 TDI 130 cv Conf Plus	22.585,21	37.045,82
1.9 TDI 130 cv Highline	26.367,73	41.547,02
<b>Charan</b>		
1.9 TDI Confort 7 Lugares	27.277,86	38.269,18
1.9 TDI Tiptronic 7 Lugares	28.972,46	40.285,75
<b>Caddy</b>		
1.9 SDI 64 cv Van Entry	9.448,88	11.788,92

1.9 TDI Van Confortline	14.867,46	22.054,21
<b>Touran</b>		
1.6 Basis 5 Lug 115cv	18.272,18	28.762,48
1.9 TDI 100 cv 5 Lug	18.894,62	32.524,54
1.9 TDI 100 cv 7 Lug	19.415,79	33.144,74
2.0 TDI 136 cv 5 Lug	22.379,80	37.401,90
2.0 TDI 136 cv 7 Lug	22.900,97	38.022,09
<b>AUDI</b>		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Audi A2</b>		
1.4 75 cv Attraction	14.094,12	21.448,00
1.4 TDI 75 cv Attraction	15.046,82	22.906,15
1.2 TDI 61 cv Attraction	17.736,28	24.106,77
<b>Audi A3 Gasolina</b>		
1.6 ATT 3P (Lançamento)	20.184,31	30.948,00
1.6 Sport (Lançamento)	21.310,36	32.288,00
2.0 Sport (Lançamento)	23.426,52	38.588,00
1.6 ATT 102 cv	18.306,16	28.173,00
1.6 Sport 102 cvP	20.575,07	31.413,00
2.0 FSI ATT 150 cv	20.975,07	31.173,00
2.0 FSI Sport 150 cv	23.243,98	38.533,00
<b>Audi A3 Gasóleo</b>		
2.0 TDI ATT 140 Cv	21.537,44	36.339,99
2.0 Sport 140 Cv 1.9	22.691,23	37.713,00
<b>Audi A4 Gasolina</b>		
1.6 102 cv	22.112,89	33.243,01
1.8 163 cv	26.393,72	40.223,01
<b>Audi A4 Gasóleo</b>		
1.9 TDI 130 Cv cx 6	24.461,60	39.089,75
2.5 TDI 163 Cv	29.075,02	50.663,00
2.5 TDI V6 quattro 180 Cv	31.478,39	53.523,01
<b>Audi A4 Avant Gasolina</b>		
1.6 102 cv	23.280,96	34.633,01
1.8 163 cv	27.561,78	41.613,00
<b>Audi A4 Avant Gasóleo</b>		
1.9 TDI 130 Cv	25.783,66	40.663,01
2.5 TDI 163 Cv	30.243,06	52.053,00
2.5 TDI V6 quattro 180 Cv	32.419,56	54.643,00
<b>Audi A6 Gasolina</b>		
1.8 T 150 Cv	31.183,63	46.042,00
2.4 170 Cv	32.708,89	54.062,01
<b>Audi A6 Gasóleo</b>		
1.9 TDI 130 Cv	31.624,00	47.732,01
2.5 TDI 163 Cv	33.604,44	56.172,01
2.5 TDI quattro 180 Cv	36.738,89	59.902,01
<b>Audi A6 Avant Gasolina</b>		
1.8 150 cv	32.839,09	48.012,00
2.4 170 cv	34.364,35	56.032,01
<b>Audi A6 Avant Gasóleo</b>		

1.9 TDI 130 Cv	33.279,46	49.702,00
2.5 TDI 163 Cv	35.259,90	58.142,01
<b>Audi Allroad Quattro</b>		
2.5 TDI Allroad 180 Cv	42.806,12	67.122,01
2.7 T 250 Cv	50.155,45	77.642,00
<b>OPEL</b>		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Agila</b>		
1.0 12 V 5p Confort	7.274,67	10.714,50
1.2 16 V 5p Elegance	7.910,65	12.439,49
<b>Corsa</b>		
1.0 3p City	8.572,99	12.259,50
1.0 5p Confort	9.371,31	13.209,50
1.2 5p Confort	9.204,77	13.979,50
1.2 Joy 5p	9.259,39	14.044,39
1.2 Sport 3p	10.137,54	15.089,49
1.4 GSI 3p	12.338,39	19.339,50
1.7 DTI 5p Confort	10.585,26	20.264,50
1.7 DTI 5p Elegance	12.030,64	21.984,50
1.7 DTI 3p Sport	11.518,03	21.374,50
<b>Astra</b>		
1.2 5p Selection	11.911,07	17.199,99
1.4 5p Elegance	13.901,42	21.199,51
1.4 5p Sport	13.779,84	21.054,83
1.7 DTI 5p Eco	13.690,30	23.959,50
1.7 DTI 4p Selection	13.215,93	23.395,00
1.7 DTI 5p Elegance	14.602,07	25.044,50
2.0 DTI 3p Sport	14.276,39	27.789,83
<b>Astra Caravan</b>		
1.2 Selection	12.474,09	17.869,99
1.4 Selection	12.843,01	19.940,00
1.4 Sport	14.342,87	21.724,84
1.7 DTI Selection	13.778,96	24.065,00
1.7 DTI Sport	15.278,82	25.849,84
2.0 DTI Sport	15.305,80	29.014,83
<b>Zafira</b>		
1.6 16 V	15.6700,57	25.459,50
2.0 DTI	15.893,76	29.714,50
2.0 DTI Elegance	17.078,63	31.124,50
2.2 DTI Elegance	17.028,58	32.859,51
<b>Vectra</b>		
1.6 Confort	15.956,87	25.764,50
1.8 GTS	18.139,66	30.369,50
2.0 DTI Confort	16.507,20	30.444,50
2.2 DTI Elegance	17.927,73	33.929,90
<b>Omega</b>		
2.2 DTI 4p Elegance	25.444,54	42.874,50
2.2 DTI Caravan Elegance	26.293,29	43.884,50
<b>Caixas Automáticas</b>		
Astra 2.0 DTI Elegance	15.763,51	29.559,51
Astra 2.0 DTI Caravan	16.326,53	30.229,50

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: **BMW, Ford, Citroen, Mercedes, Honda, Skoda e Seat**. Estas informações/vendas são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 10h00 às 14h00 pelos telefones 21 751 2640, 21 751 2600, 21 751 2602 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 21 859 5016 ou 91 618 6540.

## Benefícios para associados

# Protocolos

A ADFACAR, através da Delegação de Famalicão e do Núcleo de Leiria, celebrou alguns protocolos para prestação de serviços e descontos aos associados, familiares e funcionários.

**A Clípóvoa - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A.,** de Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, presta serviços de ambulatório, internamento e bloco operatório em todos os seus hospitais e ambulatórios, com desconto de dez por cento sobre a tabela em vigor (excepto nas ressonâncias magnéticas, tomografia axial computadorizada (TAC), farmácia, armazém geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela clínica).

Atendimento na Póvoa de Varzim (Lugar de Penouces, Beiriz), em Vila Nova de Cerveira (Estrada Nacional, 13, Vila Meã), em Amarante (Edifício Golphinho) e no Porto (R. Beato Inácio Azevedo, 61/85).

A Clínica Médico-Cirúrgica de Santa Tecla pratica um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços, no atendimento de clínica geral, quartos, enfermarias, salas de bloco operatório e partos e unidade de vigilância intensiva, medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

O Hospital da Trofa presta, aos associados, às suas esposas, pais, filhos, genros/noras e netos, e aos funcionários da ADFACAR, cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de partos, com um desconto de 15 por cento.

O acordo é extensível à Portoclinica, na Av. Fernão de Magalhães, Estádio das Antas, Porto.

O médico dentista Luís Claro, em Famalicão, efectua um desconto de dez por cento (nas consultas e tratamentos dentários) e de cinco por cento (em trabalhos de laboratório), aos associados e familiares com direito a ADM (com cartão de associado do titular e cartão de beneficiário das ADM).

A Ouroarte, de Famalicão, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Optivisão - Óptica, Serviços e Investimento, S.A., atribui aos associados, familiares e funcionários descontos na aquisição de óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto e óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, dez por cento; exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação. Na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

Possibilidade de aquisição dos produtos (independentemente dos respectivos descontos) a crédito, em suaves prestações.

Nota: nos acordos com a Clípóvoa, Clínica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário cartão de assistência médica próprio, a solicitar pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicão.

Nos acordos com o dentista, com o oculista Ouroarte e com a Optivisão, basta apresentar o cartão de associado com quotas em dia.

A IMAGRAM - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda presta serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Sede da Delegação de Coimbra.

A Rosóptica - Óptica Médica, Lda, de Leiria, presta serviços aos associados, cônjuges e aos filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Delegação de Coimbra.

A Freire, Meireles & Parente, Lda presta os seus serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, desde que estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Delegação de Coimbra.

Acessibilidade em museus e centros de ciência

# "Os deficientes não querem ser visitantes especiais"



Foi realizada uma mostra de produtos e serviços para portadores de deficiência

"Pusemos os nossos funcionários a experimentar as limitações físicas da deficiência visual por um dia." As palavras são da directora de marketing do museu espanhol "de las Ciencias Príncipe Felipe", Marta del Olmo, que falou sobre a adaptabilidade dos museus a todos os visitantes, num colóquio organizado pelo Pavilhão do Conhecimento - Ciência Viva, no dia 24 de Outubro, em Lisboa.

"Todos diferentes. Todos iguais? - Questões de acessibilidade em museus e centros de ciência" foi o tema do encontro em que a preocupação com o conforto e com a qualidade, com destaque para a prestação de serviços não-discriminados,

foram o mote para o debate que juntou técnicos e cidadãos deficientes.

Sensibilizar, formar e responsabilizar os funcionários, são objectivos que, segundo aquela técnica, os museus devem ter em conta, para prestarem "serviços idênticos, de forma diferente", porque, como disse a representante do Museu Príncipe Felipe, "os deficientes não querem ser visitantes especiais".

Relevante para o melhoramento dos seus serviços é a realização de visitas de pessoas portadoras de deficiência com as pessoas não deficientes. As visitas também podem ser efectuadas com a ajuda de um audio-guia gratuito.

Marta del Olmo considerou importante a acessibilidade a todas as estruturas do museu, os protocolos celebrados com as associações de e para deficientes, e as "lojas solidárias", onde se vendem os artigos produzidos pelos cidadãos portadores de deficiência.

A avaliação das acessibilidades ao Museu Príncipe Felipe é feita por meio de questionários aos visitantes, auditorias oficiais e reuniões regulares com as associações de e para deficientes.

No encontro procurou dar-se a conhecer o que foi já feito para melhorar acessibilidades em alguns museus portugueses e estrangeiros, "e o que pode fazer-se no futuro, em colaboração com instituições ligadas às necessidades especiais".

A representante da Direcção do Exploratório Infante D. Henrique (Coimbra), lembrou que, enquanto espaço de divulgação da ciência, aquela instituição aposta na interacção entre os visitantes e as actividades, sendo realizados estudos sobre os resultados do contacto dos indivíduos portadores de deficiência com as tecnologias e com as ciências. Foi também realçada a colaboração da ACAPO na elaboração de um "Jardim de Cheiros", com placas em braille.

As representantes do Museu da

Cidade de Lisboa, Ana Leite e Ana Cosme, salientaram a importância social do Museu e os esforços para que seja cada vez mais acessível à população portadora de deficiência. Desde 1994 que foram instaladas rampas de acesso, sendo posteriormente nivelado o pavimento. Para mudar há ainda algumas vitrinas muito altas e com legendas pouco legíveis. Em 1998 foi implementado um programa de actividades dirigidas aos deficientes, que incluem, desde essa altura, visitas guiadas e contacto directo com peças do acervo museológico.

"O Pavilhão do Conhecimento - Ciência Viva tem, desde o início da sua actividade, uma atenção permanente para com os cidadãos com necessidades especiais, numa perspectiva de inclusão social e abertura deste espaço de divulgação científica para todos", referem os responsáveis pela organização. Exemplos desta prática são os serviços gerais e iniciativas que envolvem visitantes portadores de deficiência motora, visual e auditiva de que o ELO já tem feito cobertura.

No âmbito deste encontro, nos dias 24, 25 e 26 de Outubro, foi realizada uma mostra de serviços e produtos relacionados com as pessoas com necessidades especiais, com entrada gratuita. •

RV

António Júlio Rosa - Campo das Letras - Lisboa 2003

## Memórias de um prisioneiro de guerra

### MEMÓRIAS DE UM PRISIONEIRO DE GUERRA

ANTÓNIO JÚLIO ROSA

Campo da Memória



Entre os muitos livros de memórias de antigos combatentes que felizmente têm vindo a ser publicados, e que tão necessários

são à preservação da nossa memória colectiva, surgiu agora um algo diferente. Trata-se das recordações de um antigo prisioneiro de guerra do teatro de operações da Guiné, um dos vinte e cinco que por lá padeceram de inexistência, ou seja: o antigo regime não reconhecia os prisioneiros de guerra como tal, uma vez que, oficialmente, não estávamos em guerra com ninguém. Repetia-se, portanto, a tragédia da Índia, só que em menor dimensão.

Tem sido pouco tratado o efeito perverso das primeiras acções de terrorismo puro que, em Março de 1963, marcaram o início da Guerra Colonial. A violência das cenas não só mobilizaram a opinião pública portuguesa para enfrentar aqueles desmandos, como marcaram o modo e a evolução da guerra naquele e noutros teatros de operações. Assim, as Convenções de Genebra nunca foram ensinadas aos nossos militares, quadros inclusive, deixando ao bom senso destes o código de conduta nas operações militares.

O livro de António Júlio Rosa deveria ser de leitura obrigatória nas Escolas Militares. Não pela sua qualidade literária, que não está em causa, mas pelo seu conteúdo. Ali se lê

sobre a dificuldade de adaptação dos quadros milicianos às situações concretas; de como a estrita obediência a uma ordem vinda de longe leva a um desastre táctico; como um prisioneiro escapa de ser linchado pela população (que se presumia defender) pelos guerrilheiros (que se presumia dever eliminar); de como pelo menos os quadros inferiores desses guerrilheiros conheciam as Convenções de Genebra; da diferença entre os militares, que mutuamente se respeitam, e os quadros políticos, com outra ordem de valores; de como essas convenções foram ignoradas ao ponto de encerrar graduados numa prisão para presos de direito comum de um estado (que não Estado) teoricamente alheio ao conflito. E da forma como foram libertados os nossos prisioneiros, que bem pode ser analisada em termos das doutrinas actuais sobre o direito de ingerência.

Em resumo, um livro obrigatório para quem pretender saber um pouco sobre a nossa História recente; um documento cheio de factos e vazio de preconceitos. •

NSC

### Cinema

## "Preto e Branco"

O filme de José Carlos de Oliveira, "Preto e Branco", estreou no dia 26 de Setembro, em 15 salas de cinema portuguesas, distribuído pela Lusomundo, e trouxe a Guerra Colonial de novo às telas.

A longa metragem, filmada em Moçambique, baseia-se no argumento de Mário de Carvalho e no guião do realizador. É uma co-produção da Marginalfilmes com a RTP, em associação com a Cinemate, financiada pelo Ministério da Cultura/Instituto do Cinema, do Audiovisual e Multimédia.

A Guerra Colonial em Moçambique é o tema central da obra, retratando-se o encontro de três personagens no mato. Um sargento das tropas especiais do Exército, nascido em África, um preto dos movimentos de libertação nascido na metrópole, e uma enfermeira do exército português, numa caminhada forçada, com uma relação que oscila entre o ódio e a cumplicidade, "até descobrirem que afinal o Homem pode sobrepôr-se à cor, cultura e conceitos", como salienta o realizador. •

RV

# Actualizações

Na sequência do anúncio da política definida pelo Governo para as actualizações de vencimentos, e consequentemente, para os DFA, das pensões de invalidez e reformas extraordinárias, muitos associados têm-se dirigido à DN ou às delegações no sentido de se esclarecerem sobre o assunto. Mais concretamente, queixaram-se alguns de que não lhes estaria a ser abonada a pensão devida, por ultrapassar o limite dos mil euros, o que estaria errado na forma do cálculo desse limite. Vamos procurar elucidar os nossos associados sobre a forma de calcular esses abonos.

O valor a abonar a um militar dos QP (que é o que nos interessa) é feito pela soma de várias parcelas, que são o vencimento base, o Subsídio de Condição Militar (SCM), e, no caso dos DFA, o Abono Suplementar de Invalidez e eventual Prestação Suplementar de Invalidez.

O vencimento base dos militares é calculado multiplicando o escalão em que o militar se encontra pelo índice 100 dos militares das Forças Armadas. Para oficiais e postos superiores da classe de sargentos, é o que está publicada no DL 328/99, de 18 de Agosto. Para os postos até sargento Ajudante, é calculado com base na tabela do Mapa n.º 2 (b), anexo ao DL 207/2002, de 17 de Outubro, que foi publicada no ELO n.º 324 de Novembro de 2002, e que se transcreve, pelo índice determinado pelo Governo em cada ano, e que para 2003 foi fixado em 550,66 euros.

Postos	Escalões													
	1	2	3	4	5	6	7							
Sarg	235	1294,05	240	1321,58	245	1349,11	255	1404,18	260	1431,71	-	-	-	
1º Sarg	215	1183,91	220	1211,45	225	1238,98	230	1266,51	235	1294,05	-	-	-	
CbArm	175	963,65	180	991,18	185	1.018,72	190	1046,25	195	1073,78	200	1101,32	215	1183,91
1º Mar	120	660,79	125	688,32	135	743,39	145	798,45	155	853,52	160	881,05	-	-

Nota: Cabo de Armada é equivalente a Cabo de Secção, e 1º marinheiro a Cabo Adjunto

Assim, uma praça DFA que esteja no 2.º escalão terá, em 2003, um vencimento base de 688,32 euros.

O SCM é composto por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa tem o valor de 5.150\$00, fixada em 1999, e está sujeita às actualizações determinadas, em cada ano, pelo Governo. O seu valor tem assim aumentado conforme a tabela junta.

	Actualização	Escudos	Euros
1999	-	5.150\$00	25,69
2000	2,5 %	-	26,33
2001	3,75 %	-	27,32
2002	2,73 %	-	28,07
2003	1,5 %	-	28,49

A parte variável do SCM consiste em 14,5% do vencimento base do militar. Deste modo, a praça do exemplo anterior teria em 2003 um SCM fixo de 28,35 euros, mais 14,5% de 688,32 euros, o que daria 28,49+99,80=128,29 euros.

A pensão base deste militar seria portanto 688,32+128,29=816,61 euros. Como esta soma é inferior a mil euros, deve-lhe ser aplicada a actualização de 1,5 % fixada pelo Governo, passando portanto a ser de 824,78 euros.

A este total é adicionado o Abono Suplementar de Invalidez, calculado multiplicando o salário mínimo nacional pela percentagem de incapacidade. A título de exemplo, no caso de ter uma incapacidade de 65%, teria direito ao Abono Suplementar de Invalidez de 65% do salário mínimo nacional, fixado para 2003 em 356,60 euros, o que daria mais 231,79 euros.

No caso de mais de 90% de incapacidade, teria ainda direito a Prestação Suplementar de Invalidez. Também a título de exemplo, no caso de uma incapacidade de 95%, teria ainda direito a 95% do salário mínimo nacional, ou seja, a 0,95x356,60=338,77 euros.

Estes abonos surgem nas declarações da CGA acumulados, ou seja, numa única parcela, com a designação de "pensão de DFA", já com os descontos legais. Surgem discriminados os retroactivos, se os houver, e as retenções na fonte, se for caso disso, além de outros caos especiais.

Este é o nosso entendimento sobre o cálculo das pensões. Caso algum associado, depois de aplicar este método, encontre alguma diferença substancial, pode e deve reclamar junto da CGA naquilo em que se sente lesado. E terá de ser o próprio a fazê-lo, pois a ADFA não tem competência para se substituir ou representar o associado.

## Promoções

Têm-nos chegado ultimamente cartas de associados com pedidos de esclarecimento sobre as promoções de furriéis a 2.º sargento, que têm vindo a ser indeferidas pelos serviços de pessoal do Exército. Logo à partida, não deve deixar de estranhar-se ser levantada a questão da promoção de militares que estão há cerca de uma trintena de anos afastados do serviço. Mas somos todos portugueses, pelo que não há que estranhar tal atraso. Veja-se o drama nacional da contagem do tempo de serviço, que é a prova de que só nos lembramos de S. Bárbara quando tropeja; ou dos incêndios, que teimam em deflagrar, aparentemente com surpresa dos governos, todos os anos, pontualmente, em Julho.

Antes de mais, convém lembrar que, no tempo da outra senhora, ou seja, antes do 25 de Abril, só os oficiais tinham um estatuto, que definia as suas carreiras, entre elas as promoções. As promoções aos diferentes postos de sargento e praça eram feitas de acordo com o Regulamento de Promoção aos Postos Inferiores do Exército (RPPIE), promulgado pela Portaria n.º 6.972 de 26, de Novembro de 1930.

Dos longínquos anos trinta até aos mais recentes anos setenta muitas alterações sofreu esta Portaria, alterações fáceis porquanto as portarias não carecem de passar pela Assembleia, então Nacional, agora da República. Basta dizer que na redacção inicial, não figuravam os primeiros cabos milicianos.

Para serem promovidos, os militares têm de obedecer a condições gerais e condições especiais de promoção. As primeiras são iguais para todos os postos: ter bom comportamento, ter informações favoráveis dos superiores, não ter sido condenado em tribunal por motivos infamantes, ter a necessária saúde e robustez física. As segundas são específicas de cada posto: ter X anos de permanência no posto, ter o curso Y, ter averbada uma escola de recrutas, ou equivalente.

Ao longo do tempo, as condições especiais foram sendo alteradas, por força das necessidades do Exército e da evolução da própria sociedade. Por exemplo, a taxa de analfabetismo foi diminuindo e a frequência do ensino secundário menos rara, o que se reflectia nas condições de acesso aos postos.

Significa isto que quando alguém vem agora requerer uma promoção que julga devida, e que ficou esquecida na pressa de deixar as fileiras, se torna difícil, a esta distância, saber se está ou não dentro da razão. Torna-se necessário averiguar qual a legislação (portaria, circular, etc.) que se aplicava à data em que essa promoção deveria ter ocorrido, o que está naturalmente para além das capacidades da ADFA, por impossibilidade da consulta directa dos processos individuais.

Em qualquer caso, alguma coisa se pode adiantar, em termos genéricos, sobre a promoção de DFA e acidentados em serviço:

- O tempo de baixa conta como tempo de serviço, desde que o acidente, ou doença, sejam considerados em serviço; nem de outra forma poderia ser, pela aplicação do não prejuízo por motivo de serviço;
- Existem equivalências de certas condições de promoção, que estariam em vigor aquando da data da hipotética promoção; por exemplo, o comando de tropas, ou outras funções, dá equivalência a uma escola de recrutas, pelo que se torna necessário pesquisar nos documentos individuais, ou da unidade, o exercício desse comando.
- Aos DFA pode ser concedida a dispensa de condições de promoção, nos termos do DL 43/76, de 20 de Janeiro.
- A não existência de informações dos superiores não pode prejudicar o militar a promover, porquanto se trata de uma obrigação dos comandos que deveria ter sido cumprida em tempo.

Daqui se deduz que cada caso é um caso, e que os pedidos, além de serem, por força da lei, individuais, devem ter tratamento diferenciado, dada a evolução da legislação ao longo do tempo. Resta à administração militar não dar resposta "de chapa", remetendo os requerentes para uma Portaria que bem sabe ter sido alterada desde a sua publicação em 1930.

## A advogada responde

### Herança

*"Gostaria que me esclarecesse acerca da seguinte questão: sou DFA por sofrer de uma grave doença cardíaca. A minha mulher sofre também de uma doença grave que praticamente a impossibilita de andar. Não temos filhos mas como a minha mãe e o pai da minha esposa ainda são vivos gostávamos de saber o que temos de fazer para que por morte de um de nós, todos os nossos bens fiquem para o outro."*

Começamos por esclarecer que a legítima é a porção de bens de que se não pode dispor por testamento, por a lei a destinar obrigatoriamente a determinados herdeiros, os chamados herdeiros legítimos.

Por sua morte ou por morte da sua esposa, e uma vez que não têm filhos (descendentes), os respectivos ascendentes (a sua mãe ou o pai da sua esposa, conforme for o caso) concorrem à herança com o cônjuge sobrevivente, sendo o valor da legítima de dois terços da herança.

Concretizando, por sua morte e uma vez que não tem filhos nem outros ascendentes, os seus herdeiros legítimos são a sua esposa e a sua mãe, tendo cada uma delas direito a um terço do valor dos bens que existirem no seu património à data da sua morte (a legítima), sendo a situação paralela por morte da sua esposa.

Haverá ainda que levar em linha de conta o regime de bens que os cônjuges adoptaram no casamento, porque os bens que pertencerem por direito próprio ao cônjuge sobrevivente, não poderão integrar a massa da herança do cônjuge falecido.

Os herdeiros legítimos só podem ser deserdados por testamento em casos muito restritos, quando tiverem sido condenados pela prática de alguns dos crimes enumerados no artigo 2166º do Código Civil, ou quando e sem justa causa se tenham recusado a prestar os alimentos a que estavam obrigados ao autor da sucessão ou ao seu cônjuge.

Fora dos referidos casos nada se pode fazer para deserdar os herdeiros legítimos.

Concretizando, tanto a sua mãe como o seu sogro, por sua morte ou por morte da sua esposa terão sempre direito a receber um terço do valor dos bens existentes nos respectivos patrimónios à data dos óbitos.

No entanto, e dependendo dos bens existentes, poderá ser útil tanto a si como à sua esposa fazerem um testamento a favor um do outro, mas apenas em relação à quota parte da herança de que cada um pode dispor livremente, para evitar que sobre bens na herança após preenchida a legítima, os quais, na ausência de disposição em contrário serão repartidos pelos mesmos herdeiros que concorreram à legítima (cônjuge e ascendentes no vosso caso).

O testador pode revogar ou alterar o testamento sempre que o entender, sendo válida a última disposição testamentária existente.

Inês Soares de Castro

NSC

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

## Diploma



### do Mês

# Aposentação e Inconstitucionalidade

A Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2003), através do seu artigo 9.º, procedeu à alteração do artigo 51.º e 53.º do Estatuto da Aposentação e aditou-lhe o artigo 37.º-A. Para além destas alterações a nível do Estatuto da Aposentação, também alterou outros diplomas relacionados com a matéria da aposentação e revogou o DL 116/85, de 19 de Abril. Com adiante se verá, estas normas foram declaradas inconstitucionais, com força obrigatória geral.

Transcreve-se, na íntegra, o citado artigo 9.º da Lei n.º 32-B/2002:

#### «Artigo 9.º

##### Caixa Geral de Aposentações

1 - Os artigos 51.º e 53.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 51.º

##### Regimes especiais

1 - .....  
2 - .....  
3 - Sem prejuízo e outros limites aplicáveis, a pensão de aposentação do subscritor sujeito ao regime do contrato individual de trabalho determina-se pela média mensal das remunerações sujeitas a desconto auferidas nos últimos três anos, com exclusão dos subsídios de férias e de Natal ou prestações equivalentes.

4 - (Anterior n.º 3)

#### Artigo 53.º

##### Cálculo da pensão

1 - A pensão de aposentação é igual à 36.º parte da remuneração mensal relevante, deduzida da percentagem da quota para efeitos de aposentação e de pensão de sobrevivência, multiplicada pela expressão em anos do número de meses de serviço contados para a aposentação, com o limite máximo de 36 anos.

2 - A pensão não pode, em caso algum, exceder o montante da remuneração líquida a que se refere o n.º 1.

3 - .....  
4 - .....

2 - É aditado um artigo 37.º-A ao Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, com a seguinte redacção:

#### «Artigo 37.º-A

##### Aposentação antecipada

1 - Os subscritores da Caixa Geral de

Aposentações que contem, pelo menos, 36 anos de serviço podem, independentemente da submissão a junta médica e sem prejuízo da aplicação do regime da pensão unificada, requerer a aposentação antecipada.

2 - O valor da pensão de aposentação antecipada prevista no número anterior é calculado nos termos gerais e reduzido pela aplicação de um factor de redução determinado pela fórmula  $1 - x$ , em que  $x$  é igual à taxa global de redução do valor da pensão.

3 - A taxa global de redução é o produto da taxa anual de 4,5% pelo número de taxa anual de 4,5% pelo número de anos de antecipação em relação à idade legalmente exigida para a aposentação.

4 - O número de anos de antecipação a considerar para a determinação da taxa global de redução da pensão é reduzido de 1 por cada período de 3 que exceda os 36.

3 - É revogado o Decreto-Lei n.º 116/85, de 19 de Abril.

4 - É aditado um n.º 5 ao artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 128/90, de 17 de Abril, com a seguinte redacção:

5 - A remuneração relevante para efeitos de desconto de quota e de cálculo da pensão de aposentação não pode ser inferior à estabelecida na convenção colectiva de trabalho aplicável nem superior à que respeite à categoria e escalão da carreira docente instituída para o ensino oficial correspondente ao mesmo tempo de serviço docente.

5 - O artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 327/85, de 8 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 4.º

1 - .....  
2 - A remuneração relevante para efeitos de desconto de quota e cálculo da pensão de aposentação não pode ser inferior à estabelecida na convenção colectiva de trabalho aplicável nem superior à que respeite à categoria e escalão da carreira docente instituída para o ensino oficial correspondente ao mesmo tempo de serviço docente.

3 - (Anterior n.º 2)

6 - O disposto nos números anteriores não se aplica aos subscritores da Caixa Geral de Aposentações cujos processos de aposentação sejam enviados a essa Caixa, pelos respectivos serviços ou entidades, até 31 de Dezembro de 2002, desde que os interessados reúnam, nessa data, as condições

legalmente exigidas para a concessão da aposentação, incluindo aqueles cuja aposentação depende da incapacidade dos interessados e esta venha a ser declarada pela competente junta médica após aquela data.

7 - Tratando-se de antigos subscritores da Caixa Geral de Aposentações o disposto no número anterior aplica-se aos requerimentos recebidos nessa Caixa até 31 de Dezembro de 2002.

8 - Nos casos referidos n.ºs 6 e 7, quando o despacho a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, ou a declaração prevista na alínea b) do mesmo normativo legal sejam posteriores a 31 de Dezembro de 2002, a situação relevante para efeitos de fixação da aposentação é a existente em 31 de Dezembro de 2002.»

O Presidente da República (PR) requereu ao Tribunal Constitucional «a apreciação e a declaração da inconstitucionalidade e da ilegalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos n.ºs 1 a 8 do artigo 9.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2003)», já que «são significativas as modificações introduzidas pelas normas cuja apreciação pretende, quer no método de cálculo das pensões de aposentação (e, consequentemente, no respectivo montante), quer no regime da aposentação antecipada dos trabalhadores da Administração Pública». Para o efeito, o PR fundamenta o seu pedido, em síntese, no seguinte: «não tendo ocorrido, nos termos legalmente previstos, a negociação colectiva e a audição prévia das associações sindicais para efeitos de alteração das normas referentes às pensões e ao regime e Estatuto da Aposentação».

O Tribunal Constitucional (TC), através do Acórdão n.º 360/2003, proferido no processo n.º 13/2003 e publicado no Diário da República n.º 232, I Série-A, de 7 de Outubro de 2003, a páginas 6624 a 6630, acordou, em plenário, a seguinte decisão: «Nestes termos, o Tribunal decide declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos n.ºs 1 a 8 do artigo 9.º da Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro, por violação do direito das associações sindicais à participação na elaboração da legislação do trabalho, previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 56.º da Constituição.»

Em face deste acórdão do TC, transcrevem-se os artigos 51.º e 53.º do Estatuto da Aposentação, na redacção anterior e que se mantêm em vigor:

#### «Artigo 51.º

##### Regimes especiais

1 - A remuneração mensal relevante para o cálculo da pensão do subscritor que nos últimos três anos tenha exercido cargos dirigentes em regime de comissão de serviço determina-se pela média das remunerações correspondentes a cada um dos cargos exercidos e na proporção do tempo de serviço neles prestado.

2 - As remunerações percebidas nos últimos três anos de actividade pela prestação de serviço em diferentes regimes de trabalho, que correspondam a aumento sobre a remuneração devida em regime de tempo completo ou integral, relevam para o cálculo da pensão na proporção do tempo de serviço prestado em cada regime, durante o referido período.

3 - A remuneração relevante para o cálculo da pensão do pessoal dos gabinetes dos órgãos de soberania, livremente nomeados e exonerados pelos respectivos titulares, é a que corresponda ao seu lugar de origem.

4 - Os subscritores que procederam em anos anteriores a descontos superiores aos que resultariam da aplicação do disposto no número anterior poderão optar pela sua devolução ou pela sua integração no cálculo da pensão de reforma, utilizando-se para o efeito o disposto no n.º 1.

#### Artigo 53.º

##### Cálculo da pensão

1 - A pensão de aposentação é igual à trigésima Sexta parte da remuneração que lhe serve de base multiplicada pela expressão em anos do número de meses de serviço contados para a aposentação, até ao limite máximo de 36 anos.

2 - A pensão não pode, em caso algum, exceder o montante da remuneração a que se refere o número anterior.

3 - Concorrendo tempo de serviço nas condições previstas no artigo 15.º, a pensão será a soma das seguintes parcelas, calculadas separadamente:

a) Uma, pela Caixa Geral de Aposentações, em função do tempo de serviço por ela contado e a que não corresponda dispensa de pagamento de quotas;

b) Outra, pela respectiva instituição de previdência social, nos termos dos diplomas aplicáveis.

4 - O tempo a que se refere o n.º 4 do artigo 37.º não influi na pensão a calcular pela Caixa.»

Igualmente, mantêm-se em vigor o Decreto-Lei 116/85, de 19 de Abril. •

VISITE O NOSSO

# MUSEU DA GUERRA COLONIAL

EM VILA NOVA DE FAMALICÃO





José Maia

Durante vários anos, fiz parte de diversos Órgãos Sociais da ADFA, quer ao nível de zona e Delegação e também no contexto nacional.

Particpei em projectos em que acreditava e para tal trabalhei e colaborei, sem nada esperar em troca que não fosse a melhoria das condições de vida dos associados da Associação e claro está o fortalecimento desta.

Nunca me incomodei muito pelo facto das listas que integrei viessem a ter menos votos. A escolha dos associados é soberana e sempre respeitei as decisões da maioria, mesmo quando em desacordo. Sei por experiência própria e por conhecimento de muitos casos, que uma Direcção de Delegação, Direcção Nacional e até simples núcleos, poderão fazer obras isoladamente e até solucionar alguns problemas importantes, mas também sei que, quando se actua sozinho, fica-se impotente perante questões várias, "Por exemplo", do fóro estatutário, que por vezes, talvez até em demasia, é esquecido ou simplesmente ignorado, indo tal comportamento contra o desenvolvimento integrado e sustentado no direito colectivo; fundamental para a melhoria das condições de vida das pessoas e família, que se propõe e promete defender!...

Um eleito, só porque o foi, não deverá em meu ver, servir-se disso para ignorar os adversários de opinião. Muito menos, deverá aproveitar-se do poder para espezinhar, difamar ou até matar os de diferentes conceitos associativos e não só. Um eleito, para fazer umas flores, um convívio, um encontro desportivo, organizar uns passeios, mostrar

foguetório de palavras, quase que pode actuar sozinho com a convívência de um ou outro bajulador, sentindo-se o maior e único, como se estivesse no altar do Olimpo, devidamente adulado pelos súbditos ao som da trombeta dos ignorantes e o bater de asas dos anjinhos.

Existem os que, adoram continuar com as suas regras, receando alterações, que modifiquem os seus hábitos de exercício de poder.

Na condição de associado, como elemento de Órgãos Sociais e até por experiência de passagem noutras instituições, há muito que percebi, como o ambiente de diferentes regiões, a mentalidade de certas personagens, ficam dependentes de benesses de quem no momento está ou se julga por cima, (até que por vezes estar por baixo não é nada mau!...).

A capacidade de influenciar, ou assenta em boa organização com grande capacidade de influenciar, ou assenta em boa organização com grande capacidade de "lobbying", ou depende de relacionamentos pessoais. Todos sabemos, que a realização de muitos eventos e o tratamento de certas questões, não depende por vezes, de critérios sérios, de existência de definição de prioridades, mas sim, da capacidade de influenciar os decisores políticos associativos, Senti que foi isso que se passou na Delegação de Coimbra, quando da aquisição das actuais instalações. Uma aberração, uma vergonha, um disparate...

Senti que, ao contrário de que alguns associados, tentavam fazer crer, Coimbra iria inferiorizar-se, perder capacidade, na medida em que se acentuava a diferença para pior em relação a outras delegações. Por estas razões intervim nos locais próprios, discuti frontal e

abertamente expondo claramente a minha opinião, acreditando apesar de tudo que, da discussão de ideias se encontraria uma solução, um projecto credível, que acima de tudo dignificasse a ADFA e os seus associados.

No âmbito da A.G. de Delegação, A.G.N.O., Conselho Nacional e reuniões abertas de associados e no próprio ELO, discutiram-se e expuseram-se bases para uma estratégia de desenvolvimento associativo. Nessa altura, a discussão aberta e transparente da parte de certos elementos de Órgãos Sociais de então, foi deliberadamente para o lixo. Escolheu-se a guerrilha psicológica, a má fé, a difamação e os arrufos mafiosos, tentando o assassinato, não apenas associativo e laboral!...

Como sempre, defendi os interesses dos associados, sem ligar a galões, canudos universitários ou cartões dourados, apesar de colocar em risco, tudo, mas mesmo tudo!...

A saúde, a família, a credibilidade social laboral e associativa, os amigos, e a vida?!...

Muitos, ou pelo menos alguns, dos que sabiam de que lado estava a verdade, criticaram, quase sempre pelas costas e ou no escuro. Fico satisfeito por verificar que a generalidade de muitos acusadores, mudou de opinião. Reservando-me no entanto ao dever da dúvida. É necessário, é pertinente e aconselhável. (o que é verdade hoje não pode ser mentira amanhã, assim sem mais nem menos).

Afinal o quadro, não era como certos senhores o pintavam. A razão pela porrada e traição, começam felizmente a ser perigosos para quem segue o método.

Como seria previsível, tendo em conta episódios anteriores, confundiu-se delibera-

damente, diga-se, o aspecto associativo com a situação laboral. Rapidamente e de forma concertada, submeteu-se o trabalhador a tratamento vexatório depois de três anos de baixa por doença.

Difamação pessoal e familiar. Criação de um ambiente hostil à pessoa que se quer destruir.

Denegrir a imagem de familiares através de gente influente nos gabinetes da Padre Cruz...

Mas a Delegação não fechou, não parou e o serviço é feito... E será feito...

Sacudiu-se o estigma dos diplomas e galões, entrou-se em velocidade de cruzeiro sem roedores que saltaram do convés quando as vagas aumentaram.

Aguardam-se as eleições, para que democraticamente pelo voto, se escolha quem pegará no leme.

Coimbra estava em perda. A necessidade de ordem e seriedade associativa impunha-se. Todo o apoio sério é necessário àqueles que, querem dar passos decisivos para que a Delegação se mantenha e prossiga na caminhada em defesa dos direitos de todos os associados.

Em diversos locais existirão ainda poderes instalados, que não desejam a Paz nem o sucesso da Delegação e que se trabalhe na base do espírito solidário.

Com trabalho, sacrifício e boas vontades, será potenciada a grande capacidade de luta dos associados. Estou certo que muitos irão ajudar, mas as areias para a engrenagem não deixarão de ser atirados.

Há que estar atentos. •

Casos de Guerra

# O Alferes exigente



Farinho Lopes

Depois de andar uns dias a serrazinar a cabeça do médico para me enviar a Nampula a fim de ser consultado no Hospital, lá o convenci.

Desloquei-me imediatamente ao Aeródromo Militar de Mueda (AM 51) para marcar lugar no próximo avião, não fosse o médico arrepender-se, e lá se ia o plano por água a baixo.

Tive sorte, o avião saía no dia seguinte com destino a Nampula. Tive como companheiro de viagem outro militar que levava o mesmo destino, connosco seguiam também alguns feridos, a quem fomos dando apoio moral. Chegámos a Nampula e esperava-nos uma viatura para nos levar ao Depósito Geral de Adidos. Depois de depositados naquela Unidade, foram-nos lidas as normas da casa, com os direitos e deveres e a última frase foi: "e agora desenrasquem-se!"

O meu companheiro de viagem, que era de rendição individual, já tinha passado por situações semelhantes, quando viajou de Lisboa para Moçambique, mas eu, nos dois anos que já contava de tropa, nunca tinha tido a experiência de como era um quartel de adidos, e quando entrei na caserna e verifiquei a bagunça ali existente, tive vontade de voltar para Mueda, pelo menos lá

havia limpeza e organização. Além do lixo pelo chão, nas camas não havia lençóis nem fronhas nas almofadas, que, pelo sebo que continham, nunca tinham sido lavadas. As mantas, quem as queria tinha que requisitá-las meia hora a seguir ao jantar, mas já não as podia perder de vista e já não podia sair. Assim, optávamos por dormir com frio. Para as refeições foi-nos distribuída uma colher, peça única que tinha que dar para o líquido e para o sólido, mas como o povo diz que "quem quer comer não precisa de prato", do mal o menos.

Revoltados com a situação, eu e o meu camarada de viagem prescindimos da terceira refeição e decidimos ir dar uma volta pela cidade. Como não conhecíamos a zona fomos "ao calha". Seguíamos por uma avenida que nos tinham indicado, para ir ter a uma esplanada, quando reparei que alguém nos chamava. Olhei e vi um alferes com mais de 40 anos, com uns galões em estado novo a reluzirem direito a nós. Perguntava o homem: "então já não se conhecem os postos? Acho que tenho direito a um cumprimento!" Na altura pensei que se tratava de alguém conhecido do meu camarada e que estava a brincar, mas depois constatei que o homem estava a exigir que lhe "batesse-mos a pala".

Disse-lhe que nem tinha reparado nele, quanto mais nos seus galões e que se ele era

assim tão exigente, que fosse à caserna dos adidos ver o estado lastimoso em que aquilo se encontrava, que fazia mais falta que a continência. O homem ficou furo, pediu-me o B.I. militar e eu dei-lho de imediato dizendo-lhe: "tome e fique com ele, vá levá-lo a Mueda quando não precisar dele". Segui em direcção à esplanada onde fui tomar a desejada cerveja.

O meu camarada ficou a falar com o alferes exigente mas chegou logo a seguir, dizendo: "vá lá... Disse-lhe que acabámos de chegar do mato e ele devolveu-me os cartões". Conclusão, o homem tinha sido promovido àquele posto muito recentemente e queria o cumprimento militar a que tinha direito. Eu é que estava farto deles, com a revolta que trazia do mato, e a vergonha que tinha presenciado no Depósito Geral de Adidos, a ter que dormir numa caserna que nem para animais era digna e ainda vinha aquele "mamífero" exigir o cumprimento militar, em vez de trabalhar para que os soldados fossem tratados como gente. Com atitudes como esta criava-se uma tal rebeldia que deixávamos de saber quem tinha que respeitar quem.

Por isso, fiz questão de lhe entregar o BI e ele que o fosse devolver a Mueda se tivesse coragem. Porque lá cheirava a trotil. •

# Ponto de vista

Desde miúdo que sempre me fez confusão o apelo ao estrangeiro para justificar as acções e decisões nacionais. A título de exemplo, não deveria deitar-se lixo para a rua, não porque isso fosse um atentado à saúde pública, mas porque dava mau aspecto aos turistas que nos visitavam. Exemplos destes contam-se por centenas, pelo que não vale a pena alongarmo-nos na sua explanação.

Esta atitude assenta num vício de lógica: antes de mais, deveriam ser tidos em conta os nossos próprios interesses, vindo os alheios por acréscimo. Mas a nossa crónica falta de amor-próprio leva-nos a essa postura, incompreensível para outro qualquer povo: em vez de afirmar a nossa identidade, abdicamos dela, fazendo-nos depender de terceiros para as mais básicas aspirações. O fenómeno subsiste, aos altos escalões, ainda que de forma atenuada: não interessa se estamos bem ou mal, mas sim se, em relação à Europa, estamos bem ou mal colocados.

Demonstração deste modo de ver e actuar foi a questão das "alternadeiras" de Bragança. De fenómeno marginal, apenas conhecido através da movimentação das determinadas mulheres da cidade, passou para o foro internacional capa de uma respeitável publicação cosmopolita, vá-se lá saber porquê. As nacionais reacções é que foram típicas: indignação geral, corte do anúncio na revista, negação veemente dos factos; não fora a Casa Pia, e teríamos o País em sobressalto. Mas eis senão quando, dias passados, uma operação policial prende dezenas de pessoas, entre "empresários" e "artistas", parecendo dar razão à tal revista. Em que ficamos?

Embora aplaudindo o combate ao crime, ficamos com a sensação de que a acção policial se deveu a denúncia "de fora"; mais uma vez o complexo de inferioridade ditou, no mínimo, a urgência da operação; salvando-se nesta trágica comédia as sábias palavras de uma transmontana, ao ser interrogada por um jornalista: "putas, sempre houve!" •

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações ofensivas, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

Dada a extensão de algumas cartas, vemo-nos obrigados a publicar apenas o essencial das mesmas, considerando sempre a data de chegada desses textos à Redacção.

## Morreu o Santo de Alcântara

A defesa dos nossos direitos, a denúncia das injustiças constantes de que somos vítimas, é feita por inúmeras Pessoas de Bem, com eficiência e desinteressadamente...

Morreu o Santo de Alcântara! Assim era conhecido o bondoso Pe. Albino, no popular bairro de Lisboa onde, todos os dias, se deslocava e era amado por crentes e não crentes, velhos e novos, tal como noutros bairros lisboetas e ainda Sintra, Cascais, tantas terras visitadas pelo Missionário, de pequena estatura e enorme coração. Para todos tinha a palavra certa e defendia, com veemente indignação, em qualquer oportunidade apropriada, os direitos dos Deficientes das Forças Armadas, dos que andaram, ou andam, em qualquer guerra, dos deficientes mentais - os mais indefesos miseravelmente ultrajados, diariamente, em programa televisivo - os doentes ricos ou pobres...

Era comovente, e muito me surpreendia, como tantos de nós, associados ou não da ADFA, de diversos credos, sempre escutávamos as suas homilias, aguardando, depois, na rua, a sua palavra, o seu sorriso!

Tinha muitos planos o Santo de Alcântara, o Missionário Comboniano, uma agenda completa de boas acções e apenas o humilde desejo de ser, um dia, sepultado na sua Itália, de onde partira, em 1954, para Portugal e Moçambique. Em breve visita à família, o Pe. Albino ficou, para sempre, na terra onde nasceu. A ADFA está mais pobre, até quem o não conheceu veste o luto da morte de um Pai.

**António Emílio Carneiro Santa-Rita**

## Jorge Maurício

Camaradas, é com profunda consternação, amargo na boca e dor no coração que senti ao tomar conhecimento, pelo nosso Jornal, do falecimento do nosso companheiro, amigo e um dos fundadores da nossa ADFA.

O Jorge Maurício foi um dos pilares em que a ADFA assentou. Teve sempre uma palavra amiga para aqueles de quem o desânimo parecia tomar conta.

Foi um exemplo de humanidade, responsabilidade e com brio, em todas as áreas em que esteve envolvido, nomeadamente, na reintegração social dos deficientes, prestigiando assim a Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Tive o privilégio de ter trabalhado com ele desde a fundação da nossa Associação até Outubro de 1978, foi sempre um Homem de perfil recto e fiel aos princípios norteadores da Associação, procurando sempre nos momentos mais difíceis, e houve muitos, ter uma postura serena e ponderada e transmitindo sempre aos companheiros a esperança de um amanhã melhor e mais justo, para aqueles que sofreram na pele as

incúrias e o despotismo de de outros tempos.

A ti meu bom amigo, espero do fundo do coração, que tenhas encontrado o repouso e o descanso do guerreiro sob um manto acolhedor que bem mereces.

A ADFA e sua Ex.ma Direcção, gostaria de solicitar na qualidade de sócio fundador (Sócio N.º 11) que nunca se esqueçam da obra deixada por este nosso companheiro e amigo, nunca esqueçam quem fez alguma coisa pela fundação e solidificação no seio social, mas lembrem-se sempre de quem fez muito e bem, pelo bem estar dos deficientes militares, em particular e pelos deficientes em geral.

É com mágoa que escrevo estas linhas, mas que gostaria de ver reproduzidas no nosso Jornal, como homenagem a este nosso AMIGO, e transmitir à sua Ex.ma família os minhas sentidas condolências. •

**Lucídio Dias**

## Uma carta atrasada

*Nota da Redacção: a carta que se segue é publicada a pedido do autor e reporta-se ao ano 2000.*

Em primeiro lugar quero congratular-me pelo relevo dado no ELO de Julho findo à situação de gritante injustiça criada pelo polémico Dec-Lei 134/97, não só ao 1º Sargento visado, mas a muitos outros militares, entre os quais me incluo, situação humilhante da qual eu tenho exprimido a minha revolta não só através da minha carta publicada no ELO de Fevereiro do corrente ano, mas também por exposições dirigidas a algumas entidades oficiais e de cujo conteúdo têm sido enviadas à ADFA as respectivas cópias com autorização de publicação no ELO e se não o foram é porque não lhes terá sido encontrado o mérito necessário.

Pois é verdade, não é fácil a situação e é mesmo revoltante ser-se ultrapassado em diversos postos por indivíduos, com os quais se disputaram várias provas profissionais de acesso, onde alguns daqueles ficaram a anos-luz de distância e apenas porque abandonaram a Pátria, talvez na hora em que ela mais precisava deles, se viram de um dia para o outro premiados, brindados e guindados a diversos postos, para os quais, seja-me permitido duvidar, até de mim mesmo que também estou graduado, se, na prática, todos teriam capacidade para algum dia os atingir e competência profissional para os exercer.

Conforme notícias publicada no ELO de Julho último, estará em estudo um novo diploma para procurar reparar as injustiças agravadas pelo Dec-Lei 134/97.

Por isso todos temos de estar alerta, principalmente os mais responsáveis pela direcção da ADFA e não nos deixarmos "dormir na forma" como aconteceu com a publicação daquele decreto.

Também a nós, militares do Q.P., não é permitido acumular a indemnização pelas deficiências sofridas, com a pensão a que julgo teríamos direito pelo tempo de serviço

prestado ao Estado como militares e para a qual descontámos as respectivas quotas, embora esta acumulação seja permitida a todos os DFA pelo trabalho civil prestado a outras entidades do mesmo Estado. Será que o serviço civil prestado agora por alguns DFA, se calhar em gabinetes alcatifados e com ar condicionado, terá mais mérito e risco que o serviço militar que todos nós prestámos lá pelas "Terras do Demo" em especial os que fizeram várias comissões de serviço, como eu que estive uma na Índia, outra em Moçambique e a última na Guiné? Mesmo na Metrópole, já deficiente e em tempo de guerra, será que o serviço militar é agora considerado como se tivessem sido umas férias e portanto sem direitos a reforma embora se descontasse para ela? Pela experiência vivida eu tenho opinião contrária e a justificá-la refiro apenas o seguinte episódio:

- Durante o "Verão Quente" de 1974 encontrava-me eu a gozar uns dias de férias e recebo um telefonema determinando a minha apresentação imediata no quartel pois tinham surgido umas escaramuças e havia-se entrado em prevenção rigorosa. Lá foi o Zé a tentar ganhar a revolução com a sua perna de pau!

Chegado ao quartel, perguntei a um dos "grandes chefes" porque é que tinha sido interrompida a licença a um deficiente com mais de 70 por cento de invalidez e não havia sido a funcionários civis, são e escorregitos, que trabalhavam sob a minha chefia na mesma secção burocrática? A resposta seca foi:

- "O senhor já se esqueceu que é militar do Q.P. e que para além dos papéis é o comandante de um grupo de homens responsáveis pela defesa interna de um sector do Quartel?"

Para não me alongar mais, termino aqui. Comentários para quê?

Porque era militar do Q.P., embora já tivesse ficado deficiente ao serviço da "Mãe Pátria" continuava a ter para com ela mais deveres que os cidadãos civis que trabalhavam comigo e gozavam de boa saúde. Porque era e continuo a ser militar do Q.P. não posso agora acumular a indemnização pelas deficiências sofridas com a pensão de reforma para qual descontei e a que me julgo com direito pelo serviço prestado ao Estado como militar. Não há legislação que o permita? Também para todos os outros não havia e arranjou-se ou será que as nossas pernas, braços, etc. que perdemos na guerra valiam menos que as deles e não merecem indemnização?

Porque cometi o crime de trabalhar tempo a mais no Exército, não fui agora promovido ao posto em que estou graduado embora a graduação siga a tramitação estabelecida para o processo de promoção, como estabelece o n.º 3 do art. 69º do EMFA.

Bom seria que estas situações fossem dadas a conhecer ao país com mais relevo pelos seus órgãos de informação nacionais,

para ver se, ao menos, os responsáveis se envergonhavam pela "linda legislação" que produziram.

Embora me considere um moderado progressista, tenho em muita boa conta e respeito valores antigos hoje esquecidos e espezinados por aqueles que apenas puxam a brasa à sua sardinha e de resto salve-se quem puder. Não sei se na ADFA também se passa um processo destes e embora, em resposta à minha carta publicada no ELO de Fevereiro de 2000, o Sr. 1º Vice-Presidente da ADFA, em ofício que agradeço, me tenha afirmado que na nossa associação não existe discriminação, afirmação que não ponho em causa, mas como diz o ditado "à mulher de César não basta ser honesta, é preciso também parecê-lo", pois quando toca a defender interesses de alguns, fazem-se manifestações de protesto pelas ruas e avenidas das cidades, mas para os problemas de outros não existe uma palavra de apoio sequer.

Não reivindico para mim um centavo sequer a mais que para os outros, apenas clamor por justiça e igualdade de tratamento, e por isso não admito ser tratado como português de 2ª classe e na era da informática devemos ser mais pragmáticos e deixar o ciberpaleio para os políticos. Permitam-me apenas que daqui lance um apelo a outras vozes mais abalizadas que a minha, que as há, felizmente, até fazendo parte dos Órgãos Nacionais da ADFA e que são vítimas das mesmas injustiças, para que, mesmo que desprezem a parte material, se levantem ao menos em defesa da sua dignidade que há muito está a ser espezinada. Eu, tal como fazia já antes do 25 de Abril, continuarei a dar a minha modesta contribuição para ao menos tentar resolver estas e outras injustiças situações, mas confesso que estou a ficar cansado e desiludido com algumas pessoas e instituições, porém podem contar que enquanto as forças mo permitirem não os deixarei em paz.

Aproveito a oportunidade para manifestar o meu apreço por verificar, de há uns tempos para cá, uma sensível melhoria nas relações da ADFA com a Instituição Militar, pois tempos houve que até mesmo no Jornal ELO se manifestava uma certa animosidade contra os militares, mas não se esqueçam os DFA que se durante os últimos doze meses beneficiaram duma sensível melhoria nas suas pensões, isso se deve precisamente à Instituição Militar e às Associações de militares e não à ADFA.

Quanto às próximas eleições na ADFA, entre aqueles que se disponibilizarem para aceitarem o sacrifício de dirigirem o barco, sejam eleitos os mais capazes de nos conduzirem a bom porto e sem que uns viagem em cabines de 1ª classe e outros nos porões, porque agora "todos somos deficientes e... iguais". •

**José Monteiro Palos**



## TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

*Há mais de 20 anos, a qualidade e a melhor impressão*

TODO O TIPO  
DE ARTES GRÁFICAS

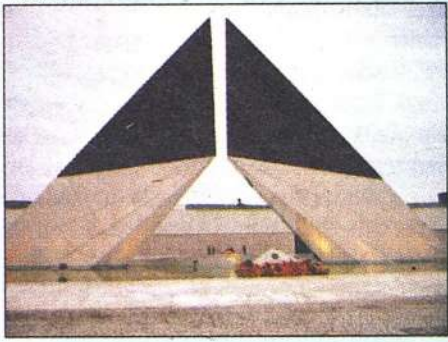
Fotocomposição / Offset / Montagem / Tipografia

Largo do Outeirinho da Amendoeira (ao Campo de Sta. Clara) 1100-386 LISBOA

Telefs.: 21 882 24 80/1/2/3 • Fax: 21 882 24 86

ADFA nas comemorações  
Liga dos Combatentes celebra 80 anos

ARQUIVO ADFA



No dia 18 de Outubro decorreu, junto ao Forte do Bom Sucesso, em Lisboa, a comemoração do 80.º aniversário da fundação da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, hoje chamada Liga dos Combatentes.

A cerimónia teve início com o içar da Bandeira Nacional, a que se seguiu a concentração das entidades, até à chegada do ministro de Estado e da Defesa Nacional, que presidiu à comemoração.

Após as honras militares prestadas por uma guarda de honra composta por elementos dos três ramos das Forças Armadas, seguiram-se discursos proferidos por Ângelo Correia, como antigo combatente, do presidente da Liga dos Combatentes, general Chito Rodrigues, do ministro da Defesa Nacional, e foi lida uma mensagem do Presidente da República. Paulo Portas referiu-se à dívida da Nação para com os combatentes, e referiu-se ao bom andamento que estava a ser dado ao tratamento das contagens de tempo de serviço dos antigos combatentes.

O general Altino de Magalhães, antigo presidente da Liga dos Combatentes, foi agraciado a Medalha da Defesa Nacional de primeira classe (o grau mais elevado).

Foi prestada homenagem aos combatentes falecidos e depostas coroas de flores junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar. Seguiu-se o desfile da guarda de honra e uma visita ao Forte do Bom Sucesso, com inauguração do seu núcleo museológico, dedicado aos combatentes desde a I Guerra Mundial.

A ADFA esteve representada pelo presidente e 1.º secretário da Direcção Nacional, Patuleia Mendes e Santa Clara Gomes, respectivamente.

NSC



Director: José Diniz

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa

Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610

E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Audiência

Presidente da República recebe ADFA

FABRINO LOPES



O Presidente da República recebeu os representantes dos três Órgãos da ADFA

No dia 20 de Outubro teve lugar, no Palácio de Belém, uma audiência com o Presidente da República, a pedido da Direcção Nacional da ADFA.

O motivo principal desta audiência foi a "pouca visibilidade e a falta de medidas de fundo que deveriam ter sido atingidas durante a vivência do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência", salientou o presidente da DN, Patuleia Mendes.

A delegação da ADFA, composta pelo presidente e pelo 1.º secretário da DN,

pelo presidente em exercício da MAGN e pelo presidente do CFN, fez uma exposição dos seus pontos de vista, atentamente seguida pelo Chefe de Estado, que se mostrou "solidário e interessado em patrocinar acções no sentido da maior visibilidade proposta pela ADFA, a levar a cabo ainda antes de findo o corrente ano".

O Presidente da República foi informado e acompanhou com atenção a exposição que lhe foi feita sobre os

actuais desenvolvimentos do movimento associativo das pessoas com deficiência e suas famílias, tendo o presidente da DN indicado que "se encontra em preparação a hipótese já real da criação de um movimento de cúpula que concite os esforços das associações e melhor defenda os anseios dos cidadãos deficientes".

O Presidente da República mostrou-se também interessado em conhecer a posição da ADFA quanto às reivindicações e ao movimento associativo dos antigos combatentes, preocupação que "ficou bem expressa na mensagem enviada e lida por ocasião do 80.º aniversário da Liga dos Combatentes", contou ao ELO o presidente da DN.

Foi ainda aflorada a construção de um monumento à Mulher Portuguesa, enquanto esposa, mãe ou com outra ligação familiar e afectiva aos antigos combatentes, previsto para a cidade de Leiria.

"É de destacar o tom cordial em que decorreu a audiência, que culminou com um convite ao Presidente para estar presente nas comemorações do 30.º aniversário da ADFA, ao que Jorge Sampaio deu a sua anuência", informou o dirigente.



RENAULT

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
- ▶ O horário de atendimento é enorme.  
8h - 20h durante a semana  
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶ O horário da oficina é igualmente grande.  
8h - 24h durante a semana  
8h - 18h ao sábado
- ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS  
Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA  
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91  
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA